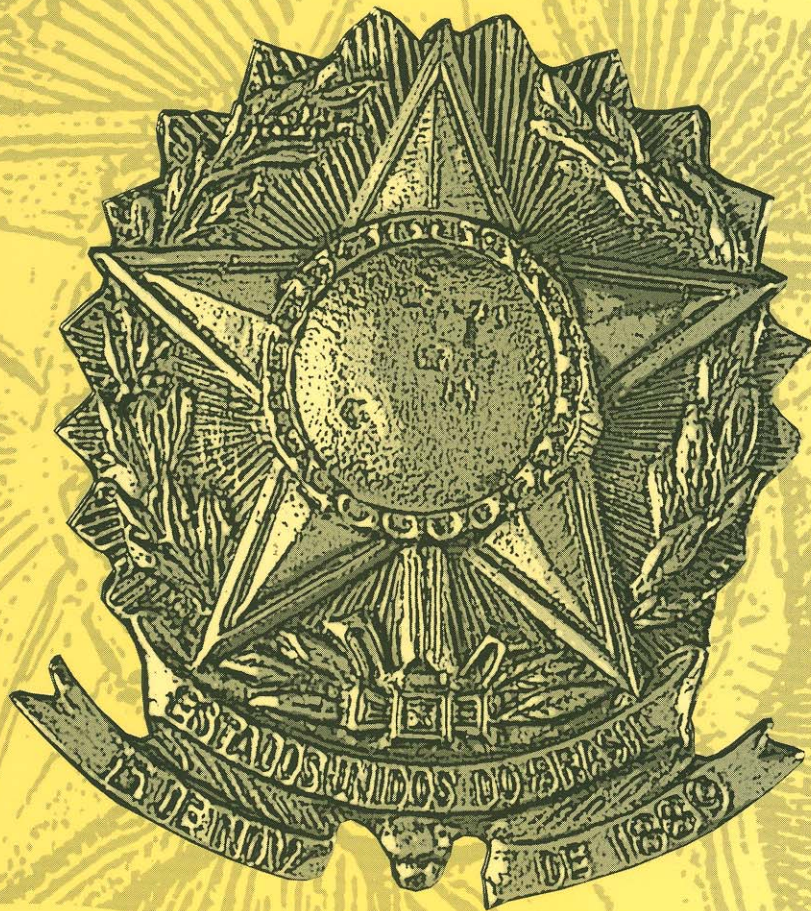


ACERVO

ISSN 0102-700-X

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 19 • NÚMERO • 01/02 • JAN/DEZ • 2006



CULTURA REPUBLICANA
E BRASILIDADE

CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Presidência da República
Arquivo Nacional

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, v.19, NÚMERO 1-2, JANEIRO/DEZEMBRO 2006

© 2006 by Arquivo Nacional
Praça da República, 173
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Presidente da República

Luis Inácio Lula da Silva

Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Dilma Vana Rousseff

Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República

Erenice Alves Guerra

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Coordenador-Geral de Acesso e Difusão Documental

Alexandre Manuel Esteves Rodrigues

Coordenador de Pesquisa e Difusão do Acervo

Dalton José Alves

Editores

Alexandre Manuel Esteves Rodrigues e Dalton José Alves

Conselho Editorial

Adriana Cox Hollós, Alexandre Manuel Esteves Rodrigues, Clóvis Molinari Júnior, Dalton José Alves, Inez Stampa, Maria Esperança Rezende, Maria Izabel de Oliveira, Mauro Lerner Markowski, Samuel Maia dos Santos e Valéria Maria Morse Alves

Conselho Consultivo

Ana Maria Camargo, Angela Maria de Castro Gomes, Boris Kossoy, Célia Maria Costa, Elizabeth Carvalho, Francisco Falcon, Helena Ferrez, Helena Corrêa Machado, Heloísa Liberalli Belotto, Ilmar Rohloff, Jaime Spinelli, Joaquim Marçal, José Carlos Avelar, José Sebastião Witter, Léa de Aquino, Lena Vânia Pinheiro, Margarida de Souza Neves, Maria Inez Turazzi, Marilena Leite Paes, Regina Maria Wanderley e Solange Zúñiga

Edição de Texto e Copidesque

José Claudio Mattar e Mariana Simões

Revisão

José Claudio Mattar e Mariana Simões

Projeto Gráfico

André Villas Boas

Editoração Eletrônica, Capa e Ilustração

Judith Vieira

Pesquisa de Imagens

Renata Williams, Sérgio Lima e Viviane Gouvêa

Digitalização Fotográfica

Cícero Bispo, Fábio Martins, Flávio Lopes, Janair Magalhães e Mauro Domingues

Acervo: revista do Arquivo Nacional. —
v. 19 n. 1-2 (jan./dez. 2006). — Rio de Janeiro:
Arquivo Nacional, 2006.
v.19; 26 cm

Semestral
Cada número possui um tema distinto
ISSN 0102-700-X

1.Cultura Republicana e Brasilidade - Brasil -
I. Arquivo Nacional

CDD 981

S U M Á R I O

Apresentação

3

Entrevista com Ricardo Vieiralves de Castro

07

Barroco

Nossa origem e singularidade

Rubem Barboza Filho

23

Identidade Nacional

O Brasil para seus intelectuais

Claudia Wasserman

37

Imprensa no Brasil

Do Império à Primeira República

Maria Isabel Moura Nascimento

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi

53

A Constituinte de 1890-1891

A institucionalização dos limites da cidadania

Jorge Batista Fernandes

69

Integração Nacional e Identidade Nacional
em Manoel Bonfim e Oliveira Vianna

Maria Emília Prado

83

Fabulações sobre a Identidade Brasileira

Reflexões em torno do modernismo

Lúcia Helena

95

Modernismo, Renovação e Vanguardas

A redefinição da vocação intelectual

na correspondência de Mário de Andrade nos anos vinte

Karina Vasquez

111

Almir de Andrade e o Traço Português

na Colonização e Constituição do Brasil

A nação e o Ocidente

Ana Lúcia Lana Nemi

123

O “Despovo” Amazônico e os Projetos de Nação

Antônio Cláudio Rabello

Sônia Ribeiro de Souza

137

Trabalho e Identidade Nacional no Brasil

Francisco Carlos Palomanes Martinho

159

Perfil Institucional

169

Bibliografia

O presente número da revista *Acervo* é dedicado à discussão da relação entre cultura republicana e brasilidade. Este tema geral é desdobrado a partir dos mais diversos ângulos, problemas e abordagens, que permitem expressar uma necessária transdisciplinaridade. Assim, aspectos sociais, políticos e culturais presentes na multifacetada identidade nacional são discutidos em seus importantes diálogos com a complexa dinâmica histórica de configuração de nosso Estado-nação, sobretudo em sua forma republicana.

A entrevista com o diretor do Museu da República, Ricardo Vieiralves de Castro, estimula uma reflexão crítica acerca da função educativa dos museus. Ao mesmo tempo, apresenta aspectos relevantes relacionados com os estudos, pesquisas, projetos e a própria missão institucional do Museu da República.

O artigo de Rubem Barboza Filho apresenta o barroco ibérico enquanto um estilo de vida, não se restringindo, portanto, a um estilo de arte, mas constituindo o estatuto de uma outra matriz civilizacional, diferenciada das que se desenvolviam na Europa e na América do Norte. Dessa maneira, segundo o autor,

pode-se verificar, já na origem da América Ibérica, a nossa singularidade.

A seguir, Claudia Wasserman explicita a importância dos intelectuais na criação de narrativas a respeito da nação e das nacionalidades. Considerando as mudanças nos “lugares de enunciação” e nos “regimes de historicidade”, a autora aborda o papel desempenhado pela intelectualidade em relação ao tema da constituição da identidade nacional.

Maria Isabel Moura Nascimento e Claudia Maria Petchak Zanlorenzi realizam um estudo sobre a imprensa, suas características e sua presença na sociedade brasileira, pondo em relevo o período que vai do Império até a instauração da República.

No artigo *A Constituinte de 1890-1891: a institucionalização dos limites da cidadania*, Jorge Batista Fernandes trata dos mecanismos utilizados pelo governo republicano nos seus primeiros anos para a convocação e controle do Congresso Constituinte, permitindo também compreender o tratamento dado aos debates sobre importantes questões relacionadas à ampliação do exercício da cidadania no Brasil.

Em *Integração nacional e identidade nacional em Manoel Bonfim e Oliveira Vianna*, Maria Emília Prado vai destacar, nos dois autores citados, as diferenças na caracterização do passado colonial como elemento fundamental para a reflexão sobre a identidade nacional e cultural do Brasil e, também, os desafios para repensar as perspectivas de modernização e integração nacional.

Os dois artigos seguintes abordam o que o saudoso historiador Francisco Iglésias caracterizava como o maior movimento de reavaliação da inteligência nacional: o modernismo. Lucia Helena vai chamar a atenção para a presença das fábulas de identidade nas histórias e interpretações do modernismo, destacando o vigor crítico da metáfora da devoração de Oswald de Andrade para a reflexão da problemática da cultura brasileira na sua dinâmica histórica. A partir de outro ângulo de análise, Karina Vasquez apresenta as preocupações de Mário de Andrade nas suas correspondências enquanto intelectual modernista que se projeta no espaço público.

O artigo de Ana Lúcia Lana Nemi está centrado na discussão do pensamento desenvolvido por Almir Andrade, em particular no livro *Aspectos da cultura*

brasileira, considerando-o um rotinizador das teses de Gilberto Freyre e editor da revista *Cultura Política*, que desempenhou um importante papel durante o Estado Novo.

Antônio Cláudio Rabello e Sônia Ribeiro de Souza analisam as representações da Amazônia e as diferentes propostas de integração da região que permitem compreender a forma pela qual ela foi sendo incorporada a um projeto nacional hegemônico.

O artigo *Trabalho e identidade nacional no Brasil*, de Francisco Carlos Palomanes, discute as relações entre o “mundo do trabalho” e a identidade nacional forjada em três momentos específicos: do início da década de 1930 até o fim do Estado Novo; o momento definido como intervalo democrático, de 1945-1964; e o período que vai do regime militar até o final da chamada transição democrática.

Por fim, o Perfil Institucional desta edição é dedicado ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e à sua atuação na pesquisa, documentação e difusão a partir de vasto material disponibilizado para a consulta pública na Biblioteca Amadeu Amaral e no Museu de Folclore Edison Carneiro.

Os editores

Entrevista com Ricardo Vieiralves de Castro

Ricardo Vieiralves de Castro é professor universitário, exercendo esta função desde 1987 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pertence ao quadro permanente da Uerj como professor adjunto do Instituto de Psicologia.

Fez graduação na Uerj, em psicologia, mestrado na Puc-Rio em psicologia clínica, e doutorado em Comunicação e Cultura na UFRJ. Exerceu a função de sub-reitor de Extensão e Cultura e de Graduação da UERJ, subsecretário e secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, e

atualmente dirige o Museu da República. Publicou artigos em livros e revistas especializadas do Brasil e do exterior.

Arquivo Nacional. *Como deve ser caracterizada a missão institucional do Museu da República?*

Ricardo Vieiralves de Castro. O Museu da República foi criado em 1960, por ocasião da transferência da capital, do Rio de Janeiro para Brasília. O Palácio do Catete foi construído na segunda metade do século XIX por um cafeicultor português, com fazendas no interior do

Estado do Rio de Janeiro, para ser a residência da Corte. Em 1897, no mandado de Prudente de Moraes, terceiro presidente do Brasil, é adquirido pelo Estado e transformado em sede da Presidência da República.

Considero que a principal missão do Museu da República é preservar, manter, guardar e, principalmente, estimular a memória republicana do Brasil. O que significa tratar a República como um “objeto de museu” vivo, que tem história, contexto, conflito e percalços e que pode e deve ser dimensionado de maneira prospectiva no futuro do Brasil. Na realidade, a missão do Museu da República é pensar o Brasil na sua história recente.

Arquivo Nacional. *Poderia abordar alguns aspectos históricos e políticos relacionados ao Palácio do Catete como um “lugar de memória”?*

Ricardo Vieira Alves de Castro. O mais marcante é, sem dúvida, o suicídio de Getúlio Vargas. Nós preservamos o quarto de Getúlio como um local de memória e de reflexão sobre os acontecimentos dramáticos da crise de agosto de 1954. Foi do Palácio do Catete que o Brasil foi governado e todos os acontecimentos de Estado, de 1897 a 1960, relacionam-se a este casarão.

Além disso, desde o século XIX, já nos romances de Machado de Assis, e na crônica de época, o casarão foi denominado indevidamente de palácio (aqui não tivemos nem reis, nem imperadores) por sua beleza e ostentação. A crônica da época

dizia, maliciosamente, que um “rico cafeicultor português construiu um palácio, enquanto o imperador morava num conjunto de casas velhas”.

O Palácio do Catete é um lugar da memória republicana e da história recente do nosso país.

Arquivo Nacional. *Quais são os principais projetos e atividades desenvolvidos pelo Museu da República?*

Ricardo Vieira Alves de Castro. O Museu da República tem algumas especificidades em relação a outros museus do sistema nacional de museus da União. Por possuir um parque aprazível, é freqüentado por milhares de pessoas (cerca de 120 mil visitantes no parque por mês) que exercem uma curiosa função, comum nos países europeus, de controle e participação comunitária. Nós estamos em forte investimento no Parque do Catete, inclusive com um projeto novo de iluminação, com o apoio de Furnas.

Também fizemos uma série de obras de restauração e acreditamos que o palácio encontra-se em excelente estado de conservação e preservação.

Criamos uma editora, ampliamos o atendimento às escolas, e redesenhamos as exposições permanentes, tendo uma preocupação didática com o nosso visitante.

Ampliamos e consolidamos nossas relações com os movimentos sociais, artistas e grupos variados e tratamos de trazer à cena republicana vários debates sobre o desenho de futuro do nosso país.

Arquivo Nacional. *Qual a sua posição acerca da importância da função educativa dos museus?*

Ricardo Vieiralves de Castro. Os museus são um espaço privilegiado de educação e memória. Lamentavelmente, no Brasil estamos muito distantes de uma ação efetiva no sentido da relação entre museu e escola e outros entes da sociedade civil que têm função educativa. Nossa visitação ainda é baixa e nos envergonha como país, na comparação com outros países da América Latina, como o México, por exemplo.

Creio que o maior desafio de uma política de museus é atuar agressivamente na formação de público e no aumento da visitação. E produzir, em conjunto com o sistema educacional, formal e não formal, materiais educativos e de reflexão sobre o Brasil.

Arquivo Nacional. *Como devem ser estimulados os estudos e as pesquisas sobre o desenvolvimento da cultura republicana no Brasil?*

Ricardo Vieiralves de Castro. A cultura republicana no Brasil é um objeto de estudo transdisciplinar que nos remete, necessariamente, para um grande debate sobre a nação brasileira e as relações entre Estado e sociedade.

Ora, esta é uma questão central do modo de Estado, da democracia e da dinâmica social do país. No Brasil tivemos muitos poucos teóricos que refletiram sobre esta questão e traduziram um projeto de país. Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Hollanda, Josué de

Castro, Darci Ribeiro, Mário de Andrade, Silvio Romero estão entre os grandes. Mas, me parece, que nossos estudos sobre o Brasil abandonaram o caminho destes grandes pensadores brasileiros e se fragmentaram, em uma forma pós-moderna, de um espelho partido, em textos que não podem ser somados ou refletidos.

Creio que a universidade brasileira abdicou de sua missão de pensar o Brasil, e que, também, todos nós nos ultra-especializamos em nossas competências e análises.

Por isso tudo, acredito que a retomada dos ensaios pode ser um bom caminho. Deveríamos estabelecer um grande estímulo e um programa para o desenvolvimento de ensaios sobre o Brasil. Acho que daí pode vir alguma nova forma de pensar nosso país, sem a burocracia acadêmica ou o formalismo metodológico.

Arquivo Nacional. *Considerando a sua trajetória acadêmica, quais são as relações que podem ser desenvolvidas entre a universidade e os museus?*

Ricardo Vieiralves de Castro. As universidades e os museus falam muito pouco. Quase não têm interface. É preciso criar todas as interfaces. Os museus disponibilizarem seus acervos para pesquisadores universitários, sem burocracia e impedimentos; as universidades terem nos museus um campo para a iniciação científica; protocolos de trabalho conjunto sobre determinados objetos ou temas. Enfim, a universidade e os museus

terem relações de fato. O que hoje acontece é tímido, pequeno e sem grande importância.

Arquivo Nacional. *Qual a sua opinião sobre as parcerias que podem ser estabelecidas para a preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro?*

Ricardo Vieira Alves de Castro. Todas as parcerias, especialmente com os meios de comunicação, que criem acessibilidade, ou seja, que permitam que a população brasileira venha ao museu e com

ele se encante. E isto é uma política que só pode ser promovida pelo Estado.

Considero que você só tem interesse, e aqui vai um pouco de psicologia, de preservar o que conhece e com o que tem laços afetivos. Os museus devem ser um ponto de reunião entre a história dos indivíduos, suas famílias, e os acontecimentos sociais.

Entrevista realizada por Dalton José Alves e Alexandre Manuel Esteves Rodrigues.

Rubem Barboza Filho

Professor Adjunto e Coordenador do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduado em Filosofia pela UFJF, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Barroco

Nossa origem e singularidade



O objetivo deste artigo é contribuir para a redescoberta da camada geológica fundacional da vida ibero-americana, reconhecendo ao barroco ibérico e ao americano o estatuto de uma matriz civilizacional alternativa àquelas que se desenvolviam na Europa ou na América do Norte. Matriz que presidiu incontestemente os três primeiros séculos da América ibérica, escondendo-se ainda como força submersa, mas decisiva, na conformação dos nossos dois séculos de autonomia política.

Palavras-chave: barroco, América ibérica.

The aim of this article is the rediscovery of the foundational geological layer of the ibero-american life, establishing the Iberian and American Baroque as a civilizational matrix alternative to others developed in the Occidental and modern world. This baroque matrix oriented the three initial centuries of our history, and remained like a hidden and decisive force during the two hundred years of our independent life.

Keywords: baroque, Iberian America.

Bem ao seu estilo, Tocqueville lança e desenvolve a seguinte idéia em um dos capítulos iniciais de *A democracia na América*: “o homem pode ser visto, por inteiro, no berço da criança”.¹ Mais do que uma frase de efeito, a intenção de Tocqueville é construir uma analogia entre os homens e as na-

ções, para destacar a importância da origem no desenvolvimento do caráter das sociedades nacionais. Este é um dos aspectos que fascinam Tocqueville no caso norte-americano: a possibilidade de flagrar, à luz do dia e ao contrário do que acontecia na Europa, o impacto de uma origem especial na condição futura dos

Estados Unidos. Exercício que permitia, ainda, ao nosso autor desenhar com maior precisão a sua hipótese sobre o fato providencial do mundo moderno, ou seja, o avanço irresistível e inexorável da igualdade no Ocidente.

Quase dois séculos mais tarde, uma semelhante arqueologia da Ibero-América, em princípio, estaria cercada por dificuldades aparentemente maiores. No entanto, é a própria crise dos nossos modelos seculares de história que autoriza uma nova possibilidade de olhar, sem os preconceitos da perspectiva antes hegemônica, o nosso começo. É este o objetivo deste trabalho: contribuir para a redescoberta da camada geológica fundacional da vida ibero-americana, reconhecendo ao barroco ibérico e ao americano o estatuto de uma matriz civilizacional alternativa àquelas que se desenvolviam na Europa ou na América do Norte. Matriz que presidiu incontestemente os três primeiros séculos da América Ibérica, escondendo-se ainda como força submersa, mas decisiva na conformação dos nossos dois séculos de autonomia política. Barroco como fundo de uma tradição que permanece medularmente ocidental, contendo e abrigando amplas e insuspeitadas possibilidades de desenvolvimento material, de incorporação social e democratização política.

O barroco é mais do que um estilo de arte: é um estilo de vida.² Nasce no século XVI e se estende até o final do século seguinte, em toda a Europa. É a primeira grande resposta oferecida pelos europeus à corrosão do princípio teológico medieval, que

sustentava a percepção do mundo como uma cascata nascida de Deus, como um *kósmos* objetivo, arquitetonicamente ordenado, e da história humana como economia da salvação universal. Na verdade, era toda a construção medieval que implodia e obrigava os europeus à busca de novos fundamentos para a vida social. Cancelada a possibilidade de fundar a vida no transcendente e na objetividade do mundo, a sociedade européia irá encontrar, por meio de uma complicada peregrinação, na subjetividade humana a origem de uma nova normatividade e de suas imagens de vida boa, cerne do que conhecemos por modernidade. O barroco é o ambiente inicial desse processo, e sua linguagem é a forma apropriada e dramática de expressão desta cesura que sobrecarregava os ocidentais com o enorme desafio de reconstruir os alicerces de sua vida. Desafio enfrentado sem o otimismo característico das variadas versões do humanismo ou do neotomismo desenvolvido pelos dominicanos e jesuítas no século XVI.

O barroco é o registro doloroso e a manifestação veemente de uma perda profunda e decisiva: a perda deste princípio que cobria o mundo de sentido e da estrutura organicista e corporativa da sociedade. Ele é a forma plástica e expressiva de uma subjetividade sobrecarregada, ainda filosoficamente inconsciente de sua autonomia, em desamparo e solidão num universo de abóbadas infinitas, tema pascaliano e caracteristicamente barroco. Condenado à imanência, o homem anela ainda pelo transcendente, e o barroco é esta inquietação em movimento.

É nessa perspectiva que se pode entender porque o século do barroco é um tempo de experimentações religiosas distintas, todas voltadas para a restauração do poder configurativo e coesivo das crenças do cristianismo.

Nas regiões mais aburguesadas, a resposta religiosa rejeita as soluções estritamente gnósticas, contemplativas ou mais espontâneas do catolicismo mediterrâneo, desdobrando-se como ascese intramundana, como rejeição do mundo que se transfigura em vontade fáustica de dominá-lo, de acordo com Weber.³ O puritanismo protestante, com as doutrinas da *sola fidei* e da predestinação, é o exemplo típico dessa atitude, tal como o jansenismo na França. O drama religioso passa a ser jogado por uma subjetividade em solidão, em isolamento diante do mundo e dos outros, e deriva para a ação reconstitutiva de sentido, de justificação enquanto movimento gratuito da subjetividade, que obedece aos imperativos divinos mesmo sob a ameaça trágica da predestinação ou da incerteza da salvação.

Nas áreas sob o domínio aristocrático, como a Ibéria, a Itália e partes da Alemanha reconquistadas pelo catolicismo tridentino, o significado do barroco religioso será distinto, como distinta será a sua natureza histórica. Interessa-nos aqui, em particular, o caso da Ibéria, onde o barroco deixa de ser apenas um ambiente histórico, para tornar-se uma complexa operação de subjetivização da vida e do mundo. No mundo dominado por Madri e Lisboa, a religiosidade barroca tentará es-

tratégias variadas para a religação da vida humana ao transcendente. Os gestos exagerados e dramáticos das liturgias, a ênfase nas penitências massivas e espetaculosas, a monumentalidade arquitetural das igrejas, enfeitadas por volutas dirigidas para o alto e que parecem nunca terminar, sinalizam uma alteração fundamental na direção da relação tradicional entre o sagrado e o temporal. Se antes a teologia e a metafísica asseguravam a realidade do universo como cascata de ser que jorrava de cima, como emanção divina que conectava interna e objetivamente as diversas jurisdições do *kósmos*, o súbito distanciamento do sagrado impunha à subjetividade humana a tarefa de reconstruir, de baixo para cima, esta ordem fragmentada e partida do mundo. O barroco religioso ibérico é a dramatização desse anelo pela companhia divina, e suas expressões estéticas e litúrgicas parecem ter sempre o objetivo de enlaçar o sagrado, de trazê-lo novamente para a proximidade dos homens, ensaiando uma espécie de abraço cósmico em Deus, como fuga da solidão luterana e reconstituição de uma ordem totalizante.

Não há como recuperar aqui toda a complexidade do barroco religioso ibérico, mas cabe assinalar o seu significado central, seja através da reanimação da velha tradição mística – nos magníficos exemplos de Santa Tereza e São João da Cruz – ou da religiosidade estimulada por Trento e pelos jesuítas. Na vertente mística, a experiência religiosa reclama a subjetividade humana como um *quid* além

da condição de vaso do sagrado, devendo conter o movimento amoroso, a iniciativa “erótica” que captura Deus e o transforma em prisioneiro dos homens. Experiência cuja comunicação demanda a arte como o *médium* por excelência. Embora desconfiados do misticismo, os jesuítas e a perspectiva tridentina não hesitarão em transformar a arte em gnose e verismo da concepção arquitetônica, organicista e tradicional do mundo. Mas o riquíssimo diálogo da estética barroca com o transcendente, na sua vertente hispânica, não pode ser reduzido à condição de ilustração iconográfica de verdades racionalmente demonstráveis, asseguradas pela teologia, pela autoridade da Igreja e pacificamente vividas. O barroco é certificação, é verismo e voluntarismo produzido por uma subjetividade trágica, em dúvida e em solidão. Seu fundo é pessimista, alimentado pela revigorada versão da queda, do pecado original, realizada pelo Concílio de Trento. Nesse contexto, marcado pelo pessimismo religioso, a dor, o culto da morte e o luto são onipresentes. Mas luto que tenta reanimar o mundo vazio com uma máscara, que busca uma satisfação enigmática por meio da teatralização e do artifício. Tudo é teatro e espetáculo, e tudo é alegoricamente capturado, inclusive, e principalmente, a dor.⁴ O próprio luto é ostentação, é festa paradóxica, e as igrejas se transformam em cenários para a simultânea exaltação e humilhação da vida e do transcendente. O artifício é o sinal da civilização barroca ibérica: a artificialização da subjetividade, a teatralização de seus dramas, que misturam tanto a procura da

ordem quanto a impossibilidade de alcançá-la plenamente.

O barroco não é só religioso. É uma sensibilidade global, que encontra no teatro a sua forma perfeita de manifestação. O drama barroco ibérico – o teatro – é a representação superior desta inquietação espiritual e sensorial, desta visão angustiante da evanescência dos significados, e a própria religião se torna teatro e teatralização. O teatro espanhol, incluindo o jesuíta, é a tradução mais viva da perspectiva espanhola sobre o mundo. O princípio ordenador é a premissa da vida como sonho, ilusão e engano, base da pedagogia dos jesuítas para a aristocracia. Lope de Vega, Tirso de Molina, Guevara, Alarcón, Calderón e Quevedo, inigualável geração de autores, fazem da dramaturgia o registro da vida como engano ou desengano, como ilusão demoníaca. Ainda que essa dramaturgia recuse a afirmação peremptória da malignidade interna do homem, mantendo aberta a possibilidade da graça e da redenção, o tom geral é de pessimismo. Razão da importância do estoicismo *a la* Sêneca, base de um heroísmo melancólico, distinto daquele próprio da alma fáustica do barroco mais aburguesado.

O programa barroco ibérico, apesar de se exercitar de modo claro na religião, é fundamentalmente político, no sentido de uma busca incansável do poder e da ordem.⁵ Não por acaso, no teatro barroco, ibérico ou não, o príncipe joga um papel crucial, qual seja, o de restaurar uma estabilidade original e anterior ao tempo, ao enfrentar o destino puramente factual. Em meio às ameaças de um destino

aniquilador, mensagem característica do teatro e da literatura barrocas, o príncipe – o poder absoluto – é quem pode devolver à sociedade essa estabilidade perdida. A dissolução da antiga visão da história enquanto economia da salvação, explica Benjamin, faz o barroco procurar na *physis*, na natureza, o modelo de estabilidade a ser perseguida, sustentada por leis ferreamente mecânicas. Para alcançar esse objetivo, uma única saída: o poder absoluto do soberano.

O barroco político produz pelo menos três metafísicas desse poder absoluto: a in-

glesa, de Hobbes; a francesa, de Bossuet, Pascal, Pelisson e Luís XIV⁶ e a ibérica. Nem o modelo hobbesiano nem o francês arrebatam a Ibéria e orientam a metafísica do poder real em Espanha e Portugal no século do barroco. O compromisso permanente com a visão arquitetônica e organicista do mundo, renovado pelo neotomismo, impedirá esta correlação ou equivalência entre o poder temporal e o poder absoluto. Mas isso não significa que a posição do rei – da Coroa – tenha permanecido idêntica àquela da primeira metade do século XVI. A sensação de isolamento diante do trans-



O enterro do conde Orgaz, El Greco (1541-1614), Igreja de São Tomé, Toledo

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/17/Entierro_del_Conde_de_Orgaz.jpg

cedente, inerente ao espírito do barroco, libera para o rei um enorme espaço antes preenchido pela vontade divina. Ele se apodera desse espaço, e transforma-se numa espécie de logos exterior à sociedade, no responsável direto por sua harmonia e equilíbrio.⁷

Maravall, no seu clássico estudo, observa que o barroco ibérico – mais especificamente o espanhol – consiste no primeiro grande programa de massas do mundo moderno, concebido e desdobrado pela Coroa para abrigar e estimular tanto esta torturada movimentação religiosa quanto a produção artística e dramatúrgica de sacralização do poder.⁸ Ela tinha plena consciência do ambiente crítico e pessimista da sociedade, da corrosão da antiga ordem jurisdicionalista e organicista, enfrentando um pesado conjunto de problemas internos e desafios externos. Percebe, no entanto, que a mera representação física das manifestações de descontentamento – como a dos *comuneros* – e de desagregação da ordem – o banditismo rural – não seria suficiente para a preservação do seu poder e da ordem social. É dela que nasce a imaginação de um grande projeto de incorporação de massas. O barroco ibérico é esse programa, não apenas como estilo de arte, mas como horizonte vital.

Mais do que um programa defensivo, uma estratégia cuidadosa e audaciosa para dirigir o movimento da sociedade numa direção particular, acrescenta Maravall. O núcleo dessa imaginação encontra-se no desenvolvimento de uma superestrut

tura política reorientada para o domínio das motivações internas dos indivíduos, levando-os à adesão ativa aos valores estabelecidos e à aceitação da ordem política absolutista. Essa é a premissa chave do barroco espanhol, explica Maravall: a racionalização do comportamento humano por meio da “artificialização” da subjetividade, seja pela disciplina, ao estilo dos exercícios espirituais de santo Inácio de Loyola, seja por meios extraracionais e simbólicos.⁹ Os poderes criativos do homem, o artifício e a técnica são aproveitados para aumentar a capacidade de comoção da arte – da escultura, da música e, sobretudo, do teatro – diante das massas sequiosas de novidade e ansiosas por direção.

O barroco ibérico é a consciência de que não existe o “natural”, o “objetivo”, e de que tudo é engano e desengano, xadrez indecifrável de aparências que joga para o rei a responsabilidade de sustentar e reanimar uma sociedade encanecida, sem os encantos e hormônios de sua antiga “naturalidade”. Deus retirante é a vontade do rei que se torna onipresente, e a face corporativa do reino ganha um novo significado: ela já não é mais comunicação vinda do transcendente, mas produto artificial da *voluntas* real, de um centro de poder absoluto no universo das ações humanas. É essa vontade que se derrama sobre o todo social, preenchendo os vazios entre as instituições corporativas e particulares, entrelaçando-as novamente e dando forma a uma concepção especial de “público” e totalidade social.

Hespanha parece ter razão ao negar, nos séculos de ouro, um processo de constituição do Estado moderno na Ibéria.¹⁰ O barroco ibérico é a estratégia de simultânea invenção e invasão de uma determinada subjetividade, plasmada para adesão ativa à ordem hierárquica, corporativa, e preparada para ser a morada da vontade do rei, da Coroa. Nesse sentido, a realeza barroca espanhola do período é plenamente moderna, ainda que sem um Estado moderno em formação, desenraizando a morfologia tradicional da sociedade e atrelando-a a pressupostos, premissas e fontes de sustentação desconhecidas na Idade Média. A Coroa artificializa o modelo oferecido pela tradição, descolando-o de suas velhas fundações e transformando-o em objeto de eleição de subjetividades movidas pela gnose, por estratégias simbólicas extremamente poderosas e por meios extra-rationais. A característica básica dessa larga operação é o voluntarismo, associado ao realismo e à audácia. O barroco é uma cesura e um recorte histórico da tradição, e seu objetivo fundamental é a construção de subjetividades orientadas para buscar, “de baixo” e desesperadamente, uma ordem e um centro organizador da vida, ou seja, a vontade do rei. Mas é também um lance de audácia, ao escancarar e experimentar esta contradição entre a memória de valores substantivos e a impossibilidade de vivê-los “naturalmente”. Ainda que o picaresco e o cômico sirvam para assinalar os limites dessa operação, é o sentido trágico da vida – o conflito entre dois valores – que emerge nesta *imitatio* que aspira se transformar em *renovatio*.

Em resumo: o barroco é a última grande tentativa realizada pela Ibéria para preservar a ordem espacial, arquitetônica e hierárquica que a orientou desde o início da Reconquista. As coroas são as grandes artífices desse esforço, desenvolvido através da gnose e não mais do racionalismo neotomista. O preço desta fidelidade a uma determinada concepção de ordem social como comunidade hierárquica e corporativa é a artificialização da tradição, o desenraizamento da hierarquia de seu solo natural e a translação de seus fundamentos para uma ordem política sustentada pela vontade absoluta do soberano, com sua capacidade de inventar e dirigir subjetividades. Operação que faz da Ibéria um experimento plenamente moderno, embora distinto daqueles desenvolvidos em outras áreas da Europa.¹¹

É esse movimento torturado e trágico da Ibéria que se encontra magnificamente gravado por Cervantes no D. Quixote. O Cavaleiro de Triste Figura é a representação perfeita desta Ibéria entregue a uma sublime loucura: a ressurreição verista do passado como forma de vida expressiva e redentora do presente. A figura do Quixote oferece a oportunidade para explorar o modo como a Ibéria mobilizou, para a sua entrada na modernidade, as linguagens disponíveis para a organização da sociedade e para dar sentido à vida, construindo a sua especificidade e a sua profundidade. É possível dizer que a Ibéria se lançou no mundo moderno pela utilização da tradição e do afeto, recusando esta crescen-

te associação entre modernidade e racionalidade, percebida por Weber, e que se tornará hegemônica no Ocidente.¹² Ela renova a tradição, mobilizando o afeto – o sentimento – como modo de revitalizar o seu passado no presente. Resulta dessa complexa operação a importância de determinadas linguagens na vida da Ibéria barroca, ou seja, precisamente aquelas linguagens que permitem ao sentimento criar a sua própria profundidade: a religião e a arte, em especial a última. Na verdade, a arte é a grande linguagem da aventura moderna da Ibéria. É o seu poder de comoção e de comunicação, a sua capacidade de produzir e aprofundar sentimentos, de criar os sentimentos como modos de compartilhamento de sentido, que lhe conferem um papel especial na Ibéria. Não como uma linguagem entre outras, mas como o

médium que estabelece um padrão para a reorganização e sustentação das várias dimensões da vida: a própria religião, a moral, o poder político, e assim por diante. É a morfologia da arte e as suas possibilidades que fazem nascer uma experiência moderna estranha aos códigos cada vez mais racionalizados, no sentido weberiano, próprios do programa que, afinal, se transformou em hegemônico entre nós.¹³

É esse barroco que atravessa o oceano e chega à América, tornando-se o elemento cultural dominante, a *arché* da nova sociedade, de tal modo que Octávio Paz poderá dizer que aqui vivemos três séculos de barroco sem a ameaça do iluminismo.¹⁴ Transplantado para a América, o barroco ganha, contudo, um conteúdo próprio, e não pode ser visto como



Adoração dos pastores, Murillo (1617-1682), Museu do Prado, Madrid
Fonte: <http://www.wga.hu/art/m/murillo/1/108muril.jpg>

mera continuidade em relação àquele ibérico ou europeu, como parece entender Claudio Véliz.¹⁵ Vale observar, em primeiro lugar, que as coroas ibéricas não permitiram, nos territórios americanos, a reprodução, sem mais, da mesma estrutura corporativista e jurisdicionalista que reanimaram na península. Esse é, na verdade, um ponto chave. Na Ibéria, essa estrutura erguia-se justificada por uma longa tradição comum e por valores que ofereciam coesão à sociedade. Ora, nenhuma das tradições em jogo e em conflito na América – a dos europeus, a dos ameríndios ou dos africanos, e menos ainda a dos cristãos-novos – podia reclamar a condição de fundo histórico comum a ser reafirmado pela gnose barroca. Nenhum passado justificava o presente.

Os descendentes dos ibéricos afastam-se de suas origens e tornam-se *criollos*, duplicando-se como vassalos de um rei distante e senhores de um mundo próximo. O barroco ibérico perde, na América, toda a sua virulência como reafirmação gnóstica de um universo axiológico e institucional preexistente. Desse passado, os *criollos* têm apenas uma memória fragmentada, abstratamente alimentada pela escolástica neotomista e distante do *terruño* ibérico.¹⁶ O drama típico da Europa não os comove, progressivamente orientados para edificar suas formas de poder e riqueza no novo continente, origem de conflitos permanentes com os oficiais da Coroa, preservando, no entanto, a posição do soberano.

A perda do passado atingia ainda mais

drasticamente os primeiros habitantes da América. A chegada dos hispânicos liquidou a integridade das culturas ameríndias, e os primeiros americanos também perderam suas origens, obrigados a desvendar um novo lugar na teia que se armava sobre a América. Os missionários e brancos aprendem o náhuatl, o quéchuá, o tupi, tentando verter para esses conjuntos lingüísticos a visão cristã e européia do mundo e da vida. Os resultados são confusos, e os valores cristãos e ocidentais, como era de se esperar, não são capazes de reanimar a potência configurativa das culturas indígenas, permanecendo incompreensíveis à *forma mentis* dos ameríndios. A solução dos astecas, incas, tupis, aimorés será a imitação, a vida dupla e labiríntica do sincretismo e da simulação, criando formas surpreendentes de crenças, experiências religiosas e interpretações do mundo, estimuladas pelos próprios *criollos* interessados em consolidar modalidades especiais de poder e legitimidade. A presença dos escravos negros e africanos torna ainda mais complexo o panorama americano. Esses milhões de africanos são arrancados de suas sociedades e jogados em um mundo natural estranho, numa sociedade de códigos quase indecifráveis, trazendo eles próprios a diversidade de um outro continente. Não são nem senhores nem nativos, que ainda podiam arrancar da paisagem natural e das ruínas do passado as reminiscências de uma identidade em fuga. Ainda assim, preservam elementos de identificação, que florescem misteriosamente apesar de tudo. E para compli-

car, a enxurrada de cristãos-novos, que já não mais se sabem judeus ou cristãos, portadores da astúcia necessária para viver num mundo que os despersonaliza e lhes mata a identidade.

Nas fimbrias desses universos em pedaços, mas insistentes, os mestiços de brancos e indígenas, de negros e brancos, de índios e negros e os mestiços dos mestiços, trazendo dentro de si as divisões, os jogos de astúcia, de negociação ou recusa. A América ibérica mói e esfarela todas as identidades prévias à sua existência. Com um agravante: não oferece, em troca, nenhum outro horizonte claro e exigente para a reconstrução identitária destes seres socialmente desenraizados. Nem mesmo a religião que, na Ibéria, se constituía num poderoso elemento de identificação e comunhão social. Na América, o catolicismo tridentino perde a sua inspiração reformista exigente e correlata à protestante. O catolicismo ibero-americano colonial, apesar dos missionários e dos oficiais peninsulares, tem apenas uma vaga semelhança com a natureza crispada e dura do catolicismo ibérico, com seu enorme poder de controle sobre as consciências. Entre nós, ele não se mostra capaz de estabelecer uma comunicação clara e impositiva entre valores, crenças e práticas sociais e individuais, desdobrando-se, ao contrário, como um catolicismo possível, feito de negociações, sincretismos e ritualismos.

Diferente da exigente religiosidade protestante nos EUA, que resulta numa religião cívica,¹⁷ aqui, na América ibérica, o torturado cristianismo do barroco americano é

encarregado de “ocidentalizar” a pluralidade de culturas indígenas existentes, a diversidade de galáxias culturais dos escravos negros, de vigiar cristãos-novos, de domesticar a massa de aventureiros ibéricos que se lançam sobre o novo continente, e converter quem mais aparecesse. E é nesses encontros que o próprio cristianismo se modifica e se americaniza. Essa plasticidade religiosa, ocidentalizante no tempo, inaugura canais e formas de comunicação e negociação entre universos valorativos e práticos incomensuráveis, mas ao preço de esterilizar sua capacidade de dirigir firmemente a sociedade, de transformá-la numa experiência de articulação entre configurações morais estáveis e claras e a vida.

Desse modo, nem a tradição nem a religião típicas da Ibéria puderam ser reeditadas com a mesma força configurativa na América. Longe de forças hegemônicas, assumiam a condição de horizontes plásticos ao saque, à negociação, à produção de acordos imprevistos nas matrizes originais. Contra esse passado esfumado, tampouco um futuro comandado por uma exigente imaginação utópica consegue se afirmar como horizonte de sentido para a vida social. Nenhuma utopia moderna, reclamando originalidade e força persuasiva, arrebatava o coração dos ibero-americanos, como nos casos do igualitarismo e do individualismo típicos do liberalismo na América do Norte. Ausência de futuro, na acepção que os europeus irão construir, alimentada pela própria forma de inserção econômica da América nas estruturas dos impérios ibéricos. A natu-

reza americana é inicialmente capturada pelos europeus por meio da perspectiva do “maravilhoso”. Logo, no entanto, os ibéricos trataram de mapear o novo continente, enfrentando a sua natureza arrogante como mágico armazém de riquezas escondidas e promissoras. Percepção distinta daquela própria de um *ethos* produtivista, e que reserva uma enorme eficácia sociológica à natureza, com sua capacidade de determinar modos de organização territorial, de extração de riquezas e de inspirar sentimentos telúricos.

Sem dúvida os ibero-americanos desenvolverão técnicas e saberes especiais, mas as relações homem-natureza estarão sempre determinadas pelos azares do solo ou das águas e da vontade política, sem assistir ao nascimento de uma noção de trabalho como reelaboração autônoma, produtiva e sistemática da natureza, elemento central da modernidade nascente na Europa. O saque da natureza e o saque dos próprios homens – de sua força de trabalho – organizam o chão “estrutural” da América, anulando a possibilidade do trabalho transformar-se no elemento chave da cooperação social e do quadro de valores da sociedade. E o saque da própria América pelos impérios ibéricos, obcecados pelo mundo europeu. Deste chão, marcado pela violência e pela subordinação, nascem apenas os obstáculos à organização social da América, os limites à constituição de uma sociedade minimamente ordenada e solidária.

Nessas circunstâncias, as expectativas utópicas do liberalismo, desenhadas a

partir do poder do trabalho individual ou cooperativo, não se transformam em horizonte vital para a sociedade. Permanecemos, assim, alheios, durante o período colonial, ao impacto das utopias européias e modernas centradas na categoria do trabalho. Apesar disso e de tudo, a América foi se fazendo. Não pela tradição, pela religião, pela utopia ou pela economia. Mas foi se erguendo, e esse é seu mistério, sua particularidade. Se não podemos encontrar um momento fundador, capaz de brilhar e persistir como um sol e uma fonte de sentido e de ordem, certamente temos uma origem: um barroco destituído de metafísica, mistura de indeterminação ética, divisão real e fome de sentido.

O que herdamos do barroco ibérico não foram as formas de vida e as crenças peninsulares, mas a linguagem do barroco, com sua natureza estética, com sua capacidade de integrar antagonismos e diferenças, com sua veemência teatral e seu voluntarismo. Ou seja, a nossa *arché* é a linguagem verista da arte, livre de uma percepção trágica da vida, característica do espírito peninsular, obrigado a encerrar a tradição no moderno. Nasce-mos livres desse confronto insolúvel de valores, e sequer nos sabíamos medievais ou modernos, obrigados pela vida e pela necessidade a construir uma sociedade. Por isso mesmo a força do barroquismo tropical alimenta-se de um poderoso *pathos* construtivista, associado à potência integradora da linguagem dos sentimentos. A capacidade gnóstica e verista do barroco se reorienta deci-

didamente para imaginar e certificar as possibilidades de construção de uma sociedade específica e nova em relação às originais.

Não por acaso as potências criativas dos homens parecem imantadas pelo poder e pela arte, em detrimento da própria produção material. O barroquismo ibero-americano foi obrigado a levar ao limite o verismo próprio do seu congênere peninsular: a vida social e política existe e se reproduz tão-somente pela gestualidade voluntarista e exagerada das cerimônias teatrais, que reúnem e interpelam periodicamente os homens. É nessa teatralização que os ibero-americanos recolhem os arruinados pressupostos comunitaristas das antigas tradições, que reinventam instituições desfiguradas e fazem aparecer os precários fundamen-

tos da ordem social. A sociedade adquire realidade por meio dessa movimentação verista de subjetividades, dispensado o trabalho sistemático do *lógos* em favor da força aglutinadora e oscilante do *eros*, do sentimento e de suas linguagens. Razão da importância, entre nós, do extenso e intenso calendário de liturgias religiosas, políticas e civis, substitutivas do corpo do rei e destinadas a certificar algo que não existia natural ou espontaneamente – a própria sociedade –, artifício que reclamava esta constante e voluntariosa reiteração. Teatralização e “estetização” que não se dirigem para a reafirmação do passado, mas para permitir a abertura de galáxias e linguagens distintas, para a construção e o exercício de sinais contundentes – igrejas, palácios, cadeias, conventos, procissões, festas, cidades – de uma ordem fugidia e de uma nova hierarquia.



Cristo carregando a Cruz, Aleijadinho (1738-1814), Santuário de Congonhas do Campo, MG
Fonte: http://www.tucoc.com/art_museum/Fine_Art_053/original/2christ.jpg

Teatralização, portanto, que não atesta uma verdade dada como preexistente, mas que produz a sua própria verdade. É a movimentação constante e voluntarista que cria e mantém a sociedade, num registro especial de expressivismo: é o próprio movimento, tocado pela linguagem da arte e do sentimento, que cria a sua eficácia e a sua profundidade.¹⁸ O barroco abre a todos essa possibilidade, por cima das desigualdades econômicas e sociais, oferecendo-se a todos os grupos e raças para exercícios de identidade e negociação, especialmente no Brasil: na guerra contra os holandeses, nas irmandades baianas e mineiras, no folclore, nas festas e nas variadas liturgias de certificação social. É a linguagem da arte, com seus poderes construtivos, que se afirma em *médium* desta sociedade na qual o rito e a festa adquirem uma função criadora e integradora.

São esses artifícios dramatúrgicos que, talvez com as exceções das cidades do México e de Lima, consolidam tradições localistas, regionais ou corporativas, parcas referências de enraizamento e identificação. Mas artifícios que reafirmam, ao mesmo tempo, o papel central do rei e da Coroa. O todo e a comunidade continuam vinculados ao rei, com sua capacidade de fazer da sociedade uma totalidade comandada por uma grande idéia moral e intelectual, pertencente unicamente à sua natureza e presente de modo especial no seu *direito*. É o rei que salva a sociedade de seu estilhaçamento catastrófico, da mesquinhez do dia-a-dia,

e que a todos incorpora numa “história” especial, num “agora” com sentido e significado. É pelo rei que combatem os nordestinos, é pelo rei que os bandeirantes avançam sobre o território, é pelo rei que os franceses são expulsos, e é pelo rei que os *criollos* e mestiços se derramam pelo continente e o reorganizam.

Apesar dessa posição incontestada do monarca, para a América espanhola e para o Brasil, o rei é ainda um rei longínquo e *absconditus*, atado à Europa, e precária a atualização de sua essência redentora no tecido da confusa sociedade que se formava. Distância que repercute de modo direto na polissemia característica do barroco no Novo Mundo. O nosso barroquismo colonial é o registro de uma sociedade sem clareza, sem transparência, que contamina um paraíso natural com o pecado original da ausência de uma noção completa e coerente de comunidade ou totalidade, apesar do rei.

É por esta porta que a linguagem do barroco se fortalece, exibindo seus poderes e limites. Destituído de metafísica, acena com a possibilidade de tudo residir na eleição de todos, em formas radicalmente democráticas de vida social, mas abre-se, simultaneamente, à produção de hierarquias e desigualdades que aspiram à naturalização. Sem uma gramática exigente de valores, sua matéria são as ruínas sem passado, ruínas do presente e do futuro, ao contrário do barroco europeu. Sua experiência se faz sobre o provisório, sobre a provisoriedade da vida, sem engendrar nenhum processo

de autoclarificação da sociedade, assumindo e multiplicando seus labirintos, suas máscaras e sua fragmentação. Mas não se esgota nisto. As suas ruínas são destroços paradoxais, recriações do provisório e do inacabado como celebração da vida, da infindável energia que alimentava a criatividade humana em luta contra a imensidão e a solidão da natureza.

Longe de se consagrar à preservação de uma tradição, constelada em torno de valores claros e objetivos comuns, o nosso barroco é pura linguagem em movimento, é exercício infindável em busca de sentido, um eterno presente em busca de significado, a perseguição de um *télos* ainda misterioso. Um presente, portanto, que não se abre à idéia de história sagital ou dialética, de fluxo do tempo como recurso disponível para a constituição desta ordem. A América vai se construindo no movimento, mas sem a idéia clara de futuro e sem uma origem que lhe permita a cissiparidade, possuidora apenas das linguagens do verismo e do sentimento. Por isso é desejo permanente e anseio profundo de ordem e significação, motivos que se encontram no interior dos movimentos de autonomia política, diferenciando o Brasil do restante da América ibérica.

O Brasil autônomo nasce dessa e nessa tradição, repentinamente descerrada e arrebataada pelo rei para o milagre da transubstanciação da Colônia em totalidade histórica autônoma. A independência brasileira não é fruto de uma sociedade

entregue a valores revolucionários ou originais em relação ao seu passado. Pelo contrário. É a vontade do rei que interrompe a inércia da vida e cumpre o anelo do barroco, o seu *télos* submerso, criando uma nova nação como atualização de uma idéia pertencente à sua natureza. É o rei quem despede a Colônia e a provisoriedade da vida, inventando um país, garantindo a sua unidade e instaurando a sua eternidade. Ele é, simultaneamente, a origem de uma nova criatura política, que ganha vida sem os adereços contratualistas, e a sua certeza existencial. Os seus três corpos – o físico, o jurídico-político e o semiótico – teatralizam o Brasil para o Brasil, atestando a existência de algo inteiramente novo – um país, uma nação – sem a necessidade de revolucionar a sociedade, mas instaurando o largo e revolucionário processo de constituição da nação. A tradição barroca e o rei barroco e ibérico se encontram para fazer nascer “de cima” um artifício, cuja realidade é assegurada pela própria figura real e por todas as liturgias de autocertificação que a monarquia mobiliza, disciplina ou inventa. Nesse sentido, o gesto do rei, se não revoluciona imediatamente o cotidiano da sociedade, instaura um processo político revolucionário, destinado a se desdobrar como constituição real da nação e da transformação de suas formas de vida.

A independência política brasileira encontra-se esteticamente consagrada, no sentido da tradição barroca, num quadro de Pedro Américo, membro da Academia Imperial de Belas Artes. A pintura fixou no imaginário nacional a imagem do grito do Ipiranga, que separa o novo país de

Portugal: dom Pedro e poucos cavalarianos de sabres erguidos, cercados pelo mato, contemplados com absoluta perplexidade por um matuto conduzindo um carro de boi. Há algo de aparentemente perturbador nesta visão pictórica da fundação do Brasil. Parece faltar-lhe o elemento épico, o heroísmo banhado em sangue, exercido num cenário grandioso e terrível, próprio das forças titânicas que freqüentam os poderosos mitos de origem de outros países e nações. Tudo o que salta da tela é apenas isto: um grito do rei. Todo o ambiente e os personagens que envolvem esse grito e o rei são irrelevantes, são nada. Os cavalarianos são cópias do rei, a natureza é indiferente e o matuto é puro susto, momento em que algo novo e repentino suspende a vida e sua inércia. O cenário é nada, porque é do nada que o rei começava a inventar o Brasil, projetando-o como obra sua, como totalidade emanada de sua vontade. O Brasil não se ergue sobre cadáveres de heróis, não se planta regado pelo sangue do povo em armas, não se instaura dependente de generais, mas surge como ato de um rei, que também se plenifica ao deliberar. O quadro é apenas isto: o rei decidindo e criando.

As antigas colônias espanholas seguem um percurso diferente. Embora inicialmente a luta por autonomia se dê em nome do próprio rei, pela renovação das autonomias locais características dos antigos Habsburgos, pouco a pouco ela se transforma em luta contra o rei, em guerra colonial.¹⁹ Perdido o rei, desaparece a unidade territorial do antigo espaço colo-

nial, agora estilhaçado em repúblicas desabitadas por uma cidadania real. Na luta contra o rei e contra a tradição, as novas nações americanas de fala espanhola são obrigadas à tentativa de vestir o figurino das sociedades liberais, sem os personagens adequados. Mas é a própria natureza plástica do barroco que parece autorizar esta negociação para melhor sobreviver na sua condição de *arché*, de origem da pluralidade de experiências que transformarão o antigo espaço do império espanhol em um complicado e inconcluso painel político e social.

Enquanto o barroco ibérico é a reafirmação subjetivista da tradição e do passado, é um giro voluntarista de uma sociedade em busca de seus fundamentos tradicionais, o barroco brasileiro vive uma dinâmica oposta, completando-se apenas ao criar expressivamente o novo: uma nação, uma nova totalidade histórica. Pôde, por isso, abrir-se ao liberalismo, dando forma à nossa revolução encapuzada, no dizer de Florestan Fernandes,²⁰ ou à nossa revolução passiva, de acordo com Werneck Vianna.²¹ É certamente este barroco fundado na linguagem da arte que sustenta a nossa singularidade, o dinamismo de uma sociedade inquieta e criativa, e a nossa crescente democratização. Se Tocqueville está certo ao destacar o peso da origem nas formações nacionais, talvez seja agora o momento de recuperarmos reflexivamente a nossa *arché*, e retirarmos dela a inspiração que pode nos tornar ainda mais singulares e universais, simulta-

neamente: a organização de uma sociedade onde os desejos e interesses de todos dêem passagem não a uma massa informe vinculada a formas de despotismo democrático – como temia Tocqueville –, mas

a uma *multidão* que exhibe livremente as suas diferenças e a sua potência, como queria Spinoza, o autor que melhor desenvolveu as possibilidades democráticas da linguagem dos sentimentos e do barroco.

N O T A S

1. Alexis Tocqueville, *Democracy in América*, disponível em http://xroads.virginia.edu/~HYPER/DETOC/1_ch02.htm.
2. Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, Lisboa, Martins Fontes, 1984, p. 191 e ss.
3. Max Weber, Rejeições religiosas do mundo e suas direções, in H. Gerth e W. Mills, *Ensaio de sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
4. Walter Benjamin, *Origens do drama barroco alemão*, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 162.
5. Carl J. Friedrich, *The age of the baroque: 1610-1660*, New York, Harper & Row, 1965, p. 53.
6. Louis Marin, *Le portrait du roi*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1981.
7. Severo Sarduy, Barroco e neobarroco, in César Fernández Moreno, *América Latina em sua literatura*, São Paulo, Perspectiva, 1979, p. 161.
8. José Antonio Maravall, *Culture of the baroque: analysis of a historical structure*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1986, p. 20 e ss.
9. Ibidem, p. 27.
10. Antonio Manuel Hespanha, *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político*. Portugal, século XVII, Coimbra, Almedina, 1994, p. 528.
11. Rubem Barboza Filho, *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.
12. Max Weber, *The theory of social and economic organizations*, New York, The Free Press; London, Collier Macmillan, 1964.
13. Antônio Pedro Pita, *A experiência estética como experiência do mundo*, Porto, Campo das Letras, 1999. Sem se referir à Ibéria, mas tendo Dufrenne como objeto, Pita desenvolve uma brilhante análise das possibilidades da linguagem da arte, no sentido aqui referido.
14. Octavio Paz, Un mundo en otro, in Octávio Paz e Luís Mário Schneider (eds.), *México en la obra de Octávio Paz*, México, Fondo de Cultura Económica, 1989, v. 1, p. 171.
15. Claudio Véliz, *The new world of the new gothic fox: culture and economy in English and Spanish América*, Los Angeles: University of California Press, 1994.
16. Carmen Bernand e Serge Gruzinski, *Historia del Nuevo Mundo: del descubrimiento a la conquista. La experiencia europea, 1492-1550*, México, Fondo de Cultura Económica, 2001.
17. Robert Bellah et al., *Habits of the heart: individualism and commitment in American life*, Los Angeles: University of California Press, 1985.
18. Charles Taylor, *As fontes do self*, São Paulo, Loyola, 1997.
19. Halperin Donghi, *História da América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 93.
20. Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
21. Luiz Werneck Vianna, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ, 1997.

Claudia Wasserman

Professora Adjunta do Departamento de História da UFRGS.
Doutora em História Social pela UFRJ. Pesquisadora do CNPq.

Identidade Nacional

O Brasil para seus intelectuais

Este artigo pretende abordar o tema da constituição da identidade nacional brasileira e o papel desempenhado pela intelectualidade neste processo.

Palavras-chave: identidade nacional, história intelectual brasileira, nação e nacionalidade.



This article goals to present the theme of Brazilian's national identity constitution and the role of the intelligence on this process.

Keywords: national identity, brazilian intellectual history, nation and nationality.

O tema da identidade nacional tem sido bastante abordado pelos meios acadêmicos, pela mídia e também pelos políticos. Os primeiros propõem-se a explicar as origens dos sentimentos nacionais e da nação; a mídia aplica o conceito indistintamente, caracterizando os comportamentos e refe-

renciais comuns ao conjunto da comunidade nacional; e os políticos utilizam a idéia de identidade nacional para fins programáticos e como forma de apelo aos sentimentos comunitários.

Possuir uma nacionalidade e buscar as origens da nação ou defender o naciona-

lismo são considerados fatos corriqueiros na história do século XX, nem sempre tratados com tranqüilidade pelos militantes da questão nacional, pelos especialistas ou mesmo pelo cidadão comum. Nação, nacionalidade e nacionalismo são temas controversos. Entre os historiadores, a dificuldade parece aumentar, porque, embora tenhamos como objeto as sociedades humanas, parece difícil para a maioria de nós lidar com os sentimentos, com os processos subjetivos, que não prescindem das condições materiais, mas também não se confundem com elas. Frequentemente, nesta temática, aparecem as paixões humanas. Idéias idílicas de pertencer a uma comunidade mais ampla do que a local ou de ser protagonista na construção de uma nacionalidade tornam o tema mais problemático para os especialistas.

Este artigo pretende abordar o tema da constituição da identidade nacional brasileira e o papel desempenhado pela intelectualidade neste processo. Qual o peso dos intelectuais na construção dos sentimentos nacionalistas?

Basicamente, a constituição de uma identidade nacional, a construção de uma fraternidade entre pessoas que habitam um território delimitado, ocorre a partir de elementos objetivos e subjetivos,¹ da existência de tecnologia² e de uma importante dose de invenção, engenharia política ou artefato.³

Entre os elementos objetivos, existem aqueles que advêm das tradições, hábitos, costumes e rituais dos setores conhecidos como *los de abajo*, o que

Hobsbawn chamou de “protonacionalismo popular”. Além disso, o Estado político cria outros elementos objetivos, como exército, moeda, fixação de fronteiras, e inventa alguns elementos que são concretos, mas funcionam como simbólicos, como, por exemplo, hino nacional, bandeira etc., aspectos relacionados com o “patriotismo constituído pelo alto”.⁴

O fator subjetivo refere-se ao nacionalismo, ou seja, à intenção explícita de construir e consolidar uma fraternidade que ultrapasse os limites locais e regionais. Os nacionalismos são veículos por meio dos quais se constroem as nações modernas; são eles que elaboram programas capazes de, em sociedades tão desiguais como as nossas latino-americanas, por exemplo, incorporar grande parte da população e fazer com que todos se sintam partícipes dessa comunidade imaginada.⁵

A tecnologia, que se refere à existência da imprensa e envolve a educação em massa, a elaboração de cartilhas, a existência de um mercado editorial e de periódicos de circulação nacional, bem como, eventualmente, do rádio, é necessária para a difusão dos elementos objetivos e do nacionalismo. Para que todos tenham acesso à idéia de pertencimento a uma nacionalidade e ao conhecimento das datas nacionais, dos símbolos etc., é imprescindível que exista uma tecnologia capaz de difundir essa fraternidade.

Finalmente, são necessárias pessoas que *juntem tudo isso* e forneçam sentido ao que está aparentemente *solto*; que con-

sigam realizar um amálgama de todos esses aspectos objetivos e subjetivos e que saibam usar a tecnologia a favor da difusão dessa nacionalidade; que sejam convincentes e tenham autoridade para falar em nome de todos. Essas pessoas são os intelectuais. Sujeitos bastante singulares, responsáveis por criar e transmitir idéias que terão um efeito importante na constituição da identidade nacional.

O espaço social ocupado pelos intelectuais nas sociedades contemporâneas fornece a eles um prestígio, como supostos portadores da razão, da verdade e de valores éticos de validade universal. O lugar de enunciação do discurso intelectual (academias, centros de investigação da história nacional, arquivos de documentos históricos, escolas e universidades) confere autoridade aos que falam a partir dele.⁶

Os intelectuais tiveram um papel de destaque na criação de uma narrativa que conferiu ao passado uma identidade; através dessa narrativa, esses sujeitos puderam instaurar um significado na história nacional. Foram responsáveis por aquilo que Ernest Gellner chama de engenharia, artefato ou invenção da nação.⁷

Inicialmente, os intelectuais brasileiros, por exemplo, estiveram muito envolvidos com a política. Alguns eram militares que participaram do processo de independência, outros, literatos. Depois foram sobrevivendo em institutos e centros de história, arquivos de história nacional e, mais tarde, nas universidades.

É possível periodizar as mudanças do perfil intelectual brasileiro. Modificam-se os *lugares de enunciação* (política, arquivos, centros de investigação, universidades) e muda também o *regime de historicidade* (os eixos centrais da análise e caracterização da história nacional), mas em todas as épocas os intelectuais desempenharam certas funções na criação da narrativa a respeito da nação e da nacionalidade. Que funções foram essas? Primeiramente, ressaltar a importância das tradições, hábitos, costumes comuns, e rejeitar aqueles que eram diferentes; depois, conferir sentido àqueles elementos que antes se encontravam dispersos; realizar um amálgama de tradições, rituais, costumes de *los de abajo* e de aspectos introduzidos pelo Estado, naturalizando a existência de uma fraternidade entre todos esses elementos; realizar a propaganda dos sentimentos de pertencimento (programa do nacionalismo), utilizando e estimulando os meios de difusão desse programa nacionalista em escolas, meios de comunicação e outros campos de sociabilidade.

Existem vários discursos intelectuais acerca da nação e da nacionalidade brasileira. Esses discursos são muitas vezes contraditórios e divergentes: um trata da precoce manutenção da unidade territorial e dos benefícios da manutenção da família real portuguesa no pós-independência e atribuem ao país uma unidade nacional original, por vezes tratada como ontológica;⁸ outro discurso aborda a provisoriedade da nação brasileira e

sua incompletude, as dificuldades de incorporação de grupos sociais subalternos, os males, problemas, desvios e deformações que impediram a constituição de uma autêntica nacionalidade;⁹ existe, ainda, outra formação discursiva que considera a especificidade do caráter nacional, do modo de ser do brasileiro, daquilo que o diferencia dos demais povos.¹⁰

Configura-se, a partir dessa mescla de discursos e afirmações peremptórias de nacionalidade, o chamado discurso fundador, que funciona como referência básica no imaginário constitutivo do país. A apreensão desses discursos fundadores é feita nos meios de comunicação, nos livros de história e ciências sociais, na literatura nacional, nos manifestos políticos e nos clichês acerca do modo de ser do brasileiro. A identidade nacional conforma-se a partir de uma conjunção entre esses discursos, prevalecendo um ou outro, ou uma mescla deles, conforme o momento histórico e os sujeitos sociais que emitem opinião sobre o assunto.

Mesmo assim, como bem observava Hobsbawm, é muito difícil perceber o que as pessoas comuns pensam acerca de sua própria condição identitária: “é muito provável que os soldados conchamados por Nelson a lutar na batalha de Trafalgar tivessem realmente o sentimento de patriotismo descrito ardentemente no discurso do comandante, mas não podemos ter essa certeza absoluta”.¹¹ Não existe possibilidade de controle coletivo ou pessoal sobre a construção de

sentidos de nacionalidade ou nação. Não se sabe exatamente o porquê da eficácia discursiva; o certo, no entanto, é que os excessos de voluntarismo nem sempre são suficientes para a consolidação de um axioma no que se refere à questão nacional.

Assim, refletir sobre as forças que instauram um sentido à nacionalidade e à nação brasileira é tentar sistematizar a mescla ideológica que conferiu ao Brasil e aos brasileiros uma especificidade que os fazem diferentes dos outros.

O discurso pós-independência tornou-se um divisor de águas na construção da nacionalidade, muito embora os marcos da fundação do sentimento nacional tenham sido freqüentemente deslocados para momentos anteriores à independência. O historiador oficial da monarquia, Francisco Adolfo de Varnhagen, defendia esse sistema e afirmava que “todos os indivíduos mais respeitáveis, tanto funcionários como escritores ou simples pensadores, consideravam (...) possível e até vantajosa a continuação, ao menos ainda por algum tempo, da união a Portugal”.¹² Mas, em outro momento, manifestou abertamente a idéia da preexistência de um sentimento antilusitano fervoroso:

Os sentimentos em favor da independência manifestaram-se desde logo tão fortes nos corações brasileiros, à chegada das primeiras notícias dos planos meditados pelas Cortes, no mês de julho, de dividir o Brasil, que conceberam desde logo a idéia, *por*

certo ainda então demasiado prematura, de aclamarem o próprio príncipe imperador do Brasil.¹⁵

Varnhagen considerava prematura a empresa da independência, mas também não podia admitir, assim como os “corações brasileiros”, um processo de recolonização. Note-se que o ideal de Varnhagen, de difícil apreensão numa obra tão descritiva, era manter o Brasil unido a Portugal, numa situação em que

a *ex-colônia* mantivesse condições de igualdade jurídica e política com a antiga metrópole. Em Varnhagen, a idéia de existência originária de uma nação está ligada ao esquecimento dos índios como integrantes do país e ao estreito vínculo construído entre a elite local e as cortes portuguesas.

Para José Bonifácio, livre-pensador, político do Império, dois problemas tinham que ser solucionados para a felicidade da

AN PH/FOT/ 12260(3)



José Bonifácio, livre-pensador do Império

nação; acreditava que a nação não estaria “regenerada” se os índios e os negros não sofressem um processo de enquadramento, por meio de leis:

Chegada a época feliz da regeneração política da nação brasileira, e devendo todo cidadão honrado e instruído concorrer para tão grande obra, também eu me lisonjeio que poderei levar ante a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa algumas idéias, que o estudo e a experiência têm em mim excitado e desenvolvido.

Como cidadão livre e deputado da nação dois objetos me parecem ser, fora a Constituição, de maior interesse para a prosperidade futura deste império. O primeiro é um novo regulamento para promover a civilização geral dos índios do Brasil, que farão com o andar do tempo inúteis os escravos. Segundo, uma nova lei sobre o comércio da escravatura, e tratamento miserável dos cativos.¹⁴

O historiador Capistrano de Abreu, contemporâneo de Varnhagen, concebeu seu livro *Capítulos de história colonial (1500-1800)* a partir dos últimos anos do século XIX, quando começou a recolher documentos na Biblioteca Nacional, e chegou à conclusão de que a formação do sentimento nacional brasileiro foi fruto de guerras e movimentos como o dos bandeirantes paulistas. Essas revoltas e movimentos teriam

forjado a consciência nacional indispensável ao “sete de setembro”. Em 1875, escreveu:

Os holandeses foram derrotados; os paulistas transportaram para o seio das florestas as epopéias que os portugueses tinham cinzelado nos seios dos mares; em Pernambuco houve a guerra dos Mascates e alhures revoltas mais ou menos sangrentas; os interesses reinóis e coloniais bifurcaram-se e tornaram-se antagônicos; o sentimento de fraternidade começou a germinar (...). A pouco e pouco a emoção antiga foi desaparecendo; a emoção de superioridade rebentou, cresceu e deu-nos o sete de setembro, o dia-século de nossa história.¹⁵

Além de conceber a nação brasileira como um dado cuja origem encontrava-se em certas guerras e movimentos coloniais, ao final dos *Capítulos de história colonial*, Capistrano de Abreu seguia a mesma linha determinista e científica de seus contemporâneos para demonstrar os problemas e dificuldades de se consolidar a nação. Descreveu a terra, o clima e os tipos característicos das mais diversas regiões do país, para concluir que:

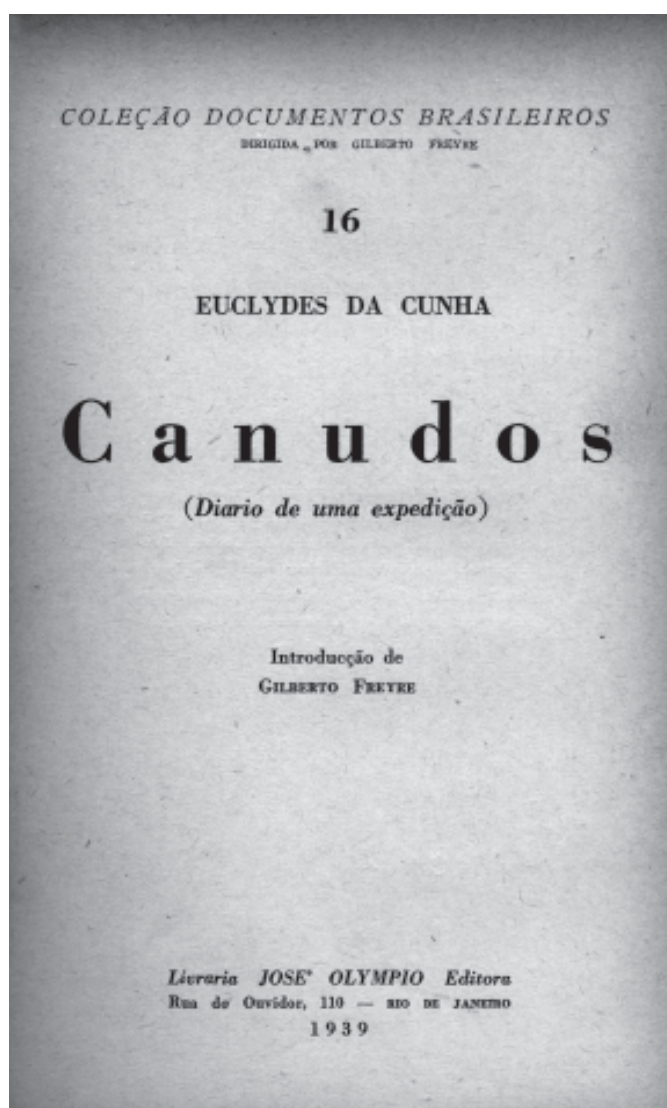
Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam (...). É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania,

embora usassem tratar-se patricio e paisano. [...]

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo por-

tuguês aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos.¹⁶

O mais interessante no pensamento de Capistrano de Abreu é que, quando se referia às elites coloniais no período imediatamente anterior à independência, ele



O clássico de Euclides da Cunha representa uma tentativa de interpretação da nossa formação social

identificava os sentimentos de consciência e espírito nacionais, mas ao descrever os povos, o clima e a terra, parecia se decepcionar com os resultados obtidos com a emancipação. É, em verdade, uma forma de culpar o clima, a terra e as etnias pela inatingibilidade da unidade da nação.

Prevaleceu também entre outros pensadores do século XIX a idéia de que a nação existia como resultado do passado pré-colonial, colonial ou do processo de independência. Influenciados pelas idéias deterministas, cientificistas e pelo positivismo, os intelectuais do século XIX sonhavam com a possibilidade de progresso ilimitado, a exemplo dos países centrais do capitalismo. Autores do começo do século XX, como Euclides da Cunha,¹⁷ Manoel Bonfim,¹⁸ Sylvio Romero,¹⁹ Affonso Celso²⁰ e outros, encontravam obstáculos para a consolidação política e os interpretavam como *desvios* e *deformações* de nossa formação nacional. Para Romero, por exemplo, “o maior mal do Brasil [...] é pretendermos ser, como nação, como todo político-social o que não somos realmente”.²¹

Para a maior parte dos autores do período, o que explicava a nação e a nacionalidade era a terra, a geografia, o clima e as raças. *Nação inacabada*, *Males da nação*, *Nação enferma* eram títulos bastante comuns na bibliografia da época e refletiam o que pensavam os intelectuais acerca da questão. Esses autores organizavam todos os critérios objetivos (como língua, etnia, origem histórica, religião) para conceder status de

nação ao país e de cidadania ao seu povo, mas em vista das dificuldades de manutenção de ordenamentos políticos estáveis e dos obstáculos enfrentados para a construção de sociedades menos desiguais, um sentimento de frustração acometia a intelectualidade. Apontavam as irregularidades na formação nacional, identificando desvios e deformações em relação a um certo padrão de nação e nacionalidade eleito por eles como modelo e exemplo avançado de civilização. França e Estados Unidos eram os parâmetros preferenciais dos brasileiros.

A Primeira Guerra Mundial representou uma certa crise no pensamento brasileiro e latino-americano a respeito da questão nacional. O desencanto com a civilização ocidental levou intelectuais e políticos a buscarem nas raízes autóctones as características essenciais da nacionalidade. O discurso dos anos de 1920 e 1930, exemplificado por Sérgio Buarque de Holanda,²² Gilberto Freire²³ e Caio Prado Jr.,²⁴ procurava saber *quem somos, quem fomos, como nos caracterizamos* a partir de valores étnicos, regionais, lingüísticos, elementos naturais ressaltados como símbolos da singularidade, originalidade e autenticidade brasileiras. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, considerava o passado um obstáculo e preconizava a liquidação das raízes como um imperativo do desenvolvimento nacional:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não

adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.²⁵

Eram discursos que recusavam imitações, rechaçavam os estrangeirismos. Alguns se constituíam como discursos de vanguarda (Oswald de Andrade), manifestos que se propunham a estabelecer critérios e parâmetros da unidade nacional.

Mais tarde, entre os anos de 1950 e 1970, observa-se a dicotomia entre o discurso marxista e o nacional-desenvolvimentismo, tendo este último influenciado a maior parte da intelectualidade brasileira. A disputa entre essas visões refletia a paradoxal divisão do mundo entre o internacionalismo e o nacionalismo, a revolução e a reforma. Os primeiros eram vistos como inimigos da nação, verdadeiros obstáculos na consolidação do desenvolvimento capitalista e da democracia. Nessa fase, vencidos os supostos inimigos comunistas, e ainda com imensas dificuldades de consolidar politicamente o país, as elites brasileiras passaram a culpar o modo de ser da gente do Brasil, como responsável pelos males da nação: "Terra de Santa Cruz, reduto da malandragem, habitada por seres lasci-

vos e indolentes, cujo herói é sem caráter e onde a Lei de Gerson prevalece".²⁶ Predominava então uma identidade atribuída pelas elites e assumida pelo povo brasileiro, em vista das dificuldades sociais. Prevaleceram imagens preconceituosas, impregnadas no imaginário popular em função da repetição e dos problemas advindos da própria construção de uma nacionalidade, dentro dos padrões de nação considerados pela elite como os mais adequados.

Nesse discurso do *modo de ser* do brasileiro, a sociedade percebe uma possível unidade orgânica, que perpassa suas diferenças sociais, raciais, religiosas, políticas e estabelece um vínculo entre todos os brasileiros, de norte a sul. Mesmo que muitas vezes os enunciados da Lei de Gerson (levar vantagem em tudo), do *jeitinho brasileiro* e do *Deus é brasileiro* tenham sido utilizados de maneira pejorativa para proclamar uma indignação ética, ainda assim eles funcionavam como fatores unificadores da brasilidade, sentidos que deveriam ser eliminados ou desconstruídos.

Em função da dependência cultural, entretanto, construiu-se a idéia de que o Brasil é um país que, tendo tudo para crescer, desenvolver-se e igualar-se aos demais povos *civilizados*, não consegue realizar essas *tendências naturais*, provenientes de sua grandeza territorial, humana e de recursos naturais. De certo modo e, em muitos aspectos, a maior parte dos estudos sobre a nacionalidade continuam ressentindo-se de *ausências e incompletudes*.

Em *Classe e nação*, editado no Brasil em 1986,²⁷ Octávio Ianni adota a perspectiva da “nação incompleta”: “A nação da burguesia não compreende a nação do povo. Os camponeses, mineiros, operários e outras categorias sociais, ou índios, mestiços, negros, mulatos, brancos e outros constituem uma espécie de nação invisível; aparentemente invisível”.²⁸

As análises de Octávio Ianni em seu último ensaio sobre o tema, *O labirinto latino-americano*, seguem a mesma direção. O autor trabalha com dois conceitos por meio dos quais pretende interpretar a questão nacional: Estado e sociedade civil. De seu ponto de vista, “o Estado é (...) freqüentemente prisioneiro de pequenos grupos, as classes econômica, política e militarmente mais fortes; os que mandam”, enquanto a sociedade civil é formada, predominantemente, por “camponeses, mineiros, operários, empregados e outros; em geral compreendendo índios, mestiços, negros, mulatos, amarelos, brancos”.²⁹ E quanto à relação entre esses dois conceitos, Ianni considera-a “conflituosa”. Observa que “a sociedade civil e o Estado encontram-se e desencontram-se. Frequentemente dissociam-se. A sucessão de crises, golpes de estado, ditaduras e interrupções democráticas assinalam o periódico divórcio entre as tendências predominantes na sociedade civil e as do Estado”.³⁰

Ao analisar mecanicamente esses conceitos, Ianni separa-os como duas dimensões diferenciadas de uma mesma realidade, e poderia concluir pela bondade

intrínseca da sociedade civil e o maquiavelismo do Estado, visto como instrumento das classes dominantes. Por causa disso, Ianni ressalta que “a nação não está pronta, acabada”. “Na América Latina, a nação parece encontrar-se sempre em formação”, “as revoluções burguesas verificadas nos países latino-americanos não resolveram alguns aspectos básicos da questão nacional” e “a fisionomia da nação burguesa pouco ou nada reflete da cara do povo”. “Na América Latina, a história estaria atravessada pelo precário, inacabado, mestiço, exótico, deslocado, fora do lugar, folclórico. Nações sem povo, sem cidadãos, apenas indivíduos e população”.³¹

Apenas alguns autores contemporâneos alertam para o perigo de se buscar as origens da nação e indícios de identidade nacional em período anterior ao desenvolvimento das condições materiais para a constituição desta entidade.

José Murilo de Carvalho, em seu estudo sobre a simbologia republicana no Brasil, alerta para a necessária existência de um “anterior sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que antigamente podia ser o de pertencer a uma cidade e que modernamente é o de pertencer a uma nação”, e diz:

No Brasil do início da República, inexistia tal sentimento. Havia, sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo a unidade política. A guerra contra o Paraguai na

década de 1860 produzira, é certo, um início de sentimento nacional. Mas fora muito limitado pelas complicações impostas pela presença da escravidão. (...)

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República.³²

O estudo contemporâneo de José Horta Nunes, *Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua*,³³ remete às questões lingüísticas o processo de formação da nacionalidade e dispõe

a época do modernismo como o período da fixação de sentidos nacionais, através da afirmação lingüística evocada pelos manifestos culturais. Dispõe, também, que “o contexto cultural da época dos manifestos se caracteriza pela afirmação da identidade nacional (...) intensifica-se a preocupação com a questão da língua nacional, havendo um esforço para distinguir a língua brasileira das demais, principalmente da portuguesa”.³⁴

Começam a surgir, no Brasil dos anos de 1990, estudos que divergem das posições recorrentes sobre desvios, anomalias, deformações, inimigos, incompletudes. As construções estereotipadas sobre o



Um mundo inculto e afastado do universo do consumo coexiste com o mundo 'civilizado' das elites

AN PH/FOT/ 2764(102)

Brasil e o brasileiro são contestadas com base em estudos historiográficos e na *nova história política*, especialmente através da análise de discurso e de uma interpretação da realidade simbólica. Os novos aportes entendem a construção dos estereótipos como determinações históricas, circunstanciais. Além disso, nos novos estudos sobre a nação brasileira, o conceito de cidadania passou a vincular-se diretamente ao de nacionalidade, como no trabalho de Maria Cristina Leandro Ferreira: “Não há como falar de brasilidade sem trazer à tona o conceito de cidadania. Este é um conceito crucial na compreensão dos sentidos que se atribuem ao brasileiro”.³⁵ No entanto, Ferreira também aponta uma separação inexistente entre Estado e sociedade civil: “no Brasil, o Estado sempre foi mais forte que a nação. (...) a ausência de uma sociedade civil organizada resulta numa cidadania fraca, à qual se contrapõe um Estado forte, poderoso”.³⁶

No Brasil, assim como no resto do mundo, a década de 1990 assistiu ao questionamento da hegemonia da identidade nacional sobre as demais formas de identificação social. Houve uma verdadeira revisão no processo histórico de descontextualização ao qual haviam sido submetidas as múltiplas identidades étnicas, sociais, religiosas, familiares e sexuais existentes no mesmo Estado nacional. A partir do final do século XX, assiste-se à emergência de movimentos indígenas, antigos e novos regionalismos, afirmação de direitos ancestrais, feminismo, fundamentalismo religioso e outros;

enfim, a contradição entre universalismo e particularismo volta a aparecer com toda força. No mundo cada vez mais globalizado e homogêneo do ponto de vista político, econômico, comercial e financeiro, a cultura e a sociedade devolvem amplas doses de particularismos e *excentricidades*.

Os últimos acontecimentos mundiais ressaltam, inclusive, uma tendência ao incremento das identidades fundadas sobre bases religiosas e/ou étnicas. Considerados fanáticos e irracionais, esses grupos, mais e mais numerosos, têm características próprias, mas assumem cada vez mais as identidades que lhes são atribuídas pelos seus detratores: bárbaros. A idéia de que existe um território mundial civilizado e um mundo bárbaro é recorrente na modernidade. E uma das formas mais brutais de se resolver a questão é propor a eliminação da barbárie.

No Brasil, também se observa, ainda que de maneira muito sutil, sobretudo devido à sua posição periférica no cenário internacional, o discurso da existência de dois mundos, duas nações e duas brasilidades: um lado civilizado e desenvolvido, o mundo do consumo e das elites, e outro mundo inculto, o popular, completamente afastado do consumo das grandes cidades brasileiras e das benesses do capitalismo. A mera existência discursiva dessa dicotomia, a par da sua existência concreta e fartamente documentada, guardadas as devidas proporções, recobre um perigo tão grande quanto o que existe no resto do mundo.

N O T A S

1. Eric Hobsbawn afirma que língua, território, etnia, traços culturais comuns, religião e outros podem ser importantes, mas não fundamentais para definir a existência desses agrupamentos humanos. Eric Hobsbawn, *Nações e nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 15.
2. Eric Hobsbawn, op. cit.; Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989.
3. Ernest Gellner, *Nações e nacionalismo: trajectos*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 89; Eric Hobsbawn, op. cit.
4. Ambos os conceitos, protonacionalismo popular e patriotismo estatal, foram criados por Eric Hobsbawn, op. cit.
5. Benedict Anderson, op. cit., p. 9-56.
6. Segundo Norberto Bobbio, "aquilo que os intelectuais pensam e dizem tem um valor exemplar e, como tal, diretivo. Os intelectuais como guias morais da nação, ou mesmo da humanidade". Norberto Bobbio, *Os intelectuais e o poder*, São Paulo, Unesp, 1997, p. 62.
7. Ernest Gellner, op. cit., p. 89: "É o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário. (...) é possível revivificar línguas mortas, inventar tradições, restaurar antigas essências bastante fictícias. No entanto, este aspecto, culturalmente criativo, imaginativo, positivamente inventivo, do ardor nacionalista não deveria permitir que ninguém concluísse erradamente que o nacionalismo é uma invenção ideológica, contingente e artificial".
8. Luiz Felipe de Alencastro, *L'empire du Brésil*, in Maurice Duverger, *Le concept d'empire*, Paris, PUF, 1980, p. 50-85.
9. Octávio Ianni, *Classe e nação*, Petrópolis, Vozes, 1986.
10. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 13. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1979, p. 3 e 121, 1. ed.: 1936.
11. Eric Hobsbawn, op. cit., p. 93.
12. Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*, 7. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1959, t. 1, p. 24, 1. ed.: t. 1, 1852.
13. Ibidem, p. 86, grifo nosso.
14. José de Andrada e Silva Bonifácio, *Projetos para o Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras; Publifolha, 2000, p. 23. Esse discurso é de 1823, bem como os projetos para regulamentação do comércio de escravos e da situação indígena.
15. João Capistrano de Abreu, *Ensaio e estudos, 1ª série*, Rio de Janeiro, Briguier, 1931, p. 75-76.
16. Ibidem, p. 247.
17. Euclides da Cunha, *Os sertões*, São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 30-89, 1. ed.: 1901.
18. Manoel Bonfim, *A América Latina: males de origem*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1993, p. 173, 1. ed.: 1903.
19. Sylvio Romero, *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*, Porto, Chardron, 1910, p. 102.
20. Affonso Celso, *Porque me ufano do meu país*, 12. ed., Rio de Janeiro, Briguier, 1943, 1. ed.: 1900.
21. Sylvio Romero, op. cit., p. 102.
22. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 3 e 121.
23. Gilberto Freire, *Casa-grande e senzala*, 22. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1983, 1. ed.: 1933.
24. Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, 8. ed., São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 48, 1. ed.: 1933.

25. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 121.
26. Maria Cristina Leandro Ferreira, A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro: o funcionamento discursivo do clichê no processo de construção da brasilidade, in Eni Puccinelli Orlandi, *Discurso fundador*, São Paulo, Pontes, 1993, p. 69.
27. Octávio Ianni, op. cit.
28. Ibidem, p. 14-15.
29. Octávio Ianni, *O labirinto latino-americano*, Petrópolis, Vozes, 1993, p. 75.
30. Idem.
31. Ibidem, p. 77-78.
32. José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 32. O texto de Carvalho é extremamente agradável e rigoroso na utilização de fontes não escritas – monumentos e símbolos republicanos –, mas o que nos interessa é que ele é um dos primeiros autores brasileiros a situar o aparecimento da nação na fase de implantação e consolidação do modo de produção capitalista no país, pelo menos depois do advento da abolição.
33. José Horta Nunes, Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua, in Eni Puccinelli Orlandi, op. cit., p. 43-57.
34. Ibidem, p. 49.
35. Maria Cristina Leandro Ferreira, op. cit.
36. Ibidem, p. 74.

Maria Isabel Moura Nascimento

Professora da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora do HISTEDBR de Campos Gerais (PR).

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Imprensa no Brasil

Do Império à Primeira República



O presente artigo tem como objetivo reconstruir a evolução histórica dos órgãos da imprensa no Brasil desde o Império até a

Primeira República, levantando as principais características dos jornais mais importantes da época e sua relação com o

contexto histórico.

Palavras-chave: história, imprensa, ideologia.

The objective of this article is to rebuild the historical evaluation of the press organs in Brazil, from the Empire to the first Republic time, uncovering the main characteristics of the most important periodicals from the period studied and their relation with the

historical context.

Keywords: history, press, ideology.

A imprensa esteve sempre presente nas manifestações históricas, principalmente para disseminar ideologias e concepções. Desde sua instituição no Brasil, em 1808, trilhou inicialmente por um caráter político ideológico para depois apoiar os interesses da sociedade capitalista e da cons-

ciência burguesa. A redução teórico-ideológica e funcional do jornal identifica os interesses econômicos e políticos.

Nessa perspectiva, o presente texto tem como objetivo o mapeamento da imprensa por meio do movimento da história, reconstruindo a evolução histórica dos

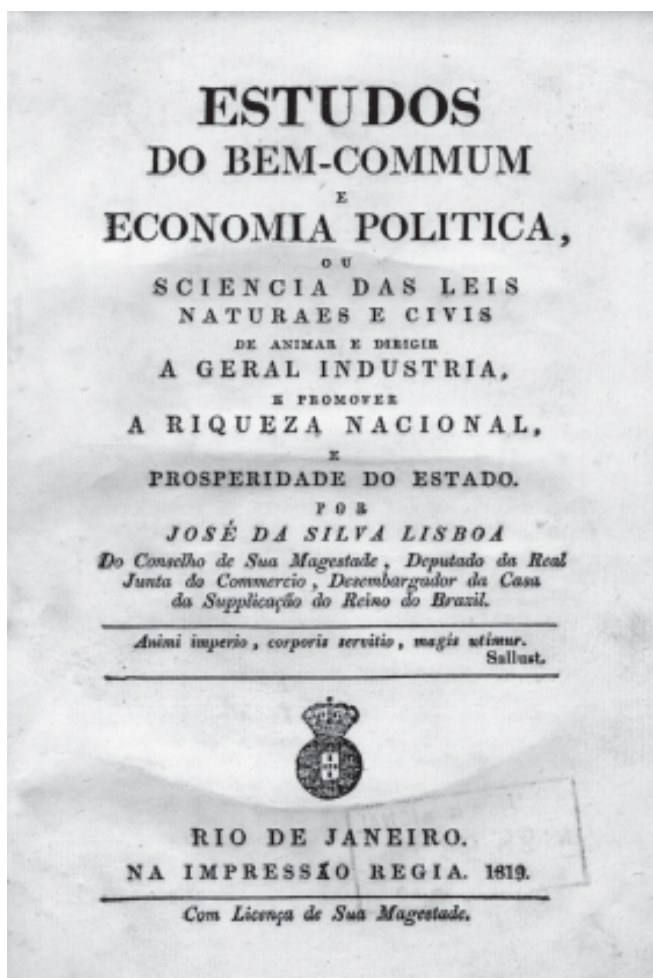
órgãos da imprensa no Brasil do Império até a República e levantando suas principais características.

O INÍCIO E A POLÊMICA DO PRIMEIRO PERIÓDICO BRASILEIRO

A imprensa oficial surgiu, no Brasil, em 1808, com a vinda da Corte de dom João VI à Colônia, quando Antônio de Araújo, conde da Barca, trouxe um material tipográfico que seria instalado no Rio de Janeiro, futura capital do Reino.

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural, com acesso aos livros e a existência de uma relativa circulação das idéias. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na colônia (...).¹

Em 10 de setembro do mesmo ano, criou-se o jornal *Gazeta do Rio de Ja-*



Obra publicada pela Impressão Régia, implantada após a vinda da corte de dom João para o Brasil

neiro, feito na imprensa oficial, 274 anos após a ocupação territorial iniciada em 1532. Diante disso, que idéias permearam tal fato e quais eram os interesses e as razões para que na Colônia não tivesse havido imprensa antes da vinda da Corte?

Autores que se dedicam a pesquisas sobre a história da imprensa e sua efetiva implantação possuem interpretações diversas para o fato, sobretudo em comparação às colônias espanholas e inglesas, também ocupadas na época. Os pesquisadores ora levam em consideração aspectos políticos e econômicos, ora relacionam tal atraso a aspectos socioculturais.

Um aspecto levantado é o fato de que os povos que viviam no país na ocupação não ofereciam grande resistência cultural à dominação dos europeus, ao contrário da colonização espanhola, que encontrara culturas avançadas, dos astecas e dos incas, que precisavam ser destruídas em função do perigo que representavam à ocupação dos espanhóis, o que poderia ser um empecilho para o plano de submissão desses povos. Diante da comunidade primitiva encontrada no Brasil, não foi difícil para os portugueses dominá-los, portanto não havia a necessidade de instrumentos culturais mais elaborados.

A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a ideolo-

gia dominante deve erigir a ignorância em virtude.²

Dentre as questões políticas, levantou-se o fato da proibição da imprensa ser decorrente da intenção do governo de impedir qualquer melhoria na Colônia, pois seu objetivo era fazer do Brasil uma colônia dependente, conforme seus interesses mercantilistas.

Outra vertente para explicar o referido atraso enfatiza o vínculo entre a imprensa e o capitalismo. A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento capitalista.³ A idéia é que o Brasil colônia, com o modo escravista, não apresentava situação propícia, dentro do molde econômico-social já disseminado na Europa, para a implantação da imprensa. Argumenta-se que “a arte de multiplicar os textos acompanhou de perto, e serviu, à ascensão da burguesia, enquanto a nova terra, integrada no mundo conhecido, iniciava sua existência com o escravismo”.⁴

Situar a implantação da imprensa no Brasil e contextualizá-la torna-se necessário a fim de que se possa compreender a sua função e a ideologia que permeava a sua história, e que demonstra a teoria de uma estrutura social marcando os interesses dos grupos dominantes, dos quais os organizadores do jornal foram porta-vozes.

As representações aceitas por estes indivíduos são idéias quer sobre as suas relações com a natureza, quer sobre as relações que estabelecem entre si ou quer sobre a sua própria

natureza. É evidente que em todos esses casos, tais representações constituem a expressão consciente – real ou imaginária – das suas relações e das suas atividades reais, da sua produção, do seu comércio, do seu (organização) comportamento político e social. Só defensável a hipótese inversa se supõe um outro espírito particular, para além do espírito dos indivíduos, condicionados materialmente. Se a expressão consciente das condições de vidas reais destes indivíduos é imaginária, se nas suas representações consideram a realidade invertida, este fenómeno é ainda consequência do seu modo de atividade material limitado e das relações sociais deficientes que dele resultam.⁵

É por meio da imprensa, nos discursos veiculados, nas publicidades e na repercussão das notícias, que a classe dominante revela os seus interesses. Nela podem-se observar as contradições existentes e o caráter político-ideológico disseminado pelo grupo social, pois a imprensa é rica em dados que permitem melhor compreender a sociedade, suas condições e suas manifestações. A imprensa não só é um veículo de informação como também é porta-voz de opiniões, interesses, enfim, dos pensamentos da classe dominante que:

(...) são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência domi-

nante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente (...).⁶

Nessa perspectiva, o jornal é um instrumento que possibilita compreender o movimento histórico, as ideologias que existiam e os conflitos de opinião. Para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades e de suas manifestações econômicas, culturais e políticas.

Dentre esses conflitos existe o que cerca a implantação oficial da imprensa. Há controvérsias sobre qual teria sido o primeiro jornal impresso brasileiro, pois em 1º de junho de 1808, três meses antes da veiculação do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, surgiu o jornal *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa.⁷ O motivo desse impasse deve-se ao fato deste jornal ser produzido no exterior, levantando-se dúvidas quanto à questão de ser considerado um jornal brasileiro. O fato é que tal jornal era escrito sobre um país, mas fora deste país, o que desencadeia dúvidas sobre a validade das interpretações de seu redator, que não participava do contexto brasileiro. Já o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, apesar de escrito no país, não tinha atrativos ao público, em razão de ser uma imprensa áulica, imparcialmente a favor do ab-

solutismo e constituindo-se em órgão de sua louvação.

As tentativas posteriores das tipografias de implantar órgãos de imprensa foram liquidadas pelas autoridades coloniais. Um dos casos é o do jornal *O Português*, da província de São Paulo, do qual dom João VI, através de uma carta régia, de 9 de julho de 1818, proibiu a circulação e a leitura.⁸ Porém, tipografias foram instaladas com autorização nesse período, sendo uma na Bahia, que instituiu o jornal *Idade de Ouro no Brasil*, e outra em Pernambuco, em 1815, que teve uma vida efêmera, pois seu funcionamento coincidiu com a Revolução em 1817.

Nesse contexto, pode-se refletir sobre o que levaria à mudança de pensamento em relação à implantação da imprensa no país? Em qual aspecto, dentre os elencados anteriormente, caberia este fato? Seria apenas pela instalação da Corte e pelas exigências culturais mais elevadas? Ou o absolutismo português, diante das pressões impostas para vir instalar-se na Colônia, estaria em declínio e necessitando difundir sua ideologia e combater possíveis idéias contrárias? Muito há que se pensar sobre tal fato, entretanto é importante salientar que o jornalismo estava tomando forma no país.

Em agosto de 1820, em Portugal, eclodiu uma revolução. A ausência do rei dom João VI no país encadeou uma série de questões, entre elas o desprestígio dos portugueses frente às outras nações, a crise econômica com o livre comércio no

Brasil e a crise militar com a presença de ingleses nos postos oficiais do Exército. Ao final desse ano, os revolucionários portugueses lançaram as bases da Constituição e convocaram uma Assembléia Constituinte, na qual os deputados exigiram o retorno do rei à metrópole.

A IMPRENSA E A REPERCUSSÃO DA RUPTURA COM O DESMANDO DO ABSOLUTISMO

Em abril de 1821, dom João VI embarcou de volta a Portugal, deixando em seu lugar o príncipe e futuro regente dom Pedro I. É nesse contexto polêmico que a imprensa ficaria a mercê de embates políticos. Reflexo dessa realidade, os jornais teriam altos e baixos em relação à liberdade de expressão, conforme os interesses dominantes.

Os fatos mais polêmicos dessa fase da história do Brasil concentram-se na permanência na Colônia do príncipe regente, dom Pedro I, na convocação da Assembléia Constituinte, no movimento pela Independência e na abdicação do imperador.

Diante dessas mudanças, os jornais, instrumento de disseminação de ideologias, surgidos na época, dividiam-se entre as idéias da cúpula política dos absolutistas e da cúpula dos liberais. Combatiam, em conjunto, o retorno ao regime de monopólio português, mas de formas diferentes: aqueles, a direita conservadora, temendo uma Independência autêntica que rompesse com o passado e ameaçasse os seus interesses de classe, eram con-

tra a Constituinte e o poder de origem popular; estes, a esquerda liberal, colocavam-se a favor da Independência efetiva e das idéias da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade. Ambos usaram a imprensa para divulgar suas idéias contra ou a favor da elevação do Brasil à categoria de Reino. O maior impasse seria mesmo em relação à liberdade total ou parcial, conforme os rumos da Independência do Brasil.

Na imprensa áulica destaca-se o jornal *O Conciliador do Reino Unido*, publicado pelo antigo diretor de censura, José da Silva Lisboa, que mais tarde tornar-se-ia visconde de Cairu. Esse primeiro jornal independente tinha como objetivo chamar a atenção para os danos que a liberdade de imprensa causa aos países. Outro periódico, dentro dessa linha, foi *O Espelho*, que surgiu em 1º outubro de 1821, tendo como responsável Manuel Ferreira de Araújo, que deixa a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era um jornal imparcial e neutro, o que o salvou das repressões acobertadas pela tropa metropolitana unida aos políticos da direita, que contestavam aqueles que almejavam um poder menos centralizador.

Neste mesmo ano, em agosto, surgiu o primeiro periódico a defender os interesses brasileiros, com características contrárias à imprensa áulica vigente. O *Diário Constitucional* era impresso na oficina da Viúva Serva & Carvalho e sua maior luta foi em torno das eleições do governo geral, a fim de que os nacionais, e não os portugueses, ficassem com a maioria, além de pretender toni-

ficar as autoridades que pendiam para a obediência a dom Pedro I.⁹ A oposição ao jornal tentou combatê-lo fomentando a iniciativa de outros jornais áulicos. No entanto, sem muito sucesso, finalmente utilizou a violência para suprimir o órgão.

Com a volta da Corte para Portugal, liberais e maçons, no Brasil, reuniam-se abertamente para discussões e novas perspectivas. O tema mais debatido nessa época de efervescência e que unia tanto as forças internas como as externas, até onde almejavam seus interesses particulares, foi a ruptura definitiva com Portugal e a permanência do príncipe. É dessa união entre classes opostas, contra o monopólio português, que ocorre a concessão da liberdade de imprensa, porém tão logo fosse alcançada a Independência, tal liberdade concedida seria anulada.

Para unir, é preciso mobilizar. Para mobilizar é preciso despertar a opinião. Para despertar a opinião, é preciso imprensa. Ela tem, então, a sua primeira fase autêntica, entre nós, quando os episódios vividos entre o retorno da Corte Joanina a Portugal e a mudança de atitude do príncipe regente dom Pedro I marca a evolução dos acontecimentos.¹⁰

Em 15 de setembro de 1821, começava a circular no Rio de Janeiro o *Revérbero Constitucional Fluminense*. Redigido pelos maçons Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego da Capela Real Januário da Cunha Barbosa, sem passar pela censura, o jornal tornar-se-ia

um órgão doutrinário da Independência brasileira.¹¹ Defendeu abertamente a liberdade de imprensa, as idéias da Revolução Francesa, combatendo as medidas da Corte de Lisboa, entre elas o regresso de dom Pedro. Este jornal é considerado o melhor arauto das reivindicações brasileiras, contando com a adesão de figuras destacadas que também reivindicavam a convocação do Conselho de Procuradores, sendo esta a primeira e rudimentar forma de dele-

gação eleitoral a vigorar no Brasil, no nível geral, decisão que o governo de Lisboa não poderia considerar senão como rebeldia.¹²

A decisão de maior ênfase no *Revérbero* foi em prol da convocação da Constituinte que seria mais tarde instalada por dom Pedro, pelos procuradores das províncias, ministros e Conselho de Estado.

Também nesse ano, a 18 de dezembro, surgiria um novo jornal que, juntamente



O jornal *Reverbero Constitucional Fluminense* tornou-se um órgão doutrinário da Independência brasileira

aos demais, faria protestos contra as medidas da Corte. Com o nome sugestivo de *A Malagueta*, o jornal de Luís Augusto May seria publicado de forma esparsa até a Regência.

No ano da Independência e meses depois do príncipe resolver ficar no Brasil, em 9 de abril de 1822, Cipriano José Barata de Almeida faria circular sua série *Sentinelas*. O referido personagem foi um agitador com inclinações para a República, tendo influência profunda na história da imprensa brasileira.

Com a Independência proclamada por dom Pedro I, em 7 de setembro de 1822, a suposta, ou poderia se dizer camuflada, união em torno da figura do imperador e contra o monopólio português seria desfeita. As profundas divergências e ideologias sobre o caminho a ser trilhado pelo Brasil em sua nova fase histórica aprofundariam o embate entre os grupos da direita e da esquerda. Estes, liderados por Gonçalves Ledo, pretendiam submeter o poder do imperador à Assembleia e aqueles, do grupo de José Bonifácio, eram contrários a esta idéia, pretendendo garantir maior poder ao imperador. Cada um desses grupos procuraria ajustar (ou impor) à imprensa o seu ideal e as suas aspirações como classe intelectualizada, diante de uma sociedade na maior parte analfabeta.

Nesse contexto, a concedida liberdade de imprensa foi anulada por atos violentos de perseguições contra os jornalistas, principalmente pelos irmãos Andrada – Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio –, figuras centrais na política brasileira que consideravam adequada

para o governo brasileiro a forma monárquica. Evidenciava-se o receio, como no início da imprensa no Brasil, de que esta, reflexo do contexto em que estava inserida, viesse influenciar idéias de liberdade e, mais precisamente, mudanças no regime político e, conseqüentemente, no poder de certos políticos. O ministro José Bonifácio de Andrada, acusando os inimigos, donos de jornais contrários às suas idéias, de conspirar para implantar a república no Brasil, determinou o fechamento de jornais ligados ao grupo de Ledo. Só se manteria ativa a imprensa que fosse favorável aos gabinetes do Andrada.

Retornava a velha questão da liberdade. Até que ponto a Independência do Brasil representava a liberdade? Este tema seria o debate central durante os dois anos após a Independência, refletido na Constituinte e no posicionamento do rei.

Os constituintes queriam que o imperador não tivesse o poder de dissolver a futura Câmara dos Deputados, forçando assim, quando julgasse necessário, novas eleições. Queriam também que ele não tivesse o poder de veto absoluto, ou seja, o direito de negar validade a qualquer lei aprovada pelo legislativo.¹³

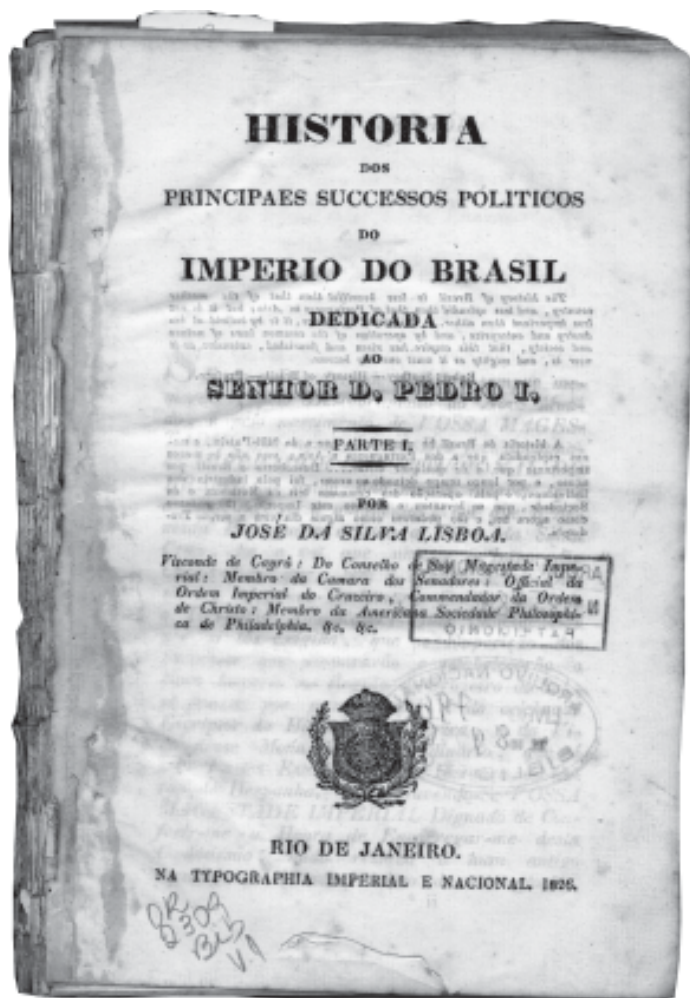
Essa disputa pelo poder teria como desfecho a dissolução da Assembleia Constituinte por dom Pedro, que, logo após, viria a elaborar um projeto de Constituição, imposta e promulgada em 24 de março de 1824, que definiu o sistema político como monárquico, hereditário e constitucional. Sobre a educação, o arti-

go 179 deste documento estabelecia que a instrução primária deveria ser “gratuita parta todos os cidadãos”.

Nos primeiros 250 anos da história do Brasil, a única instituição formal de ensino implantada foi o chamado “colégio” dos jesuítas. Entretanto, os padres buscaram em primeiro lugar catequizar os índios, trabalhar a moral dos colonos e descobrir novas vocações sacerdotais. O ensino era apenas um suplemento e até os fins do século XVII os colégios jesuítas funcionaram de forma precária nas

principais cidades. Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias, surgiu a educação pública, produzindo a primeira crise na educação.

No retrato da educação no Império, a falta de recursos “trazia a de estímulos, o desânimo, e a escola pública era, em geral a penitenciária do menino, e o ganha-pão do mestre”. Dessas escolas não se poderia obter nem educação cívica, nem preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar fun-



Publicação da Tipografia Imperial e Nacional, imprensa oficial após a independência do Brasil

ções sociais, que o regime representativo exigia, nem preparo da mentalidade infantil para receber as idéias que por ampliação se lhe deveriam incutir nos anos superiores.¹⁴

Os governadores das províncias e os bispos exerceram o papel de inspetores de educação, vigiando os professores. Eles podiam puni-los, supervisionar o pagamento e indicar os alunos que receberiam prêmios. Os professores particulares precisavam passar por exames para ensinar em suas próprias casas.

A formação dos professores não passou despercebida na lei imperial. Em seu artigo 5º, os professores que não tinham a necessária instrução do ensino elementar iriam instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas das capitais.

Conforme Mary Lou Paris, o desequilíbrio entre o poder político e econômico, entre formas tradicionais e progressistas de produção, entre idéias mais ou menos conservadoras influenciaram as considerações sobre a educação na época, sendo visível tal fato nas notícias veiculadas no jornal *A Província*, que atribuía o “atraso do país à carência educacional da população (22/9/1880)”.¹⁵

Observa-se que até o fim do Império pouco se fez de concreto pela educação brasileira, sobretudo em relação ao ensino destinado à população em geral, concentrando-se a educação apenas para a elite.

Em meio aos acontecimentos de propagação das idéias republicanas, antipor-

tuguesas e federativas, surgiram novos periódicos. A Corte do Rio de Janeiro contaria agora com *O Tamoio*, *A Sentinela da Liberdade na Guarita da Praia Grande e Estrela Brasileira*.

O Tamoio começou a ser publicado pelo grupo andradista, assim que José Bonifácio deixou o governo. Era um dos jornais mais bem escritos e vinha combater o elemento português e, indiretamente, a figura do imperador. *A Sentinela da Liberdade à Beira-Mar da Praia Grande* tinha como redator José Estevão Grondona, que redigia seus textos com provocações contra as monarquias européias e a Santa Aliança. Já o jornal *Estrela Brasileira* era do francês Jean Baptiste Aimé de Loy, que estaria no Brasil para difundir o absolutismo e o legitimismo.

Nessa fase da história surgiram jornais e pasquins, estes panfletos difamadores caracterizados de forma bem peculiar. Refletiam a efervescência, principalmente pela ascensão liberal, o surto nativista, o ódio ao português e a corrente pela liberdade.

Em 1827, começou a circular o jornal *Aurora Fluminense*. Sua orientação era da direita liberal e combatia o absolutismo. Não oferecia senão doutrina. A informação era mínima, salvo quanto à política; a publicidade era nula.¹⁶ Nesse mesmo ano surgiu o *Jornal do Commercio*, em razão do vigor do comércio nessa época. Este jornal, além divulgar os preços, informações sobre importações, anúncios, também participava dos episódios políticos da época.

O imperador também participou pessoalmente das polêmicas nos jornais, além de indiretamente influenciar alguns redatores. Ele mesmo escreveu nos jornais *Estrela*, *Gazeta do Brasil* e, principalmente, *Diário Fluminense*. Manifestando seus impulsos, ora agia no terreno legal, promovendo denúncias por crimes de imprensa cometidos pelos que o combatiam, ora brandia a mesma arma de seus adversários e utilizava a mesma linguagem, quando não a excedia.¹⁷

Até 1830, era clara a distinção entre a direita e a esquerda liberal e, conseqüentemente, entre as folhas que refletiam uma e outra dessas tendências; eram comuns apenas na crítica à direita conservadora e ao próprio imperador.¹⁸ Durante a década de 1830, no Brasil, circularam 53 jornais, sendo 42 de tendências liberais e 11 pertencentes a facções políticas diversas.¹⁹

Em meio a vários fatores, entre eles as represálias contra a imprensa e a im-



AN PH/PT/ 02.520(10)

Sede do *Jornal do Commercio*, no início do século XX

popularidade e insatisfação da população com seu governo, dom Pedro I decide, então, abdicar o trono em favor de seu filho, dom Pedro II, a 7 de abril de 1831.

OS JORNAIS E OS PENSAMENTOS LIBERAIS E CONSERVADORES

Até o golpe da Maioridade, em 1840, o país seria regido por figuras políticas que estariam no poder em nome do imperador, primeiramente pela regência trina e depois pela regência una. A longa fase do Segundo Império, em que a historiografia oficial vê sempre a ordem, a democracia, o desenvolvimento, na verdade foi a mais apagada, a mais estreita, a mais atrasada de nossa história desde a autonomia.²⁰

As elites não chegariam a um acordo sobre qual arranjo institucional seria o mais conveniente e, entre as causas das revoltas dessa época, estaria a incerteza na organização política. O destaque para o ano de 1831 é a proliferação dos pasquins por todo o país.

Em agosto de 1834, é feito o ato adicional, alterando a Constituição de 1824. Esse ato determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência, suprimiu o Conselho de Estado e deu mais autonomia às assembleias provinciais que agora poderiam fixar despesas municipais e das províncias, nomear e demitir funcionários públicos, colocando-se nas mãos de políticos regionais uma arma significativa para troca de favores e obtenção de votos.²¹

A imprensa não se desenvolveu apenas na Corte, mas estendeu-se particularmente nas províncias em que as lutas políticas eram acirradas. A resistência ao regresso conservador era o traço geral dessas lutas e queixas contra a centralização do poder, apesar da autonomia dedicada às assembleias provinciais.

Dois jornais, entre outros, no Rio Grande do Sul, viriam demonstrar tal insatisfação, e indiretamente as lutas ideológicas entre conservadores e liberais de esquerda e direita que desencadearia na Farroupilha. O jornal *O Inflexível*, que combatia a federação e a república; e o *Constitucional Rio-Grandense*, que defendia a reforma federativa. Contudo, seriam os jornais *O Povo*, de 1838, *O Mensageiro*, de 1835, *O Americano*, de 1842, e *Estrela do Sul* que disseminariam a história da Farroupilha.²²

Outras revoltas nesse contexto de luta política também tiveram órgãos da imprensa com papel relevante como vinculadores de suas ideologias. Na Cabanagem destaca-se *O Correio Oficial Paraense*, panfletário que servia aos conservadores e disseminava críticas contra o *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*.

Dois partidos políticos vão se definindo no centro dirigente. O conservador, composto por magistrados, burocratas e uma parte de proprietários rurais do Rio de Janeiro; e o liberal, constituído pela pequena classe média urbana, alguns padres, proprietários rurais de áreas menos tradicionais, como São Paulo, Minas

Gerais e Rio Grande do Sul. Eles é que irão apressar a ascensão de dom Pedro II, antecipando a maioridade no Congresso. Assim, dom Pedro II assume o trono do Brasil, com 14 anos, voltando o processo de centralização política, na qual a hierarquia ficaria instalada e a monarquia restabelecida.

A vida política do país entrava numa nova fase e a imprensa seria reflexo das questões mais polêmicas e imperantes. Nos dez anos que antecederam o final da Práeira, a imprensa liberal pôde disseminar suas idéias influenciadas pelos revolucionários franceses, sobretudo contra a facção oligárquica em Pernambuco, tendo o liberalismo reagido nas províncias. Entretanto, com a supremacia da Corte e a centralização, este vai sendo abafado, inclusive por meios violentos. A imprensa e sua liberdade, assim, revivem um período áulico.

Aparece *O Brasil*, dirigido por Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues da Silva, o primeiro uma figura típica da época e destaque da imprensa áulica e da conjunção entre imprensa e literatura, aspecto que se firmaria nesse período, declinando o jornalismo político. Os homens das letras faziam a imprensa e os periódicos literários proliferavam, com destaque para São Paulo. Escritores famosos, como José de Alencar, constituiriam exemplos marcantes da conjugação da literatura com a imprensa. Esse escritor, que deixou impressos no *Diário do Rio de Janeiro* seus livros, diz que ocorreu

a idéia de oferecer um mimo de festa, saindo então o romance e primeiro livro *Cinco minutos*.²³

Nessa época também a mulher teve jornais específicos para seus interesses. Aos poucos ela começava a se libertar da clausura da época colonial. Periódicos modistas e de literatura de cordel ditavam o gosto e o padrão europeu, entre eles *Bom Tom*, *Jornal das Moças Solteiras*, *Correio das Damas*, *Jornal para Fazer Rir* e *Mosquito*. Um escritor que acompanhou a tendência de literatura de cordel foi Machado de Assis, tornando-se colaborador do *Jornal das Famílias*, ao publicar neste periódico os seus contos.

Após a Maioridade, e com o conflito platino, novos rumos começam a aparecer, desencadeando-se sérias conseqüências na vida política do país.

A questão mais polêmica dessa época seria a escravidão. Com o surgimento da produção de café e sua exportação, o imperador e a burocracia imperial se colocavam a meio termo entre o interesse de manter a escravidão para os grandes proprietários e produtores de café e a Inglaterra pressionando ao contrário. Nesse contexto não eram apenas os proprietários que não viam com bons olhos o fim do tráfico de escravos. A população livre também estava convencida de que o fim do tráfico provocaria um colapso na sociedade.

O fato de maior inquietação foi o recrutamento de escravos a fim de formar o exército libertador do Paraguai, o que

tocava de perto a propriedade servil, assumindo proporções bem sérias, pois se estaria estimulando implicitamente a extinção do escravismo.

O projeto de libertação dos escravos também foi um fator de controvérsias entre as elites. A classe dominante via nesse projeto um grave risco de subversão, em razão das diferenças entre a liberdade concedida e a liberdade por direito. Entretanto, o movimento abolicionista ganhou força em 1880, para sua efetivação em 1888.

Um jornal que defendia a abolição da escravatura, como também o programa liberal de reforma eleitoral, reforma judiciária, abolição do recrutamento e da Guarda Nacional, era *A Reforma*, que apareceu na Corte em 12 de maio de 1869. Em 3 de dezembro de 1870, na Corte, surgiu *A República*, jornal do Partido Republicano Brasileiro, adorado pela ala radical dos liberais, no qual Quintino Bocaiuva foi um dos redatores. Defendia a federação e por isso sofreu um ataque em sua redação, em 7 de fevereiro de 1873.²⁴

Com a liberação de capitais a partir do fim da importação de escravos, originou-se uma intensa atividade econômica no país. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor, ocorrendo mudanças em direção a uma modernização capitalista, com as primeiras tentativas de se criar um mercado de trabalho.²⁵ Notícias internacionais teriam destaque nos jornais, pois antes chegavam por carta, e agora vinham diretamente via telégrafo.

Outros acontecimentos também importantes nesse contexto político foram o surgimento do movimento republicano e as relações divergentes entre Estado e Igreja, em virtude da última ser contra as liberdades modernas. As idéias republicanas começavam a tomar forma e ganhavam força nas camadas cultas do país, entre estudantes, militares e padres.

A agitação, que revelava o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira, despertou interesse pelas reformas, que começaram a ser propostas e discutidas, cada vez com mais veemência, pontilhadas pelas questões que iam surgindo, conduzidas ou resolvidas em clima de crescente turbulência: a questão servil, com as lutas em torno de algumas reformas de que dependia o seu andamento, a da liberdade do ventre, a da liberdade dos sexa-genários, a Abolição finalmente; a questão religiosa, a questão eleitoral, a questão federativa, a questão militar, a questão do próprio regime, como coroamento do processo de mudança institucional.²⁶

Essas idéias, cada vez mais enaltecidas, começaram a ser disseminadas em maior proporção pela imprensa. Podemos notar que os jornais serviram – além de disseminar ideologias e evidenciar os interesses de classe, a partir do confronto dos vários pensamentos e discursos publicados – para a manutenção da hegemonia utilizando-se muitas vezes de discursos enfatizando a democracia.

Desde a sua oficialização, em 1808, a imprensa sempre esteve diante da bipolaridade dos pensamentos conservadores e liberais. Porém, o que se observa é que, mesmo independente de suas idéias, a maior ênfase era a luta pela dominação, e para tal utilizaram estratégias diversas.

É importante salientar que nessa época havia um grande número de analfabetos e os jornais eram acessíveis apenas para uma minoria de leitores, ou melhor, para uma classe que não

só detinha o conhecimento, mas também os meios de produção. Assim, não seria difícil dar continuidade e manter o poder.

Finalizando, as informações veiculadas pela imprensa permitem uma melhor compreensão de qual a concepção estabelecida pela sociedade na época, enquanto norteadora de suas práticas. A ideologia de classe esteve sempre presente, pois tanto a imprensa como a educação são aparatos que possibilitam a manutenção dos pensamentos dominantes.

N

O

T

A

S

1. Boris Fausto, *História concisa do Brasil*, São Paulo, Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 69.
2. Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 1.
3. Idem.
4. Ibidem, p. 9.
5. Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, Lisboa, Presença, 1979, p. 25.
6. Ibidem, p. 56.
7. Isabel Lustosa, *O nascimento da imprensa brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 11.
8. Arnaldo Daraya Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1882-1842: matizes do vocabulário político*, Petrópolis, Vozes, 1979.
9. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 51.
10. Ibidem, p. 45.
11. Ibidem, p. 53.

12. Ibidem, p. 54.
13. Boris Fausto, op. cit., p. 80.
14. Marta M. C. Carvalho, *A escola e a República*, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 24.
15. Mary Lou Paris, *A educação no Império: o jornal "A Província de São Paulo" (1875-1889)*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 1980, p. 21.
16. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 107.
17. Ibidem, p. 111.
18. Ibidem, p. 117.
19. Arnaldo Daraya Contier, op. cit., p. 36.
20. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 85.
21. Boris Fausto, op. cit., p. 87.
22. Eclodiu, em 1835, no Rio Grande do Sul, a Guerra dos Farrapos ou Farroupilha. As queixas do Rio Grande do Sul contra o governo central vinham de longe. Os gaúchos consideravam que, apesar da contribuição da província para a economia brasileira, ela era explorada por meio de um sistema de pesados impostos. As reivindicações de autonomia e mesmo de separação eram antigas e abrangiam muitas vezes tanto conservadores quanto liberais. Boris Fausto, op. cit., p. 92.
23. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 191.
24. Ibidem, p. 212.
25. Boris Fausto, op. cit., p. 108.
26. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 223.

A Constituinte de 1890-1891

A institucionalização dos limites da cidadania

Este artigo descreve as principais medidas adotadas pelo primeiro governo republicano para a convocação e controle dos procedimentos eleitorais que definiram os critérios de elegibilidade para o Congresso

Constituinte de 1890-1891, assim como a discussão da ampliação da cidadania política envolvendo os estrangeiros, os analfabetos, os religiosos e as mulheres.

Palavras-chave: cidadania, direitos políticos, nação.



This article describes the main measures adopted by the first republican government for the summons and control of the electoral procedures that defined the eligibility criteria for the Constituent Congress of

1890-1891, as well as the discussion of the enlargement of the political citizenship involving the foreigners, the illiterates, the religious and the women.

Keywords: citizenship, political rights, nation.

O objetivo deste artigo é descrever as principais medidas adotadas pelo primeiro governo republicano para a convocação e controle dos procedimentos eleitorais que definiram os critérios de alistabilidade e, conseqüentemente, de elegibilidade para o Congresso Constituinte de 1890-

1891, assim como a discussão da ampliação da cidadania política envolvendo os estrangeiros, os analfabetos, os religiosos e as mulheres.

Publicado em 3 de dezembro de 1870, no jornal *A República*, o Manifesto Republicano foi a primeira declaração formal

do movimento republicano. Nesse documento, além dos problemas relativos à excessiva centralização do poder imperial e às atribuições do Poder Moderador, procurou-se, criticando os privilégios concedidos, apontar para a falta de legitimidade e de representação do sistema político imperial, ou seja, a questão dos obstáculos para a participação política decorrente dos regulamentos eleitorais e das fraudes eleitorais como marcas do sistema.¹

Maior liberdade no processo eleitoral e autonomia para as províncias eram temas colocados como possibilitadores do avanço da liberdade, dos direitos, da democracia – embora, como o próprio documento afirme, esta fosse preterida em

favor da descentralização – e da diminuição do controle do Estado sobre a vida dos indivíduos. No entanto, podemos afirmar que as propostas democráticas presentes nas idéias republicanas contidas no manifesto não contemplavam a perspectiva de igualdade defendida pelo liberalismo da época, mesmo levando-se em consideração que não estamos nos referindo aos direitos políticos, mas à igualdade entre os homens perante a lei.

Com a proclamação da República, não se estabelecia uma mudança radical da sociedade, mas sim organizava-se um jogo para incorporar novos parceiros e continuar mantendo do lado de fora aqueles que nunca haviam participado dele. O que pode ser apontado como uma caracterís-

AN PH/POT/ 6599(21)



A convenção de Itu, em 1873, lançou as bases do Partido Republicano

tica predominante nos dois primeiros anos da República é o papel de hegemonia exercido pelo Poder Executivo, que estabeleceu as regras e buscou manter o monopólio do exercício do poder.

É verdade que o discurso dos panfletos, manifestos e matérias publicadas nos jornais e revistas pelos republicanos em nenhum momento defendeu a ampla participação política da população, como também não apresentou nenhuma proposta de incorporação da grande massa de ex-escravos à tão decantada civilização defendida. Mesmo os mais radicais dos republicanos da época, como Silva Jardim, por exemplo, não tinham a preocupação de abordar a temática da escravidão, tampouco de apontar propostas de incorporá-los à sociedade nacional após a Abolição.

Certamente, a ampliação dos direitos políticos, seja para eleitores ou para candidatos, não foi questão facilmente resolvida pelos Estados nacionais do final do século XIX e início do XX. Países latino-americanos, europeus e os Estados Unidos, por exemplo, se apresentavam relativamente identificados com o seu controle e pouco diferenciados em relação aos requisitos limitadores da participação e dos direitos eleitorais.

Os limites impostos pela renda e pela propriedade, pelo grau de escolaridade, pelo gênero e pela idade, dentre outros, foram sendo gradualmente suprimidos e modificados ao longo do século XX,² na medida em que a sociedade se diversificava e as ferramentas de pressão política se ampliavam.

O maior obstáculo, enfrentado pelos novos “donos do poder”, talvez tenha sido tornar funcional o novo sistema político (levando em consideração o conjunto dos interesses existentes) e converter os programas defendidos durante a propaganda republicana em decisões políticas.

Tornada inoperante pelo decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889,³ a Constituição de 1824 deixava de regular as relações políticas e administrativas do país, o que criou a necessidade de medidas constantes para manter a operacionalidade do sistema político. O país seria governado por decretos sucessivos. Da mesma forma, o funcionamento do Estado ficava exclusivamente nas mãos do novo governo, que adicionava ao Poder Executivo a faculdade de legislar.

Uma série de outros decretos sobreveio ao decreto nº 1. Em seguida ao decreto de 19 de novembro que redefiniu a qualificação eleitoral da Lei Saraiva de 1881, no dia 20 de novembro o governo provisório expediu o decreto nº 7, declarando dissolvidas e extintas as assembleias provinciais e fixando provisoriamente as atribuições dos governadores dos estados.⁴

Não se pode desconsiderar a ocorrência de um certo desconforto, que se manifestou pela pressão de grupos favoráveis ao retorno à legalidade institucional e ao fim do período “ditatorial” do governo provisório, dentre eles os positivistas, que defendiam a permanência do governo ditatorial; os monarquistas, que condicionaram seu apoio à República ao retorno à legalidade; e o Partido Republicano Paulista, representando os interes-

ses dos cafeicultores de São Paulo, que defendia a mais rápida aprovação dos novos códigos reguladores do jogo político republicano para assegurar os meios de acesso ao poder.⁵

Mesmo tendo convocado as eleições para o Congresso Constituinte para o dia 15 de setembro de 1890, através do decreto de 20 de novembro de 1889, e confirmado pelo decreto 78-B, de 21 de dezembro do mesmo ano, o governo provisório somente concretizou as medidas necessárias para a realização das eleições para a Assembléia Constituinte posteriormente.⁶ A maior preocupação era assegurar mecanismos precisos que limitassem a vitória dos “inimigos do governo” e, ao mesmo tempo, mantivessem um caráter elitista para a escolha dos membros da Constituinte. Seguiram à risca os preceitos de atribuir à República características representativas, mas não democráticas.

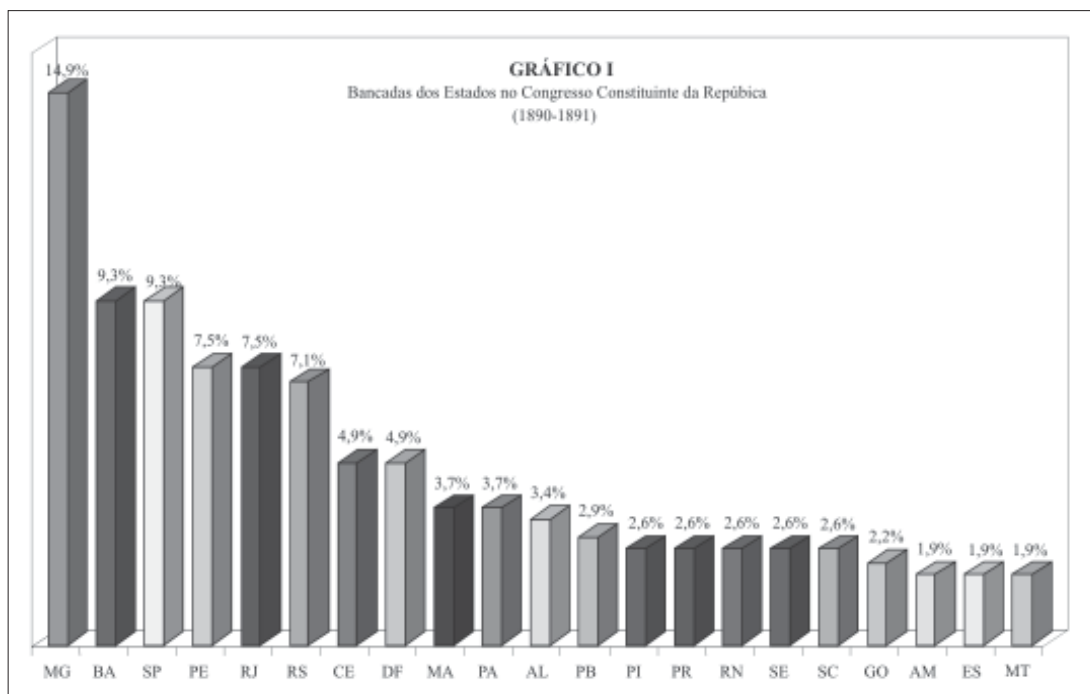
As medidas adotadas pelo governo provisório, no sentido de institucionalizar *legalmente* a República, tiveram a preocupação de aumentar o espaço de tempo entre a proclamação da República, a organização do governo provisório e a efetiva instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Convocar a Assembléia Constituinte implicava criar mecanismos que garantissem a maioria de representantes do governo no Congresso. Esse objetivo foi atendido na medida em que as modificações no regulamento eleitoral, em conjunto com o relativo domínio que o governo provisório possuía sobre os executivos esta-

duais, garantiram o controle do processo eleitoral. Dentre esses mecanismos, destaca-se uma série de decretos, sendo os mais importantes o nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890,⁷ e o nº 511, de 23 de junho de 1890, conhecido como Regulamento Cesário Alvim.⁸

O novo regulamento excluía os religiosos, governadores, chefes de polícia, comandantes de armas e de corpos policiais, magistrados e funcionários da administração. Contudo, deixava nas mãos dos presidentes de intendência a responsabilidade do pleito eleitoral, além de retirar das autoridades judiciárias a atribuição de fiscalizar as eleições (esse dispositivo estava presente na Lei Saraiva, de 1881), o que evidencia a preocupação em impedir que os monarquistas e “inimigos da República” utilizassem suas influências sobre este poder para controlar o pleito, ressaltando-se que o governo provisório manteve a organização do Poder Judiciário para garantir certa funcionalidade ao Estado, que somente foi reformado em novembro de 1890. Cabe assinalar, ainda, que os presidentes de intendência eram nomeados pelas autoridades estaduais, que por sua vez eram nomeadas pelo governo provisório. Fato que foi denunciado por muitos constituintes que prognosticaram a “origem” da estruturação da futura política oligárquica.

A inelegibilidade dos governadores, dos chefes de polícia, dos comandantes de armas, dos comandantes de corpos policiais, dos magistrados, dos funcionários administrativos demissíveis foi suspensa



Jorge Batista Fernandes, *Ordenando a República, constituindo o progresso: o primeiro Congresso Constituinte da República (1890-1891)*, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997, v. II, p. 209.

pelo art. 4º do mesmo decreto para a eleição do primeiro Congresso, que determinou, no entanto, que uma vez eleitos, aqueles perderiam os seus cargos, “salvo se por eles optarem, logo que sejam reconhecidos”.⁹

As eleições para a primeira Constituinte republicana foram convocadas em 21 de dezembro de 1889, pelo decreto nº 78/B, e realizadas em 15 de setembro de 1890. Nesse mesmo decreto, Deodoro da Fonseca deixa evidente que este espaço de tempo se tornava necessário para que algumas providências, que ele denominou de “providências preliminares”, pudessem ser tomadas, tais como: “a organização do sistema eleitoral, o alistamento do novo eleitorado, o prazo indispensável para a convocação deste e a preparação do projeto da Constituição”.¹⁰

A eleição dos deputados e senadores seria realizada por meio da eleição direta, participando dela os “cidadãos qualificados eleitores de conformidade com os decretos nº 200-A, de 8 de fevereiro, 277-D e 277-E, de 22 de março de 1890”.¹¹ O decreto nº 200-A atribuiu a qualificação a comissões distritais, formadas pelo juiz de paz mais votado, pelo subdelegado da paróquia e por um cidadão alistável, nomeado pelo presidente da câmara municipal. A listagem final era organizada por comissões municipais, formadas pelo juiz municipal do termo, pelo presidente da câmara e pelo delegado de polícia.¹² Ficou estabelecido que as eleições deveriam ser realizadas através de lista completa por Estado. Nesse sistema, são considerados eleitos os mais votados até o preenchimento do número de representantes estabelecido para cada Estado.¹³

Com exceção dos senadores, três por estado, o Regulamento Cesário Alvim ainda determinava o número de representantes por Estado, sem esclarecer os critérios utilizados para determinar o quantitativo de deputados.¹⁴ Estabeleceu um total de 268 constituintes, sendo 63 senadores e 205 deputados. A distribuição por estado foi a seguinte: Minas Gerais com 40; Bahia e São Paulo com 25 cada; Pernambuco e Rio de Janeiro com 20 cada; Rio Grande do Sul com 19; Ceará e Distrito Federal com 13 cada; Pará e Maranhão com 10 cada; Alagoas com 9; Paraíba com 8; Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná e Santa Catarina com 7 cada um; Goiás com 6; Espírito Santo, Mato Grosso e Amazonas com 5 cada um.¹⁵ (ver gráfico I)

Como parte do que Deodoro definiu como “providências preliminares”,¹⁶ o processo de elaboração do projeto da Constituição passou por três etapas antes de ser publicado. Pelo decreto nº 29, de 3 de dezembro de 1889,¹⁷ data de aniversário do Manifesto Republicano, o governo provisório nomeou uma comissão de cinco políticos para a elaboração de um projeto de Constituição. Eram eles: Saldanha Marinho, presidente da comissão; Américo Brasiliense, vice-presidente; Santos Werneck, Rangel Pestana e Magalhães Couto. Conhecida como a Comissão de Petrópolis,¹⁸ elaborou três anteprojetos para a Constituição. Rangel Pestana sistematizou os três projetos e redigiu apenas um, entregue, em maio de 1890, ao governo provisório, que o revisou sob a orientação de Rui Barbosa,

sendo publicado pelo decreto nº 510, de 22 de junho de 1890.¹⁹ O mesmo projeto foi revisto novamente por Rui Barbosa e publicado pelo decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1890, no período entre as eleições e a reunião do Congresso Constituinte.²⁰

Estabelecidos os critérios para a eleição, elaborado o projeto a ser submetido à discussão do Congresso e realizadas as eleições dos constituintes previstas para 15 de setembro, as chamadas “providências preliminares” apontadas por Deodoro haviam sido superadas e se seguiria a própria organização dos trabalhos constituintes, a discussão e a aprovação da primeira Constituição Republicana em 1891.

Na Câmara dos Deputados, o reconhecimento dos diplomas foi marcado por inúmeras situações delicadas, evidenciando-se as fraudes e problemas com as atas enviadas pelas intendenções e câmaras municipais. A questão das fraudes e do regulamento eleitoral responsável pela eleição dos constituintes foi abertamente discutida durante a Constituinte. A própria legitimidade dos representantes foi colocada em dúvida por alguns constituintes e um deles chegou a defender o fechamento do Congresso e a convocação de novas eleições.²¹

A atuação e a preocupação do governo provisório em determinar as regras do jogo para a elaboração da Constituição se fizeram evidentes, na medida em que procurou, de um lado, garantir a hegemonia no Congresso com a eleição de representantes favoráveis ao governo, e,

de outro lado, instrumentalizar os trabalhos constituintes por meio dos seguintes procedimentos: elaborando o projeto de Constituição a ser discutido pelo Congresso; definindo o papel dos constituintes pelo decreto nº 510; e se antecipando à reunião do Congresso ao elaborar uma proposta de regimento interno para ambas as casas do Congresso. Embora a proposta de regimento interno tenha sido alterada nas primeiras sessões do Congresso Constituinte, tais alterações foram pouco significativas.

Definido o papel dos constituintes e estabelecidas as regras de funcionamento do Congresso, os debates se iniciaram com a constante preocupação dos constituintes em se proclamarem responsáveis pelos destinos do país. A Constituição seria o instrumento que efetuaría a legalidade e estabeleceria o progresso; e este poder estaria nas mãos de seus representantes.

Em todos os momentos dos debates constituintes, o exterior era o exemplo a ser seguido ou negado. Todos demonstravam a preocupação em edificar uma obra que possibilitasse inserir o Brasil na chamada “civilização” e, para tal, tornava-se primordial determinar que tipo de civilização era desejado. A Constituição era idealizada como a fórmula para superar o atraso e as características negativas do país; o mundo legal resolveria os problemas e os descaminhos gerados pela colonização e pela Monarquia.

O formalismo legista da Constituinte de 1890-1891, em que “boas leis” produzem um “bom governo” e colaboram

para a construção de uma “boa nação”, pode ser explicado pela composição majoritária no Congresso de bacharéis em direito, médicos, engenheiros e militares, com alto grau de continuidade de políticos que atuaram na vida política durante a Monarquia.²²

Nos discursos de muitos constituintes, a República era a realização dos sonhos dos “brasileiros” e havia sido adormecida pelo minotauro da centralização imperial. A herança monarquista precisava ser esquecida e os constituintes, “representantes” da nação, justificavam sua queda acusando-a, repetidamente, de responsável pelas desgraças e pelo atraso em que vivia o país. Além das questões relacionadas ao atraso gerado pela centralização, os males causados pela escravidão também foram associados à Monarquia. Quando o governo provisório ordenou a eliminação dos arquivos existentes sobre a escravidão, vários constituintes louvaram esta ação e aprovaram uma moção congratulando o governo.²³ Um dos constituintes justificou a medida afirmando que era necessário apagar da história do país essa “página negra”.²⁴

Ao buscar nos modelos externos uma visão positiva para os caminhos que poderiam ser trilhados pelo país, esses homens também procuraram caracterizar o Brasil, atribuindo-lhe suas visões de mundo sobre a sociedade e sobre suas características físicas. Muitos constituintes procuraram nos exemplos externos uma “fórmula” que solucionaria as deficiências da organização social, econômica e política do país. Dos exemplos de

federalismo à defesa de uma imigração qualificada, os constituintes atribuíam ao mundo legal a possibilidade de aplicação de tais fórmulas. Mas esse olhar sobre o Brasil não foi homogêneo.

Na visão de alguns, o Brasil era um país imenso, de grandes extensões, com sérias dificuldades de comunicação, com uma população necessitada de instrução, demandando um conjunto de transformações que possibilitasse alterar este quadro e criasse, como afirmou um dos mais conhecidos constituintes, Amaro Cavalcanti, “elementos de riqueza, indispensáveis ao seu bem-estar e progresso”.²⁵ Existiam aqueles que apontaram a unidade da raça, da língua e dos costumes como fatores que indicariam a consolidação da nação.²⁶ Outros simplesmente

te diagnosticaram o fato do país não ser nação e se encontrar ainda em formação, como foi o caso do deputado Leopoldo de Bulhões, que afirmou que o Brasil seria “um país novo, em via de formação, sem caráter definido”.²⁷

Quanto ao “povo brasileiro”, este seria pacífico, ordeiro, predestinado a aceitar as inovações sem resistência. Para alguns, o povo teria consciência das inovações que trariam progresso e felicidade para a pátria e a colocariam “na primeira linha entre as nações mais cultas do mundo”.²⁸ Embora tenha sido rara – e isto é significativo – a existência de discursos que relacionassem à índole do brasileiro características negativas, um deputado pelo estado de Minas Gerais, ao condenar o sorteio militar para a formação

AN 02/FOT/396



Dom Pedro II e família: monarquia foi acusada de ser responsável pelo atraso do país

do Exército e da armada, usou a formação histórica heterogênea e a influência negativa da colonização e do negro africano como os principais argumentos contrários a este mecanismo. Afirmou o deputado que:

(...) em um país como o Brasil, onde seu povo é completamente heterogêneo, onde não há educação nacional, onde somente se conta um décimo da população que sabe ler e escrever (...) composta de diversas raças oriunda do índio bravo, porém selvagem, oriunda do preto africano imbecil e indolente, oriunda de nossos primeiros colonos, os portugueses, em sua maior parte galês! Como em tão pouco tempo se quer a homogeneidade de nossa sociedade?²⁹

Um outro deputado, que havia condenado a queima dos arquivos sobre a escravidão, pois se estaria criando dificuldades para “se escrever com exatidão a história do Brasil, no futuro”, disse não se poder eliminar “os vestígios da escravidão, porque, para atestá-la, aí está a debilidade de nossa raça”.³⁰

A questão da influência negativa do negro e da escravidão na formação do povo brasileiro não esteve em evidência nos debates. Foram poucos os constituintes que relacionaram a escravidão à formação do povo brasileiro. A legitimação da República, além de sua associação com a modernidade, passou pela necessidade de se vangloriar a sua aceitação popular, e um povo de características negativas não poderia ter sido responsável por tal

feito. A República, antes de tudo, era o resultado do anseio da população e, segundo muitos constituintes, havia sido proclamada dentro da “ordem”, de forma “pacífica”, graças às características do “povo brasileiro”.

Ao mesmo tempo em que se procurou edificar uma definição mais apropriada e positiva do país e do seu povo, condizente com o novo momento vivido, os constituintes tentaram dar, também, uma explicação mais lúdica para a proclamação da República que fosse além da simples necessidade de descentralizar rendas e poder. A proclamação da República no Brasil seria uma predestinação; a América era republicana e a República era a democracia; o Brasil, finalmente, iria pertencer à América, talvez mais tarde à democracia.

Era preciso, no entanto, estabelecer a que América o Brasil republicano pertencia. República era a regeneração; República era o caminho do progresso e da prosperidade. O Brasil republicano não poderia ser confundido com as repúblicas “platinas”; segundo os próprios constituintes, o Brasil era ordeiro e pacífico e se diferenciava das demais repúblicas vizinhas. A proclamação da República precisava ser laureada e legitimada e esse acontecimento não poderia estar associado a uma simples quartelada. Além das constantes referências e explicações de que a proclamação havia ocorrido na “ordem”, sem “perturbações” e “sem sangue” devido às características particulares do povo brasileiro, era preciso justificar tal acontecimento sem a referência

explícita à ação predominante dos militares. Embora muitos constituintes os considerassem como os responsáveis por esse ato, na maioria dos discursos, os militares, no entanto, teriam agido procurando apenas atender aos anseios da nação e de seu povo. Para Costa Júnior, deputado por São Paulo, atribuir ao Exército e à Armada os “únicos fatores da República” seria “fazer coro com os inimigos da República, que atribuem a sua proclamação a uma simples insubordinação de quartel”.³¹

Emendas foram encaminhadas, tanto na primeira discussão quanto na segunda, buscando retirar do texto do projeto do governo a referência ao decreto nº 1 do governo provisório e adicionar ao seu preâmbulo alguma referência à partici-

pação popular no processo de proclamação da nova forma de governo.³²

A busca de uma República idealizada, em que a participação popular tenha ocorrido nos moldes de um povo “ordeiro” e “pacífico”, também encontrou seus inimigos. Alguns constituintes destacaram a preponderância do elemento militar na proclamação da República e questionaram a completa falta de participação popular na organização da nova forma de governo. Francisco Badaró, deputado pelo estado de Minas Gerais, ao criticar a exclusão dos religiosos a direitos políticos pelo Regulamento Cesário Alvim, ironiza a organização da nova forma de governo: “Fiquemos descansados, senhores; a República está aceita, o que resta é entregá-la ao povo. (...) Somos muito en-



AN PH/FOT/ 544/2

A influência negativa e marcante da escravidão na formação do povo brasileiro não esteve em evidência nos debates da primeira Constituinte republicana

graçados, senhores; lisonjeamos o povo de longe, mas quando temos de encontrar com ele, fugimos”.³³

Considerando as críticas elaboradas pelos constituintes ao projeto de Constituição do governo provisório, relacionadas, principalmente, à questão da organização tributária do país, tema que permeou todas as sessões da Constituinte, não foram poucas as intervenções com respeito ao caráter excludente da proposta de direitos políticos presentes no mesmo projeto. Da naturalização dos estrangeiros, passando pelos critérios de ilegitimidade e inalistabilidade dos religiosos, militares e analfabetos, até a questão do voto feminino, foram muitos os discursos e emendas propondo modificações no projeto original.

O projeto de Constituição do governo provisório reproduziu parte das determinações do Regulamento eleitoral no que diz respeito à cidadania política. Além do art. 68 que tratava da naturalização dos estrangeiros, o projeto apontava para os direitos eleitorais no art. 70, definindo-os pelos que não poderiam exercê-lo. Eram considerados inalistáveis: mendigos, analfabetos, praças de pret, religiosos e, conseqüentemente, todos seriam inelegíveis. Quanto ao direito dos estrangeiros e ao apoio da representação paulista ao projeto do governo provisório, é importante considerar o papel que a imigração teve naquele Estado.

A crise do escravismo, iniciada a partir de 1850 com o fim do tráfico negreiro, e a constante necessidade de mão-de-obra para as lavouras de café em ascensão

no oeste novo paulista contribuíram para a defesa explícita da vinda de trabalhadores estrangeiros. Além do atendimento à demanda, esses trabalhadores eram identificados com a possibilidade de inserir no país o *progresso* e a *civilização*.³⁴ Trabalhadores brancos e europeus contribuiriam para o “branqueamento” da população e, ao mesmo tempo, permitiriam redefinir as noções de trabalho impregnadas pela escravidão.³⁵

O grande fluxo de imigrantes para o estado de São Paulo na segunda metade do século XIX contribuiu para o crescimento da população do estado. Do total de 530.906 imigrantes que entraram no país entre os anos de 1881 e 1890, 221.657 foram para São Paulo.³⁶ Isto transformou o colégio eleitoral paulista num potencializador para a ascensão do estado no quadro das grandes bancadas da Federação, mas, para tal, tornava-se necessário que os imigrantes adquirissem direitos políticos a fim de contribuir com a consolidação dos interesses paulistas no quantitativo de representantes no Congresso, fato esse ratificado pelos decretos nº 277-E, de 22 de março de 1890, e nº 396, de 15 de maio de 1890, que garantiam aos estrangeiros naturalizados o direito de participarem como eleitores.³⁷

Além dos fatores ligados ao crescimento do eleitorado paulista, transformar os imigrantes em cidadãos implicava garantir o mesmo tratamento utilizado com os trabalhadores nacionais, na medida em que, ao adquirirem nacionalidade brasileira, ficariam obrigados a viver sob as

determinações de seu aparelho político-institucional. E ainda mais, os problemas e críticas enfrentados pelas pressões estrangeiras sobre a forma como os imigrantes eram tratados no Brasil deixariam de ter sustentação legal, já que teriam optado pela nacionalidade brasileira. A preocupação em garantir direitos políticos aos estrangeiros marcou o encaminhamento de algumas emendas.

O artigo 68 do projeto do governo provisório determinava que os estrangeiros teriam direitos políticos para serem eleitores e candidatos nas eleições municipais de acordo com a lei que cada estado viesse a prescrever. Esse artigo foi suprimido por uma emenda da banca da rio-grandense que foi aprovada na primeira discussão.³⁸ Alguns representantes paulistas, mais um representante do Pará, Serzedelo Correia, encaminharam emenda à segunda discussão, propondo que se restabelecesse o artigo do projeto do governo, que determinava aos estados a competência para regular a participação dos estrangeiros no processo eleitoral.³⁹ Embora não tenha sido aprovada, essa emenda exemplifica a preocupação paulista em garantir a utilização dos imigrantes no jogo político dos estados.

A importância de assegurar direitos políticos para os recém-naturalizados, que no caso do interesse paulista estava diretamente relacionada ao crescimento da presença dos imigrantes nas lavouras de café, foi demonstrada por um desabafo do deputado Bernardino de Campos, que se mostra indignado com a aprovação, na

segunda discussão, de uma emenda de Eptácio Pessoa, deputado pelo estado da Paraíba.⁴⁰ Essa emenda invertia o decreto do governo provisório sobre a naturalização, determinando que os estrangeiros que desejassem adquirir a nacionalidade brasileira deveriam fazê-lo num prazo de seis meses. Afirmou o deputado paulista:

Sr. presidente, em consequência desta situação criada no país pelo patriótico decreto de 14 de dezembro (de 1889), gozariam os cidadãos estrangeiros que o quisessem, mediante tácita aquiescência, da plenitude do direito político, independente de qualquer prazo que não fosse o estabelecido para a aceitação da nacionalidade; assim foram eles incluídos nos alistamentos, tornando-se eleitores e elegíveis. (...)

Foi assim que muitos dignos colegas, assim como os representantes de São Paulo, temos em nossos diplomas o voto significativo das colônias estrangeiras.

E pelo que vos diz respeito, temos a honra de declarar que os nossos diplomas mereceram, e trazem, esses sufrágios.⁴¹

Não podemos deixar de registrar que muitas emendas foram encaminhadas no sentido de garantir o artigo original do projeto do governo.⁴² Este foi aprovado integralmente e a emenda do deputado Eptácio Pessoa acabou sendo rejeitada na terceira discussão da Constituinte.⁴³

A inalistabilidade e conseqüente

inelegibilidade dos religiosos, como determinado pelo artigo 70, parágrafo 3º do projeto do governo provisório, foi alvo de longos discursos em defesa dos direitos dos clérigos, e uma das questões mais debatidas em relação aos direitos políticos e consenso entre as emendas encaminhadas por representantes de várias bancadas. Várias propostas supressivas foram apresentadas ao nº 1 do artigo 26, que tratava das inelegibilidades para o Congresso e excluía os religiosos,⁴⁴ e ao nº 4 do artigo 70, na primeira discussão,⁴⁵ e ao nº 4 do artigo 69 na segunda, que estabeleciam os direitos políticos e também deixavam de fora os religiosos.⁴⁶

A exclusão dos religiosos predominou nos debates sobre os direitos políticos e foram muitas as emendas encaminhadas solicitando a supressão dessa exclusão. A argumentação central contrária ao disposto no projeto do governo era o fato de a República ter sido proclamada como o governo de todos, e por isso não poderia deixar de fora aqueles que contribuíram com a causa republicana e com a formação do caráter do brasileiro, predominantemente católica. A questão da exclusão dos clérigos não esteve circunscrita aos direitos políticos. Joaquim Ignácio Tosta, deputado pelo estado da Bahia, destaca a existência de uma perseguição à Igreja Católica desde o momento da proclamação da República e da separação da Igreja do Estado, com a proibição da União e dos estados de subvencionarem cultos. O deputado chegou a afirmar que o fato do projeto do governo não ter inserido na Constituição o ju-

ramento religioso demonstrava que este seria um projeto ateu e não estaria respeitando os costumes e a religiosidade da nação.⁴⁷

Emendas mais “radicais”, no sentido de ampliação dos direitos políticos, também foram encaminhadas. Direitos políticos às mulheres e aos analfabetos e a proibição de leis contra a mendicância marcaram vários discursos e algumas das propostas de alteração aos artigos do projeto original.

A questão do voto feminino foi apresentada de forma bastante peculiar. O seu impedimento era baseado, quase sempre, nos argumentos da fragilidade física e intelectual da mulher, além do seu papel como a responsável pelo lar, pela moral e formação da família e, por isso, ela não deveria se preocupar com as questões da vida política, um universo exclusivamente masculino. O destino da natureza feminina seria o lar. Também era vista como um voto vinculado ao marido e/ou pai e, portanto, seria um voto sem liberdade. Foram encaminhadas poucas emendas defendendo a inclusão das mulheres na redação da lei. Algumas emendas apontavam para a necessidade de garantir o princípio republicano e vinculavam o voto feminino às atividades profissionais da mulher, como, por exemplo, diretoras de estabelecimentos comerciais, professoras e funcionárias públicas e à sua qualificação educacional.⁴⁸ Embora não fossem inalistáveis do ponto de vista legal, pois não havia nenhuma referência a tal limite no corpo

da lei, entendia-se de que o voto era atribuição dos homens. Este direito só foi explicitado em 1932.

Quanto aos analfabetos, foram raros os discursos em defesa da ampliação dos direitos políticos. Ao longo de toda a discussão constituinte, apenas quatro emendas foram apresentadas com o objetivo de retirar do texto constitucional a exclusão dos analfabetos, sendo uma à Comissão dos 21, duas na primeira discussão e uma na segunda, quase todas encaminhadas por representantes do Rio Grande do Sul. Todas foram rejeitadas.

É importante considerar que até 1881 não havia impedimento aos analfabetos e a questão censitária era superada pela relação entre o valor estipulado e os rendimentos da maioria da população livre. Embora não fosse um critério de exclusão até 1881 e tivessem participado das eleições para a escolha dos representantes constituintes em 1890, a inalistabilidade dos analfabetos era uma característica da maioria dos Estados nacionais americanos.⁴⁹ O diagnóstico de exclusão da população à participação política foi feito por um dos constituintes, que identificou neste dispositivo a preocupação em deixar de fora a maioria da população brasileira.⁵⁰ Este direito só foi conquistado em 1985 e ratificado na Constituição de 1988.

Com relação aos que defenderam a ampliação das franquias eleitorais, podemos identificar que buscavam desqualificar o projeto do governo e a Repú-

blica. Na maioria das vezes, os discursos associavam a exclusão a uma antinomia republicana, sobretudo se comparada com as características da Constituição de 1824 e o regulamento eleitoral de 1881.

Todas essas emendas encaminhadas no sentido de ampliar o direito de voto foram rejeitadas ou consideradas prejudicadas. O encaminhamento dessas emendas não representava o consenso das bancadas aos quais esses representantes pertenciam, nem mesmo no interior do Congresso. No entanto, a defesa da ampliação dos direitos políticos esteve presente nas “cabeças” de alguns representantes da Bahia, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. O fato de todas as emendas terem sido rejeitadas permite considerar que não faziam parte das preocupações da maioria dos constituintes e, por isso, podem ser caracterizadas como propostas isoladas de ampliação da cidadania política. Os artigos referentes aos direitos políticos no projeto do governo não sofreram nenhuma alteração significativa. O Congresso Constituinte ratificou, em seu artigo 70, a exclusão dos direitos políticos dos clérigos, dos analfabetos, dos mendigos, dos praças de pret e, indiretamente, das mulheres. A institucionalização da República, com a aprovação da Constituição de 1891, se limitou, no plano dos direitos políticos e da cidadania, a ratificar os impedimentos existentes nos anos finais da Monarquia e a aprimorar as ferramentas de exclusão e de controle do processo eleitoral.

N O T A S

1. Reynaldo Carneiro Pessoa, *A idéia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1973, p. 39-62.
2. Jairo Nicolau, A participação eleitoral no Brasil, in Luiz Werneck Vianna (org.), *A democracia e os três poderes no Brasil*, Belo Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003, p. 255; e Eric Hobsbawm, *A era dos impérios (1875-1914)*, 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 127.
3. Reynaldo Carneiro Pessoa, op. cit., p. 168-170.
4. Citado por Amaro Cavalcanti, *Regime federativo e a República brasileira*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, p. 40.
5. Maria Emília Prado, *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)*, Rio de Janeiro, Faperj/Revan, 2005, p. 178; Edgar Carone, *A República Velha (evolução política)*, 2. ed., São Paulo, Difel, s.d., (Corpo e Alma do Brasil), p. 29.
6. Citado por Marcelo Cerqueira, *A Constituição na história: origem e reforma*, Rio de Janeiro, Revan, 1993, nota 63, p. 370; Pinto Ferreira, *Curso de direito constitucional*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1964, p. 31; Renato Lessa, *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, p. 60.
7. Citado por Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2. ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p. 225.
8. Brasil, *Decretos do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 1.387-1.400.
9. Ibidem, p. 1.388.
10. Citado por Marcelo Cerqueira, op. cit., nota 63, p. 370.
11. Brasil, op. cit., p. 1.388. O decreto nº 277-E, de 22 de março, regulamentou a participação dos estrangeiros no processo eleitoral para o Congresso Constituinte. Cf. Brasil, op. cit. Nesse sentido, o governo provisório ainda providenciou outros decretos, como, por exemplo, o nº 480, de 13 de junho de 1890, discriminado o procedimento das comissões municipais de alistamento com relação aos estrangeiros. Brasil, op. cit., p. 1.297.
12. Victor Nunes Leal, op. cit., p. 225.
13. Maria D'Alva Gil Kinzo, *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*, São Paulo, Símbolo, 1980, p. 97.
14. Brasil, op. cit., p. 1.387-1.400.
15. Estes quantitativos se referem ao número de deputados e senadores. Brasil, op. cit., p. 1.389.
16. Citado por Marcelo Cerqueira, op. cit., nota 63, p. 370.
17. Citado por Paulino Jacques, *Curso de direito constitucional*, Rio de Janeiro, Revista Forense, 1956, p. 82.
18. Agenor Roure, *A Constituinte republicana*, Brasília, Senado Federal, 1979, v. I, p. 1.
19. Brasil, op. cit., p. 1.365-1.386.
20. Brasil, *Anais do Congresso Constituinte da República (1890-1891)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924, v. I, p. 315. A partir daqui os *Anais* serão citados por ACCR.
21. Badaró, ACCR, v. I, p. 944.
22. Jorge Batista Fernandes, *Ordenando a República, constituindo o progresso: o primeiro Congresso Constituinte da República (1890-1891)*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997, dissertação de mestrado, v. II, gráficos III e IV, p. 210. Sobre a formação do pensamento político predominante na Constituinte de 1890-1891, cf. João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 360.
23. ACCR, v. I, p. 787.
24. Seabra, ACCR, v. I, p. 787.

25. Amaro Cavalcanti, ACCR, v. I, p. 605.
26. Lamounier Godofredo, ACCR, v. II, p. 448.
27. Leopoldo de Bulhões, ACCR, v. II, p. 136.
28. Almeida Nogueira, ACCR, v. II, p. 39.
29. Retumba, ACCR, v. II, p. 621.
30. Badaró, ACCR, v. I, p. 788.
31. Costa Júnior, ACCR, v. I, p. 293.
32. ACCR, v. I, p. 516, 566 e 647. Todas foram consideradas prejudicadas pela aprovação de uma emenda substitutiva da Comissão dos 21. ACCR, v. I, p. 807.
33. Badaró, ACCR, v. I, p. 947.
34. Iraci Salles, *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*, São Paulo, Hucitec; Brasília, INL, 1986, p. 109.
35. José de Souza Martins, *O cativo da terra*, 3. ed., São Paulo, Hucitec, 1986, (Ciências Sociais; 16), p. 22; Otávio Ianni, *A idéia de Brasil moderno*, São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 22.
36. Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Conflito e continuidade na história brasileira, in Henry H. Keith e S. F. Edwards, *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, (Coleção Retratos do Brasil; 79), p. 313-344; Paula Beiguelman, *A crise do escravismo e a grande imigração*, 4. ed., São Paulo, Brasiliense, 1987, (Coleção Tudo é História; 2), p. 39. Dados sobre o número de imigrantes na capital paulista podem ser encontrados em Paul Singer, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*, São Paulo, Editora Nacional/USP, 1968; e Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*, São Paulo, Difel, 1970.
37. Brasil, op. cit., p. 962-963.
38. ACCR, v. II, p. 331 e 433.
39. ACCR, v. III, p. 394.
40. ACCR, v. III, p. 184. Aprovada na 2ª discussão (v. III, p. 566).
41. Bernardino de Campos, ACCR, v. III, p. 696.
42. ACCR, v. II, p. 534; v. III, p. 93, 110 e 253.
43. ACCR, v. III, p. 791.
44. ACCR, v. I, p. 872, 991 e 977.
45. ACCR, v. II, p. 435, 736, 459 e 460.
46. ACCR, v. III, p. 109, 113, 170, 183, 251, 253 e 314.
47. Joaquim Ignácio Tosta, ACCR, v. I, p. 889.
48. ACCR, v. II, p. 435 e 439; v. III, p. 259.
49. Jairo Nicolau, op. cit., p. 263.
50. Lauro Sodré, ACCR, v. II, p. 476.

Maria Emilia Prado

Doutora em História Social e Professora Titular
de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Integração Nacional e Identidade Nacional em Manoel Bomfim e Oliveira Vianna

O que caracteriza o Brasil? Como torná-lo
um país liberal, moderno e integrado?

Essas são questões muito caras à
intelectualidade brasileira desde o
século XIX e o objetivo deste texto é,
portanto, apresentar as reflexões feitas nas
primeiras décadas do século XX por dois
desses intelectuais: Manoel Bomfim e Oliveira

Vianna. Seus olhares tão divergentes sobre esta
temática serão objeto de análise bem como os
diferentes caminhos propostos para solução da
questão nacional.

*Palavras-chave: intelectuais, identidade nacional,
herança colonial.*



What are the main characteristics of Brazil?

How can Brazil become a liberal modern
and socially integrated country? These are
the most important problems discussed by
brazilian intellectuals since XIXth century,
and so, the basic purpose of this text is to
present these arguments of the first decades
of the XXth century by two important analysts

of brazilian social process: Manoel Bomfim and
Oliveira Vianna. The different approaches will be
deeply analyzed, as well as their projects concerning
Brazil's nation-building process.

*Keywords: highbrows, national identity, colonial
heritage.*

Ao longo dos primeiros cinquen-
ta anos do Império do Brasil,
os intelectuais preocuparam-
se em refletir sobre questões pertinen-
tes à construção do Estado. E nesse sen-
tido a articulação entre ordem e liberda-

de constituiu-se num dos temas princi-
pais. Influenciados pelo ecletismo – ver-
são francesa do liberalismo conservador
inglês –, os intelectuais apresentavam
projetos e propostas a respeito da enge-
nharia política e administrativa do Esta-

do, que devia se organizar sob o formato liberal, mas que permanecia mantendo a escravidão.

A partir de 1870 novos ventos começaram a soprar às terras brasileiras. A publicação do *Manifesto republicano* colocava às claras a insatisfação de parte da elite nacional com a Monarquia. Ao mesmo tempo, a manutenção da escravidão tornava-se difícil e, na esteira da contestação à ordem monárquica e escravista, a questão da identidade nacional recebeu destaque no cenário intelectual brasileiro. Surgia no Nordeste a denominada “Escola do Recife”,¹ cujas figuras principais eram Sílvio Romero e Tobias Barreto. O “bando de idéias novas”, denominação dada por Sílvio Romero, inundou o país. Iniciava-se a renovação. À Escola do Recife deve-se o esforço para a elaboração de uma história da cultura brasileira. Combatia-se ferozmente a Monarquia, considerada um obstáculo ao progresso do país. Para essa crítica laçavam mão, de modo indiscriminado, das obras de Comte, Darwin, Taine, Renan, dentre outros. Apoando-se em seus momentos iniciais no positivismo de Comte, Romero e Barreto pouco depois abandonaram essas teorias. Os intelectuais ligados à Escola do Recife foram influenciados, também, por Haeckel e pelo neokantismo e empenharam-se em abordar o homem como consciência.

Os novos ventos trariam para o Império do Brasil, além das mudanças propostas pela Escola do Recife, aquelas anunciadas pelo positivismo. Tratava-se do reconhecimento de que a Monarquia consti-

tucional não mais servia ao crescimento do país. Não estava mais em jogo a “fundação” de um país, mas sim sua transformação indispensável para que pudesse acompanhar as inovações do tempo, ou seja: as mudanças técnicas, políticas e espirituais por que passava a Europa.

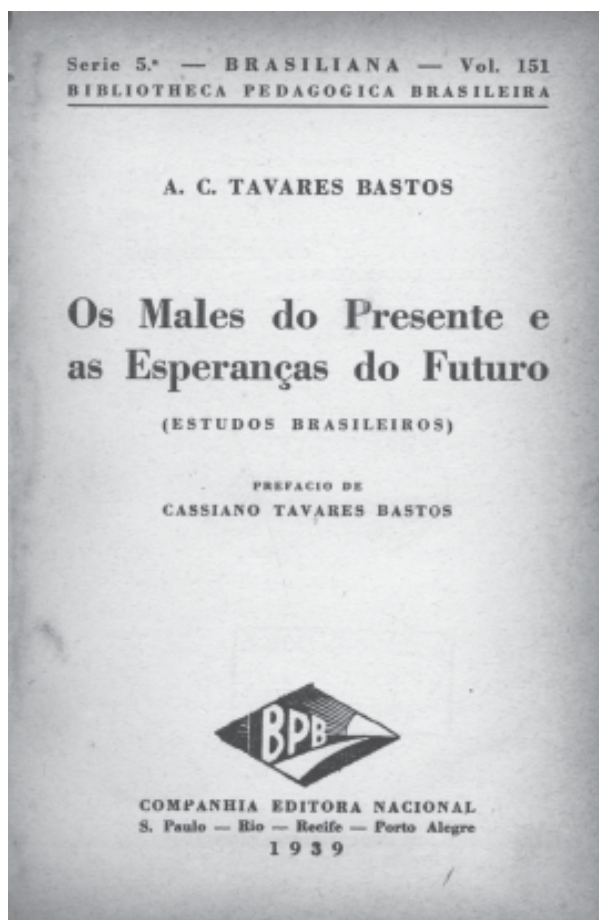
A “geração de 1870” teve também entre seus membros os mais ardorosos defensores da forma republicana de governo. Os novos ventos que por aqui sopravam vinculavam de modo bastante estreito, ainda que não exclusivo, o progresso à República. A Monarquia era sinônimo de centralização, escravidão, ruralismo, supremacia da Igreja, em uma palavra: atraso. A República traria a liberdade para as províncias bem como para o processo eleitoral (que livre das ingerências do Poder Moderador permitiria a entrada de novos atores na política). Os novos tempos exigiam a República, ainda que nem todos os republicanos estivessem dispostos a lutarem pelo fim da escravidão.

A temática da integração nacional passou a receber destaque no cenário político e intelectual brasileiro a partir do decênio de 1880, quando de modo mais sistemático a questão do fim da escravidão se tornou central no cenário político e intelectual.² O que fazer com os ex-escravos? Esta era uma das questões que se apresentavam. Seria possível resolver a questão nacional sem criar meios de integrar os ex-escravos? Se a forma monárquica de governo estava desgastada, seria a República capaz de atender aos anseios de maior autonomia

regional? Na ânsia por entender e oferecer respostas, alguns intelectuais foram buscar no passado colonial as raízes da identidade nacional brasileira, bem como os obstáculos impeditivos para implementação no Brasil do modelo liberal e democrático. A obra que inaugurou esse posicionamento foi, sem dúvida, *Os males do presente e as esperanças do futuro*,³ de Tavares Bastos, em que o autor se mostrava extremamente crítico diante do papel desempenhado pela colonização portuguesa. Bastos alertava para o fato de que a centralização imposta pelo sistema colonial impe-

diu o surgimento do “espírito empreendedor” na Colônia.

Se alguma coisa explica o embrutecimento do Brasil até o começo do século presente, a geral depravação e bárbara aspereza de seus costumes, é portanto a ausência do que se chama espírito público e atividade empreendedora (...). Não recai sobre Portugal somente esse crime de ignorância e egoísmo; mas, é inegável que, em parte alguma, foi o regime observado com mais severidade e (...) avareza do que na metrópole.⁴



Tavares Bastos tece uma crítica ao papel desempenhado pela colonização portuguesa

Com a extinção da escravidão, o fim do governo monárquico e a chegada da República, a *questão nacional* passou a ocupar no cenário intelectual brasileiro um lugar de destaque. O que definia o Brasil? Por que o país não conseguia se organizar tal qual os países considerados modelo, como Estados Unidos, França, Inglaterra ou Alemanha? O que fazer para tornar o Brasil mais próximo desses modelos? Quais as mudanças necessárias? Por que mudar era difícil? Quais os entraves? Essas eram questões que afligiam os intelectuais brasileiros preocupados em não apenas entender o que era o Brasil, mas também em transformá-lo.

Nesse afã de descobrir as raízes de “nossos males”, havia os que creditavam à sociedade que se construiu no Brasil ao longo de trezentos anos ou ao Estado a raiz desses problemas. É possível encontrar análises que responsabilizavam as elites políticas que estavam à frente da direção do Estado, pela incapacidade na adoção de medidas destinadas a promover a integração nacional. Alguns intelectuais creditaram, no entanto, à natureza da sociedade – dito de outra forma, ao povo – a responsabilidade pelo Brasil não ser uma nação integrada e moderna.

As análises se dividiam entre os que responsabilizavam as elites sociais e defendiam o povo e os que, ao contrário, creditavam ao povo, mediante a utilização do conceito de raça, então em voga, a raiz das dificuldades do Brasil em se tornar um país moderno e integrado. Alguns passaram, no entanto, a creditar ao passado monárquico e à herança

ibérica a causa dos males brasileiros que dificultavam a modernização do país nos planos político, econômico e social. Para Manoel Bomfim, por exemplo, a origem de todos os nossos males devia ser buscada na herança cultural herdada da colonização portuguesa. Ao longo de sua obra, iniciada com a publicação, em 1905, de *A América Latina: males de origem*,⁵ Bomfim procurou entender os significados da herança colonial sob o prisma da natureza cultural do colonizador. A um só tempo ele apontava o caráter extremamente predatório da colonização, mas imputava aos traços culturais ibéricos as razões para este caráter predatório.

Partindo também das raízes ibéricas, Oliveira Vianna publicava, no decênio de 1920, *Populações meridionais do Brasil*. Suas análises diferenciavam-se das de Manoel Bomfim porque Oliveira Vianna via na sociedade construída pelos colonizadores portugueses a base a partir da qual deveriam ser implementadas as mudanças necessárias à modernização do país.

MANOEL BOMFIM E OS MALES DA COLONIZAÇÃO

Bomfim redigiu *A América Latina: males de origem* ao longo do ano de 1903, momento em que recebeu a solicitação de um jornal de Paris, cidade onde residia à época, para que desse uma entrevista esclarecendo os problemas gerais com que se defrontava a América Latina. Levado a avaliar a extensão e complexidade do assunto sobre

o qual lhe pediam opinião, dispôs o resultado de suas reflexões nessa obra, na qual afirmava, de modo corajoso, seu nacionalismo. Contestava a postura etnocêntrica dos jornalistas, escritores e políticos europeus que percebiam a América Latina como uma região atrasada, povoada por mestiços indolentes e degenerados. Negava-se a conceber a América Latina apenas como uma região marcada por escândalos e desonestidade. Bomfim condenava essas críticas, mas reconhecia que era inegável nosso atraso. Afirmava que “a América do Sul mantém a reputação de ser o continente mais rico do globo”, mas devido às constantes mudanças de governo, levantes, lutas políticas, os europeus se permitem proclamar que “as repúblicas sul-americanas são afetadas de cesarismo crônico e estão por isso perdidas”.⁶

Manoel Bomfim teve uma trajetória intelectual instigante. Nascido em 1868, na cidade de Aracaju, então província de Sergipe, pertencente a uma família possuidora de engenho de açúcar, iniciou, aos 17 anos, seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia. Após a morte da filha, ocorrida no interior de São Paulo, dirigiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro, abandonando a medicina, e passou a se dedicar ao estudo da psicologia e da pedagogia. Tornou-se, em 1896, professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Na administração Pereira Passos, Bomfim foi à Europa estudar pedagogia e psicologia, ocasião em que redigiu *A América Latina*. De volta ao Rio, foi nomeado diretor do

Pedagogyum, bem como da Instrução Pública do Distrito Federal. Passou, então, a defender a tese de que competia aos professores moldar a educação da infância e da juventude, viabilizando, dessa forma, a construção do país.

A obra de Manoel Bomfim⁷ revela traços bastante peculiares e suas análises se distinguem, em muitos aspectos, daquelas efetuadas por seus contemporâneos. Bomfim não se encontrava preocupado em oferecer diagnósticos da realidade brasileira para a partir deles indicar um receituário capaz de remediar este ou aquele mal. Propôs-se a buscar as origens dos problemas que afligiam o Brasil e a América Latina e que seriam os responsáveis pelos impasses em que o país vivia.

Ao se voltar para os países colonizadores, Bomfim identificou neles os mesmos males que afetavam os países da América Latina. O mesmo atraso, “uma geral desorientação, um certo desânimo, falta de atividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e, sobretudo, uma fraqueza”.⁸ Recusou-se a operar com as teorias raciais tão em voga naquele momento e que creditavam à mestiçagem a responsabilidade sobre os problemas enfrentados pelos países latino-americanos.

Na sua maior parte, os intelectuais tinham formação jurídica e, nesse sentido, Manuel Bomfim, um homem já dos finais do século XIX, insere-se numa outra tradição, que então se inicia, qual seja, uma tradição científica. Dessa forma, para análise da origem dos proble-

mas que dificultavam e/ou impediam que o Brasil pudesse construir uma nação marcada pela vigência dos princípios liberais e democráticos, Bomfim recorria aos conceitos da biologia.

Foi na trajetória histórica da península ibérica que Bomfim procurou encontrar as razões da incapacidade latino-americana em compreender o sentido da modernidade. Recuou ao período das invasões cartaginesas do século IV para mostrar como durante oito séculos a Espanha, em particular, viveu em lutas permanentes, o que resultou numa educação guerreira e numa cultura dos instintos belicosos. Foi com base nessa tradição belicosa que interpretou a maneira como os espanhóis conquistaram os impérios inca e asteca. Terminada a fase de depredação, teria, então, início a do sedentarismo, que para ele significava a fase da degenerescência.

Alertava que, para Portugal, a conquista apresentou-se mais difícil em razão do tamanho do pequeno reino. Assinalava, no entanto, que o Brasil e a África foram colônias que permitiram a Portugal o exercício do sedentarismo. Do Brasil retirava os tributos, dízimos e monopólios, e da África, o tráfico dos negros.⁹ Como resultado do parasitismo favorecido pelas conquistas, deu-se na Espanha a formação de uma aristocracia do dinheiro, capaz de abafar o desenvolvimento normal da sociedade. Igualmente em Portugal, a vida produtiva estagnou e passou-se a viver dos lucros gerados nas colônias.

Manoel Bomfim viu nessa forma dos ibéricos conceberem o processo colonial as raízes dos males que passariam a afligir de modo permanente a América Latina. A herança ibérica de parasitismo e degenerescência era, segundo ele, a responsável pela incapacidade da América Latina de se construir enquanto um continente moderno e voltado para a difusão das atividades produtivas, propiciadoras do progresso para todos os seus habitantes.

Para o autor, mesmo quando deixamos de ser uma área colonial, a prática de se viver parasitariamente do trabalho de outrem já havia se instalado. Destacava o papel da escravidão como o meio utilizado para tornar mais viável o parasitismo:

(...) as classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível a viver com o mínimo de conforto e de alimentação.¹⁰

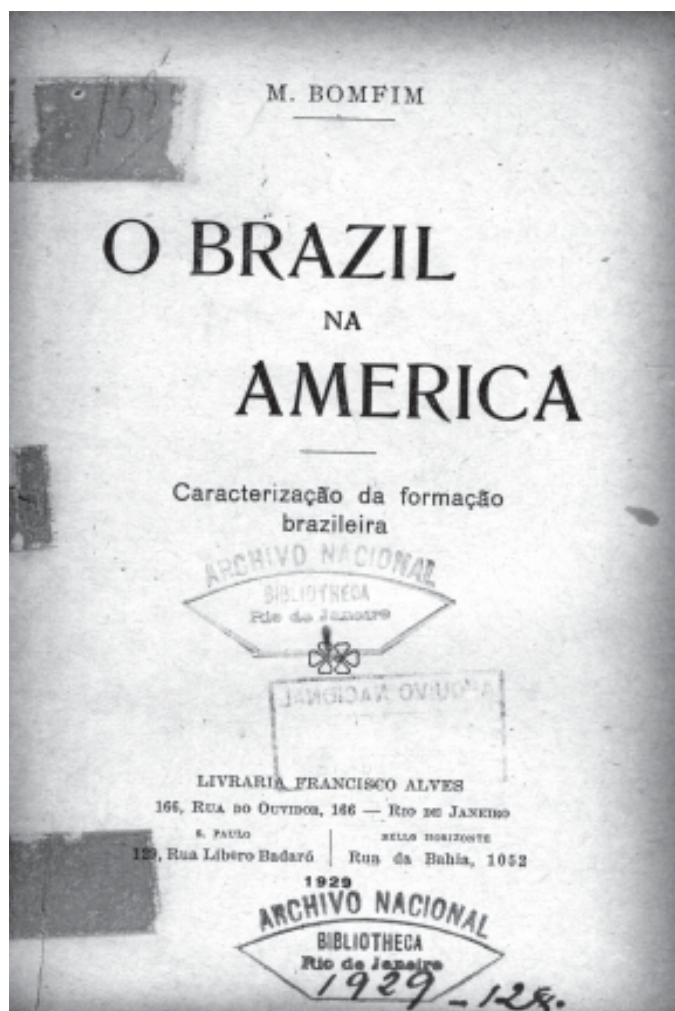
Para Bomfim, a escravidão guardava vínculos estreitos com o regime de colonização parasitária estabelecido pelos povos ibéricos, ou seja: na medida em que os ibéricos se encontravam acostumados à conquista e depredação, eles não concebiam a possibilidade de se estabelecer qualquer forma de ocupação de um território que não implicasse extrair daí o máximo de lucratividade com o mínimo de trabalho. O

espírito do parasitismo e depredação se encontrava presente, também, nos homens que vieram para a Colônia, que eram aventureiros, especuladores desejosos do enriquecimento rápido e sem muito trabalho.

Ao explicar a lógica de funcionamento do antigo sistema colonial, Manoel Bomfim atribuía a questões de natureza cultural a implantação de um sistema de exploração colonial em que o objetivo do colonizador era extrair o máximo das colônias, não se preocupando em desenvolver ne-

las qualquer atividade produtiva, capaz de propiciar o desenvolvimento da área colonial. Compararia, por fim, a colonização ibérica com aquela empreendida na América do Norte demonstrando que esta última não foi vítima de um parasitismo integral. Lá chegou também a existir a escravidão, mas na América Latina aos efeitos gerados pela escravidão se somaram:

(...) as desastrosas conseqüências dos monopólios e privilégios, os exclusivos mercantis, instituídos sobre



Manoel Bomfim: educação para transformar o Brasil em uma nação moderna

o comércio colonial, as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às industriais manufatureiras tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular pela interdição de toda inovação progressista.¹¹

A educação se constituía, assim, no meio capaz de viabilizar a transformação dessa sociedade excludente em uma nação moderna, onde deveriam vigorar os direitos universais de cidadania. Uma nação capaz de se impor ao mundo civilizado (leia-se Europa) como um país operoso e progressista. A crença na educação como mecanismo transformador era para Bomfim a crença na razão libertadora. A educação seria, portanto, o instrumento capaz de dotar o povo dos meios necessários para se posicionar na condução das questões nacionais: “se faltam cidadãos para uma república, se faltam ao país homens em valor humano, procuremos formá-los. É a suprema virtude da educação”.¹²

Entre a publicação de *A América Latina: males de origem* (1905) e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931), é possível constatar significativa modificação no modo pelo qual Bomfim acreditava ser possível viabilizar a transformação das nações latino-americanas. Continuava fiel à sua crença na educação, mas compreendia que seria impossível esperar dessa elite que retirava seu poder do parasitismo a predisposição em investir na educação nacional. Dessa maneira, em *Brasil nação*, ainda que não abandonando sua crença

na ilustração, vislumbrava no movimento popular agrário um possível caminho de mudança, à semelhança do que ocorrera no México.

Bomfim buscou realizar um diagnóstico das razões do “atraso” do Brasil e da América Latina diante dos países hegemônicos europeus, recusando-se a creditar ao povo, na vertente racial, a responsabilidade por essa situação. No seu entender, foi o processo colonial, caracterizado por uma ferrenha dominação, que possibilitava manter na ociosidade os colonizadores, os responsáveis por essa situação. Reconhecia a dificuldade, quase extrema, para que ocorressem mudanças na sociedade brasileira, na medida em que o processo colonial viabilizou o estabelecimento desse parasitismo também nas elites brasileiras. Romper com essa inércia era questão chave. Afinal, os dirigentes que se beneficiavam de toda essa situação não teriam porque viabilizarem os meios (educação) necessários à mudança. Por outro lado, sem integração, sem cidadania, o Brasil não teria as condições indispensáveis para ingressar no rol das nações modernas.

OLIVEIRA VIANNA: HERANÇA IBÉRICA E MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

No decênio de 1920, Oliveira Vianna dedicou-se a questionar os meios que deviam ser adotados para que o Brasil pudesse ser transformado. Suas análises diferenciavam-se das de Bomfim, em primeiro lugar por serem calcadas nos referenciais

da sociologia, bem como no historicismo alemão. Leitor das obras de Sombart e Weber, Oliveira Vianna estruturou o conjunto de sua obra utilizando a metodologia de pesquisa própria da sociologia alemã.

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em 1883, no interior da então província fluminense. Estudou direito e se dedicou ao jornalismo e ao magistério. Foi, antes de tudo, um cientista social, e nessa condição procurou compreender a realidade político-social brasileira e apresentar um projeto capaz de viabilizar a construção, no Brasil, de um Estado nacional integrado. No prefácio de *Populações meridionais do Brasil*,¹³ esclarecia o objetivo de sua obra, bem como o método com o qual trabalharia.

Considerando a sociedade brasileira na sua condição de colônia e ressaltando o papel dos traços culturais ibéricos herdados de Portugal, realizou seu diagnóstico sobre o Brasil ressaltando a estrutura social e política construída no país a partir do processo de colonização. Inicialmente, é preciso ressaltar que Oliveira Vianna se recusava a aceitar que a importação de modelos políticos e/ou jurídicos pudesse contribuir para tornar o Brasil um país moderno. Ao contrário, acreditava que as soluções para o Brasil deveriam ser buscadas a partir da análise da sociedade brasileira, na sua condição de colônia, e sem deixar de considerar os traços culturais ibéricos herdados de Portugal.

O que devemos fazer, para melhorar o teor de nossa vida pública,

não é imitarmos os ingleses e querermos ser como eles (...). O que devemos fazer é aceitar resolutamente a nossa condição de brasileiros e as conseqüências da nossa 'formação social': – e tirarmos todo o partido disto.¹⁴

Dessa maneira, a Oliveira Vianna interessava compreender o tipo de unidade da estrutura social, ou seja, de indivíduo que existe na sociedade brasileira. É nele que centraria, em larga medida, o seu enfoque. Ele era extremamente preocupado com o tipo de povoamento, o tipo de ser humano que havia em cada uma das diferentes regiões do Brasil.

Qual era o ponto de partida do conjunto de observações de Oliveira Vianna sobre a estrutura social brasileira? Este ponto de partida, que acompanha todo o desenvolvimento de seu pensamento, residia na identificação da estrutura social brasileira como sendo uma estrutura de tipo patriarcal, ou dito de outra maneira, uma estrutura social clânica, baseada em famílias que se compunham não só dos elementos a ela vinculados por laços de sangue, mas também por um grande número de agregados.

O regime de clã, como base da nossa organização social, é um fato inevitável entre nós, como se vê, dada a inexistência, ou a insuficiência de instituições sociais tutelares e a extrema miserabilidade de nossas classes inferiores (...). O espírito de clã torna-se assim um dos atributos mais característicos das nossas classes

populares (...). O nosso homem do povo, o nosso campônio é essencialmente o homem de clã, o homem da caravana, o homem que procura um chefe.¹⁵

O que decorria da existência de uma estrutura social baseada no elemento clânico, senhorial ou familiar? Em primeiro lugar, a tendência de que essa estrutura social se inclinasse para uma vertente doméstico-privatista. Nesses termos, a obediência só podia ser de tipo tradicional. Ela não decorria do tipo de obediência que caracteriza uma sociedade industrial moderna, ou seja, uma obediência advinda do cálculo racional em relação aos fins. Os elementos de controle social que se projetam na vida política e dão a essa estrutura social o seu caráter patrimonialista estavam vinculados à existência da família extensa, mas eles dependem também de um outro elemento, que é a propriedade da terra.

Essa ascendência, donde vem ela, então? Do orgulho do sangue fidalgo? Este pode dar a esses aristocratas a empáfia, a soberba, o espírito de casta, o aristocrático afastamento da plebe. Não explica, porém, a força, de que eles dispõem em homens, em dinheiro, em dominação direta e real sobre o povo. Qual então o fundamento desse prestígio, dessa ascendência, desse poder incontestável? (...). É sobre a sesmaria, sobre o domínio rural, sobre o latifúndio agrícola e pastoril que ele se assenta. Ele é que classifica os homens. Ele é que os desclassifica.¹⁶

A terra constituía-se em símbolo de status, sinal de riqueza, ainda que a questão da riqueza possa ser discutível porque depende da extensão da propriedade agrária, do tipo de terra e de agricultura propícios a cada região. A terra era um elemento de riqueza e ao mesmo tempo um elemento de controle social e político. A fazenda controlada por um proprietário com o seu círculo familiar mais próximo, ou seja, o círculo sangüíneo, e o círculo familiar mais extenso composto dos agregados é que se constituía na unidade básica de agregação da estrutura social brasileira. Essa estrutura foi, até o momento em que Oliveira Vianna começava suas reflexões sobre o Brasil, e até um determinado momento do desenvolvimento dessas reflexões, uma estrutura esmagadoramente agrária.

Dessa maneira, a função do domínio rural teria sido a de estruturar o caos colonial. Sob o comando e também a proteção do grande senhor de terras, iriam se reunir os homens livres, mas não possuidores de terras, bem como os escravos sobre os quais recaíam as tarefas de produção. Diante das circunstâncias criadas por esse contexto social, a única solidariedade possível era a “solidariedade clânica”. Assim, Oliveira Vianna afirma que “fora da pequena solidariedade do clã rural, a solidariedade dos moradores, especialmente a solidariedade dos grandes chefes do mundo rural – os fazendeiros –, jamais se faz necessária”.¹⁷

Oliveira Vianna, a partir da identificação dessa forte presença do clã, procurava compreender o significado do

localismo na vida política brasileira, que levou à “despreocupação do interesse coletivo, ausência de espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva, carência das instituições corporativas em prol do interesse do ‘lugar’, da ‘vila’, da ‘cidade’”.¹⁸

O que significava esse localismo? Significava, dentro dessa ótica, a integração do

indivíduo na estrutura social por meio do pertencimento a um determinado grupo clânico, familiar, na visão de Oliveira Vianna, e que possui uma chefia bastante definida, personalizada e facilmente identificável. Localismo não é, portanto, adesão às tradições ou aos valores locais. Localismo significa, antes de qualquer coisa, agregação a um determinado clã e o indivíduo que está fora, que não pertence a um determinado grupo, cuja



AN PH/FOT/47395,00

Oliveira Vianna: análise da sociedade brasileira a partir da colonização

chefia é exercida na maioria das vezes por meio da propriedade da terra e outras vezes por prestígio social ou por carisma, está à margem da estrutura social e do processo político.

Oliveira Vianna concluía afirmando que se as estruturas de controle social eram localizadas, isto impedia a integração dos diferentes indivíduos a uma estrutura social de tipo nacional. Apontava que no processo colonial se encontrava a origem dessa situação, alertando, ainda, para o fato de que “esta imunidade dos grandes domínios fazendeiros não é, aliás, uma criação nossa. É, ao contrário, sobrevivência de uma velha tradição feudal portuguesa”.¹⁹

Na medida em que a estrutura política brasileira era dominada ainda pelo “espírito do clã” e pelo “localismo”, tornava-se impossível, para Oliveira Vianna, a aplicação a esta sociedade do receituário liberal importado da Europa e/ou dos Estados Unidos. Na realidade, Oliveira Vianna se mostrava pouco preocupado em encontrar os meios necessários para tornar o Brasil um país liberal. Para ele a questão central estava na montagem de uma organização social e política que fosse capaz de integrar a população sob o controle do Estado.

Vianna não utiliza o conceito de cidadania, mas existia em suas análises a preocupação com a construção de um Estado que fosse integrador. Afinal, em 1920, encontramos a ordem política ameaçada diante da tendência à oligarquização do poder estabelecido, sob o formato liberal de uma organiza-

ção social dominada pelos clãs ou de uma sociedade “pré-capitalista”, como a denominava Oliveira Vianna na última de suas obras, a *História social da economia capitalista no Brasil*.²⁰

O que Oliveira Vianna nos apresenta como única possibilidade para a resolução da problemática brasileira no tocante à organização política é um processo de transferência de lealdades. Lealdades políticas que antes estavam canalizadas para a estrutura patriarcal tenderão a se dirigir para o poder central, uma vez que esse poder mostre ter força e autoridade suficientes para subjugar as estruturas tradicionais de dominação, libertando os indivíduos destas mesmas estruturas. Livre das estruturas tradicionais, o indivíduo torna-se leal ao Estado; até então preso àquelas estruturas, uma vez liberado pela ação de um poder central forte, tenderá a canalizar as suas lealdades a este mesmo poder central. Propõe então Oliveira Vianna a necessidade de constituição de um poder central forte, mas que submetesse e controlasse a cidadania, substituindo as antigas estruturas de dominação, que eram inibitórias ou impeditivas do exercício da cidadania.

Adepto de um Estado forte e centralizador, capaz de outorgar cidadania, Oliveira Vianna não podia conceber a representação política como um espaço de exercício das liberdades. A representação política também devia estar sob controle do Estado. Introduzia, então, a idéia de um corporativismo mais afinado com aqueles já existentes no mundo em que ele vivia. Esse corporativismo não aparecia como o

resultado, ou como a modalidade de uma representação política que reunisse a totalidade das estruturas sociais e dos indivíduos que a compõem. Ele seria composto por segmentos socioprofissionais organizados, ou seja, por câmaras ligadas ao mundo do trabalho – a partir dos sindicatos – ou por câmaras ligadas ao mundo do patronato. É preciso ver que esta estrutura corporativa de que nos fala Oliveira Vianna, teria, também, a função de evitar o conflito entre o capital e o trabalho.

Os decênios de 1920 e 1930 foram ricos em interpretações acerca das razões pelas quais o Brasil não se tornava um país moderno, industrializado e com uma população integrada. As promessas anunciadas pela carta de Caminha no momento do Descobrimento, a respeito das potencialidades infinitas da nova terra, continuavam sendo apenas promessas, e os intelectuais se inquietavam. Mais do que compreender os traços definidores do Brasil, boa parte da intelectualidade permanecia preocupada ao longo do pe-

ríodo republicano em entender as razões pelas quais era tão difícil tornar esse país plural e diversificado culturalmente, uma nação integrada a partir dos parâmetros ditados pelos países hegemônicos. Como viabilizar os processos de industrialização e urbanização? Como tornar essa população rural que vivia impregnada por uma religiosidade mágica e atrelada aos poderes locais, e sem acesso a um sistema educacional universal, uma população igual a dos países da Europa Central ou dos Estados Unidos? Como conjugar as heranças culturais ibérica, africana e indígena com o modelo cultural anglo-saxão? Como superar o passado colonial? Manoel Bomfim e Oliveira Vianna foram dois dentre inúmeros intelectuais que se debruçaram sobre esse impasse, porém suas produções foram fruto de olhares divergentes. Afinal, se quase sempre é difícil detectar convergências nas análises, é certo, no entanto, que as temáticas da identidade nacional e cultural do Brasil ainda hoje se impõem no cenário intelectual.

N O T A S

1. Sobre a Escola do Recife, ver Antonio Paim, *A filosofia da Escola do Recife*, 2. ed., São Paulo, Convívio, 1981.
2. Maria Emilia Prado, *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil, 1870/1902*, Rio de Janeiro, Faperj/Revan, 2005.
3. Tavares Bastos, *Os males do presente e as esperanças do futuro*, São Paulo, Editora Nacional, 1976.
4. Ibidem, p. 32.

5. Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*, Rio de Janeiro, 4. ed., Topbooks, 1993.
6. Ibidem, p. 38.
7. Ver as análises de Flora Sussekind e Roberto Ventura, *Uma teoria biológica da mais valia? História e dependência: cultura e sociedade em Manuel Bomfim*, São Paulo, Moderna, 1984.
8. Manoel Bomfim, op. cit., p. 54.
9. Ibidem, p. 104.
10. Ibidem, p. 126.
11. Ibidem, p. 134.
12. Manoel Bomfim, *O Brasil nação: realidade da soberania nacional*, Rio de Janeiro, 2. ed., Topbooks, 1996, p. 542.
13. Cf. Francisco José de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; Niterói, EDUFF, 1987, 2 v.
14. Francisco José de Oliveira Vianna, *Instituições políticas brasileiras*, Belo Horizonte, Itatiaia; Niterói, EDUFF, 1987, v. 2, p. 129.
15. Francisco José de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, op. cit., p. 145-147.
16. Ibidem, p. 58-59.
17. Ibidem, p. 152.
18. Francisco José de Oliveira Vianna, *Instituições políticas*, op. cit., p. 110.
19. Ibidem, v. 1, p. 76.
20. Francisco José de Oliveira Vianna, *História social da economia capitalista no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, Niterói, EDUFF, 1981, 2 v.

Lucia Helena

Professora Titular de Literatura Brasileira da UFF. Pesquisadora 1-A do CNPq, conduzindo o projeto "O pensamento trágico e as ficções da crise" (2006-2009).

Fabulações sobre a Identidade Brasileira

Reflexões em torno do modernismo

O artigo discute algumas possibilidades de concepção da identidade cultural brasileira pelo viés da literatura nacional. E procura caracterizar sua peculiaridade diante da condição colonial e pós-colonial do país, com o exame da

literatura do modernismo.

Palavras-chave: identidade, literatura brasileira, modernismo.



The article discusses some possibilities of conceiving Brazilian cultural identity through the bias of its national literary manifestations. It also characterizes Brazilian cultural peculiarities in relation to the country's colonial and post-colonial

perspectives, taking into consideration the examen of Brazilian modernist literature.

Keywords: identity, Brazilian literature, modernism.

Por ventura o coração tem dentes? Direi. O coração dos que a calúnia endoece, não; mas o dos que não perdem nela o juízo, sim. A calúnia, o falso testemunho, e a afronta, a infâmia que dela resulta, têm muitas durezas que quebrar, que mastigar, que moer e remoer. Padre Antônio Vieira, *Sermão de São Iria*, 1651

É hoje lugar comum abordarmos, por exemplo, a partir de Homi Bhabha e outros, a questão da hibridização, como se estivéssemos inventando a pólvora. A desmemória contemporânea, mesmo a de autores respeitáveis, tem-se contentado em execrar o Iluminismo, como se este fosse massa uniforme de propostas, e, ao mesmo tem-

po, temos onipotentemente pretendido reinaugurar a cultura do planeta, como se o pós (pós-moderno, pós-modernismo, pós-modernistas) com que se intitula uma época significasse um recomeçar, do marco zero, a ordenação e a produção do saber. Afinal, para alguns, a história está morta, talvez enterrada num esquife gigantesco, abalroado pelos computadores de uma sala de pregões.

Diante desse panorama, que tem produzido uma informação leve, quem sabe até leviana, talvez seja útil investir esforços no campo da história das idéias e, em se tratando de literatura, na história de nosso modernismo, com o intui-

to de ver o que ela ainda tem a dizer aos tempos que correm.

É lembrando Vieira e um trecho de seu *Sermão de São Iria*, de 1651, que acentuamos a presença remota, em nossa cultura, da metáfora da deglutição, retomada no quíproquó literário e cultural brasileiro dos anos de 1920, no qual havia mesmo “muitas durezas que quebrar, que mastigar, que moer e remoer”. Alegoria da angústia de um estado de coisas que examinaremos adiante, a metáfora é reesboçada, entre nós, em 1924, no final do *Manifesto pau-brasil*, de 1924, e explode com força no *Manifesto antropológico*, de 1928. Eram tempos de exacer-

bação, que talvez supusessem que era “preciso ser absolutamente moderno”, como queria Rimbaud. Tempos tão ricamente conturbados, que forneceram ao sempre reflexivo Mário de Andrade ímpeto arrojado não só para compor o “Prefácio interessantíssimo” de sua *Paulicéia desvairada*, de 1921, como para nesta intempestivamente decretar: “está fundado o desvairismo”.

Ser absolutamente moderno pode, à primeira vista, ser-



Abaporu, desenho de Tarsila do Amaral, 1928

vir de profissão de fé. Se dúvida havia, esta não se dirigia ao caráter absoluto que imprimiram ao novo, mas ao nublado sentido que atribuíram ao moderno. A cultura brasileira tem procurado repensar aquele momento paradoxal, não só reinvestigando a significação e a validade do experimentalismo vanguardista dito *heróico*, como também revendo o cânone de fins do século XIX, nele reexaminando novas formas de categorizar e conceituar o nosso modernismo.

Por um lado, tem sido valiosa a contribuição dessas pesquisas, porque revelam, analisam e problematizam vertentes, obras e autores modernistas desconhecidos, esquecidos ou minimizados. Por outro, tais retrospectivas, na intenção de revelar o que está oculto, acabam por obliterar revelações fundamentais, por vezes encaminhando interpretações distorcidas sobre o que denominam “o cataclismo de 22”, expressão problemática por dar relevo quase exclusivo ao lado destruidor do complexo processo da convenção modernista inicial, que foi além de seu traço eufórico, triunfalista e de negação radical do passado. Com isto, temos passado por cima, com impaciência, da especificidade do conjunto de obras produzido pelos participantes do movimento em sua primeira hora.

Deixamos, neste afã de rastrear o baú dos esquecidos, de considerar que, em perspectiva histórica, o tom violento e radical da Semana de 22 fez-se acompanhar de uma produção que, com ela, necessita ser intertextualizada sempre que a perspectiva crítica que nos seja

contemporânea se voltar para aquele momento.

Referimo-nos, portanto, ao risco de se retomarem, fora de contexto e de modo breve, objeções anteriormente feitas às aporias da vanguarda¹ e outras que, entre nós, reincidentemente vêm tratando do caráter destruidor do modernismo, seja na década de 1920,² seja depois,³ e fazendo com que se cristalice em torno de 22 uma identificação direta do modernismo com as vanguardas européias, estabelecendo por crença dominante que sua melhor caracterização (e aí o acento se faz contra a obra de Oswald de Andrade, cuja freqüente disposição ao ataque arrasador também contribuiu para a pecha) seria considerar tudo aquilo uma avalanche destruidora que fazia tábula rasa do passado e tecia loas ao progresso e à modernização, por ancorar-se numa atitude triunfalista ora ufano-ingênua, ora ideológica.

Podemos atribuir aos manifestos da primeira fase modernista um esquemático binarismo, que bradava rupturas de modo até inofensivo, como se não se tratasse de outra coisa senão de amedrontar os fantasmas das convenções burguesas. Da mesma forma, podemos considerá-los portadores de uma atitude doutrinária que se torna paradoxal com a liberdade artística em nome da qual se pronunciavam. No entanto, essa é uma questão muito ampla e complexa que não deve ser resolvida de modo redutor, pois necessita de um exame mais acurado das relações entre os manifestos e as obras que os matizam, en-

riquecem e contradizem. Desse modo, a crítica que deles trata não pode focalizá-los como um tema secundário, nem se deter apenas em observações de teor geral, ou mesmo em recusas que não aprofundem sua significação na conjuntura cultural de que o fenômeno deriva e com a qual dialoga.

Para que possamos examinar de modo mais específico a presença dos rastros desse problema na crítica contemporânea (que veicula alguns dos juízos adversos de que falamos), já discutidos⁴ e ainda por discutir, e que se colaram à fase inicial do nosso modernismo, selecionamos um fragmento do livro de Vera Lins, *Gonzaga Duque: a estratégia do franco*

atirador, cuja importante contribuição examinamos em outro artigo.⁵ Por sua qualidade, retorno ao livro. Só que, desta vez, chamando a atenção para o fato de que, em dado momento de sua argumentação, a autora sugere que o vínculo entre o modernismo e a vanguarda dar-se-ia na pauta de uma visão “otimista” da modernidade, e opõe esta alternativa a uma outra possibilidade, a de se reinterpretar o sentido do modernismo de forma mais crítica, o que, no caso, significaria conectá-lo ao ceticismo dos textos e reflexões de Gonzaga Duque.

Ao ler os escritos de Gonzaga Duque e tentar situá-los, não se pode deixar de refletir sobre a modernidade.

AN PH/FOT/00064.001



Décadas depois, a Semana de Arte Moderna é lembrada como um marco para a literatura e as artes plásticas no Brasil

Descobre-se, nesse autor da virada do século, um verdadeiro modernista, o que abre possibilidades para um recorte diferente do modernismo na cultura brasileira. (...) *Fabricou-se uma idéia otimista da modernidade, já que se costuma pensar o modernismo e os modernistas no quadro das vanguardas*, que, fazendo tábula rasa do passado, formulavam utopias, para as quais propunham caminhos certos e retos. Essas vanguardas estéticas, que caminhavam junto com as políticas, tinham uma missão a cumprir e participavam do mito da revolução, da inovação total. Mas não se davam conta do que agitava em profundidade nosso século.

O modernismo, desde Baudelaire, contém uma autocrítica – ao querer a modernidade, se ressentia dela, diagnosticando um mal-estar na civilização e empreendendo uma reflexão crítica muitas vezes pessimista. Assim, a uma corrente que privilegia o futuro e o rigor científico e está na origem do funcionalismo e do pensamento estrutural, a modernidade opõe uma outra contracorrente cética, que traz um sujeito que não é apenas superfície, mas navega num mar misterioso de desejos vagos e difusos, que fala de renovação em lugar de revolução e procura entender seu passado, na reflexão crítica, lúdica e cética de uma vanguarda desencantada (...).⁶ (grifo nosso)

Opor otimismo e ceticismo, e fazer com que o primeiro seja equivalente a uma

euforia pouco crítica e ideológica, sugerindo que o segundo implica uma razão cética capaz de ver as profundezas do nosso século, implica nuançar pouco o problema, deixando-o ainda num registro binário semelhante ao dos manifestos que desenhavam, num tom por vezes contundente, uma estrutura de opostos, dividida em *contra* e *a favor*, como podemos observar, por exemplo, no *Manifesto pau-brasil*, de 1924, em que Oswald, de forma gozadora, questionava a tradição colonial autoritária e sua continuação na sociedade criada pelos brasileiros durante o século XIX.

Discordamos desta oposição, primeiramente, por acreditar que a necessária revisão dos escritores e caminhos do período imprecisamente denominado de pré-modernismo não deve recair, para recuperar o que busca, numa leitura talvez rápida do modernismo dito vanguardista e otimista. Se houve, por parte dos modernistas, o afã de ligar o movimento de 22 ao futurismo e à euforia do progresso, o sentido do termo futurista no Brasil era tão largo que vale reler uma consideração de Sérgio Buarque de Holanda, contemporâneo dos jovens modernistas, num artigo em boa hora resgatado por Antonio Arnoni Prado, organizador de *O espírito e a letra*: “Não é tão censurável o erro de alguns que chamam futurista a toda tendência mais ou menos inovadora. E já hoje (o artigo foi escrito, provavelmente, entre 1921-1923) é nessa significação que se compreende quase universalmente a denominação de futurismo”.⁷

Em segundo lugar, é necessário repensar o que nos leva à correlação entre *otimismo*, *utopia*, *caminhos certos*, *revolução* (e *inovação total*, como aparece no fragmento), opondo-se a *pessimismo*, *contra-corrente cética*, *caminhos vagos e difusos* (e *autocrítica*), porque, entre outras coisas, este desdobramento da primeira oposição:

1) pode conduzir a que se esmaeçam as múltiplas linhas sinuosas de contradições e autocríticas declaradas e praticadas por nossos modernistas. Lembramos aqui apenas três textos onde isto se faz evidente: o “Prefácio interessantíssimo” da *Paulicéia desvairada*, o prefácio de Oswald a *Serafim Ponte Grande* e a famosa conferência de Mário de Andrade, de 1942, em que faz o balanço dos vinte anos da Semana de Arte Moderna (problemas que examinamos em texto precedente, ao qual remetemos o leitor que deseje aprofundá-los);⁸

2) pode fazer com que se privilegie um entendimento que exclui do otimismo a autocrítica, identificando a existência de pensamento crítico apenas numa vertente pessimista e numa contracorrente cética. Neste caso, a utopia, a esperança e o pensamento do futuro correriam o risco de serem sempre encarados como algo que, em si, transportaria uma *essência* prejudicial ao desenvolvimento da reflexão que uma cultura faz sobre si mesma, acerca de seu destino. Seria, ainda, arbitrar que as utopias coincidem com o vislumbrar de um futuro que elas mesmas decretam, esquecendo-se de que a matéria das utopias articula um duplo

movimento de regressão e prospecção, melancolia e redenção. Seria, ainda, arbitrar que as utopias coincidem com o vislumbrar de um futuro que elas mesmas decretam, esquecendo-se de que a matéria das utopias articula um duplo movimento de regressão e prospecção, melancolia e redenção. Seria também supor que as utopias modernistas não significavam naquele instante muito além do medo de não ter o que mostrar e de não conseguirem se desembaraçar das redes aprisionadoras de um passado que, ainda tão internalizado, insistia e ecoava nos próprios textos que dele se tentavam desvencilhar. Seria, ainda, não considerar que, apesar de pretensamente romperem com o passado, com ele dialogavam, pela intertextualização, pela paródia, pela negação por meio da qual buscavam *fundar* uma nova tradição do novo;

3) pode permitir identificar, sem mais ressalvas, a obra dos modernistas de primeira hora exclusivamente com a atividade de inovação vanguardista europeia, sem levar em conta importantes *detalhes brasileiros*⁹ de nossa *vanguarda* modernista e, além disso, gerando uma correlação secundária, mas não menos importante: a de que o conjunto da obra dos modernistas heróicos deve ser sempre confundida com o espírito dito destruidor dos manifestos modernistas, especialmente os mais emblemáticos, escritos por Oswald de Andrade: o *Manifesto pau-brasil* (1925) e o *Manifesto antropófago* (1928). Esses manifestos, por natureza esquemáticos, não podem servir como parâmetros solitários de aná-

lise, já que seu cunho programático faz com que se constituam de lacunas e rasuras que só a intertextualização com as demais obras poderá ajudar a esclarecer mais produtivamente. Creio que estas identificações de fato ocorrem principalmente em função da ausência de uma releitura, em profundidade, do conjunto das obras, anteriores, concomitantes e posteriores, produzidas pelo grupo (paulista) de autores que se alinharam em 1922.

Ao revisitar o século XIX e o chamado pré-modernismo, Flora Süssekind nos diz que:

(...) se está diante de uma situação em que o habitante das grandes cidades brasileiras se acha submetido à mutação violenta nas suas coordenadas espaço-temporais, já que as aceleradas reformas urbanas, a introdução dos bondes, (...) dos automóveis (...) a difusão de tabuletas de anúncios pelas ruas e fachadas, a vivência do tempo como velocidade, parecem deitar por terra uma visão estável do mundo.¹⁰

De fato, uma antiga visão de mundo se encontra abalada na obra dos pré-modernistas, repleta de veios tortuosos, vagos e difusos, nos quais o pessimismo faz-se acompanhar da melancolia, respira-se uma atmosfera *art-nouveau* e se pode entrever fundamental crítica aos fetiches do moderno. Mesmo uma breve releitura dos três romances que compõem a inicial trilogia da ficção de Oswald de Andrade – a série de *Os condenados* (1917-1934) – pode revelar que, ao contrário de serem

disjuntivos, otimismo e pessimismo nela se enovelam e se articulam de maneira complexa à reflexão crítica acerca das transformações avassaladoras trazidas pelo progresso a toque de caixa que constituiu o processo de modernização no Brasil. E esta complexidade manifesta-se de forma interessante na relação que se tece, nos três romances oswaldianos da série *Os condenados* – *Alma*, *A estrela de absinto* e *A escada* –, entre as personagens femininas Alma e Mongol, quando focalizadas por Jorge d’Avelos, e entre elas e este, quando os três personagens são focalizadas pelo narrador. A relação triangular entre Alma, Mauro Glande e o baudelaireano tipógrafo João do Carmo não é menos representativa desta questão. Numa complexa rede semântica que atravessa os três romances desta série, entretecem-se o pessimismo, a morbidez e um às vezes exacerbado otimismo político (este dominante no último romance citado). Mas essa teia torna-se ainda mais complicada e delicada de se ler, pois os dois eufóricos (mas não apenas isso) manifestos do mesmo Oswald de Andrade foram escritos e publicados durante o período de elaboração, publicação e vigência do projeto narrativo de *Os condenados*, mostrando-nos um painel multifacetado e simultâneo de vias e desvios que, entrecruzando-se, traçam o perfil de um caminho estético e cultural bastante incerto e pouco reto, antes, durante e depois de 1922.

Um exame mais detido do conjunto dessas obras e de suas articulações entre si e com outras obras do mesmo período

– estudo que pensamos ter iniciado em nosso *Totens e tabus da modernidade brasileira*: símbolo e alegoria na obra de Oswald de Andrade – mostra-nos que, longe de uma linha reta, o tom eufórico contracenava, neste autor, com o lado melancólico do procedimento alegórico que atravessa, em alta tensão, a sua rede textual.

Mas não são apenas estas as objeções que temos a fazer sobre as leituras que distinguem dois modernismos, um cético e outro otimista. Com a preocupação de traçar o perfil de obras e intelectuais do chamado pré-modernismo, algumas leituras minimizam o exame, com maior detalhe e profundidade, das contradições e riquezas das obras e autores do modernismo de 22, seus manifestos, seu ambíguo otimismo eufórico de laivos ingênuos e, no entanto, igualmente crítico. Tal atitude pode ser a origem da postura que, arriscada e diretamente, vincula, numa identidade sem fissuras, o modernismo eufórico às vanguardas européias.

Essa euforia em Oswald de Andrade, e também em Mário de Andrade, veio sempre acompanhada de um enorme conflito. Não nos deteremos em Mário de Andrade (seria fascinante o exame daquela questão em sua obra) em função do espaço reduzido de que dispomos neste artigo, reservando-nos apenas encaminhar o problema, ainda que brevemente, tal como ele nos parece ocorrer na produção oswaldiana. Durante todo o processo de elaboração da primeira série romanesca, está também em curso a produção do *par-ímpar*¹¹ – *Memórias sen-*

timentais de João Miramar (1924) e *Serafim Ponte Grande* (1933) – e a redação dos Manifestos (1924 e 1928), com o relevo da introdução da leitura antropofágica da cultura brasileira, que acompanha a obra do autor até o fim, infiltrando-se em seus ensaios *A crise da filosofia messiânica* e *A marcha das utopias*, bem como em sua última série romanesca, *Marco zero*, e no único volume de sua planejada autobiografia intelectual, *Um homem sem profissão*: sob as ordens de mamãe, escrita sob o impulso de uma conversa com Antonio Candido, em 1954, conforme relata o autor de “Digressão sentimental em torno de Oswald de Andrade”, publicado em *Vários escritos*.

Articulados pelo viés do que Oswald de Andrade denominou o “matriarcado de pindorama”, em oposição ao “patriarcado” – de um lado, a mãe, a festa, a sociedade sem classes e a propriedade coletiva do solo; do outro, o pai, a repressão do desejo, a sociedade de classes, a propriedade e a posse do solo –, pulsa naqueles textos uma energia que põe forças distintas e opositivas numa ação concomitante, centrífuga e centrípeta, que desequilibra o binarismo e faz pensar a cultura como um movimento conflituoso de divergências e de diferenças que não se sintetizam, nem se pacificam.

Se o princípio curativo, idealizado pelo romantismo, de conciliação dos contrários passou pela metáfora da relação amorosa de Iracema e Martim, de Peri e Ceci, numa articulação em que ou morre a mãe de Moacir, enterrada no

seio da terra que a simboliza e que ela também simboliza (o processo é duplo), ou perece a chance de se articular, em igualdade de condições, a senhora e o escravo, o dilema da construção discursiva das fábulas da identidade recebe, na alegoria oswaldiana, outro encaminhamento e outra metáfora-chave: a devoração, que abala o binarismo e a ambicionada síntese das relações entre o patriarcado e o matriarcado, a terra e o senhorio, o senhor e o escravo.

A questão a retomar neste momento, deslocando o modernismo da vanguarda européia e da pretensa euforia de sua melancolia, é a da conquista oswaldiana da antropofagia, focalizada aqui como um dos mais vigorosos eixos de reflexão para se pensar a cultura brasileira e sua identidade não mais fixa, nem física (a da exótica cor local), nem metafísica (diz Oswald, jocosamente, em seu volume memorialista, que o problema do brasileiro não é apenas *ontológico*, mas *odontológico*). Eixo que não só leva – e muito – em conta “o que agitava em profundidade nosso século”, como também oferece uma precursora investigação crítica que procura entender nosso passado cultural articulado ao presente e guiado por expectativas de futuro.

Não cabe aqui explicar o que vem a ser a antropofagia oswaldiana, assunto de conhecimento geral, mas retomar o alcance e as consequências deste projeto em relação a uma atitude de crítica permanente da cultura brasileira, que atuou não apenas naquele momento e

nos que o precederam,¹² mas continua atuando no tempo que sucedeu ao seu inteligente e frutífero *insight*.

É tão forte o que carrega em seu bojo, que a metáfora da devoração ecoa, contemporaneamente, despertando a atenção dos estudiosos no cenário internacional (Kilgour,¹³ MacCannell,¹⁴ dentre outros), já que a questão retorna hoje em obras literárias e críticas que, muitas vezes, não se dão conta, nem dão conta do cunho antecipador do projeto oswaldiano. Além disso, é preciso também refletirmos, do ponto de vista de uma história literária não mais evolucionista, no valor de se repensar a antropofagia como uma categoria de seleção e ordenamento de eventos e paradigmas históricos, dentro de um contexto cultural dinâmico de recepção e transmissão.¹⁵

Ao invés de lidar com o movimento modernista com atenção exclusivamente aos seus documentos, à pesquisa na arca da memória, nos baús onde serão descobertos obras e documentos inéditos, mas onde, neguemos ou não, sempre haverá o fundo falso das interpretações impossíveis de atingirem o *fundamento* e a *totalidade*, a história literária também lucra ao se dispor a enfrentar as poéticas e a incompletude.¹⁶ Quanto a isto, cabe pensarmos também, a partir de uma reflexão fundamental de Antonio Candido, a relação mais adequada a ser estabelecida entre a antropofagia oswaldiana e a vanguarda européia *tout court*, considerando-se a necessidade de reconhecermos que o que parecia influência exter-

na sobre nós, quando visto de outro ângulo é um encontro da renovação com a tradição, uma vez que

No Brasil, as culturas primitivas se misturavam à vida cotidiana ou são reminiscências ainda vivas de um passado recente. As terríveis ousadias de um Picasso, um Brancusi, um Max Jacob, um Tristan Tzara, eram, no fundo, mais coerentes com a nossa herança cultural do que com a deles (...). Os nossos modernistas se informaram pois rapidamente da arte européia de vangurada, aprenderam a psicanálise e plasmaram um tipo ao mesmo tempo local e universal de expressão, reencontrando a influência européia por um mergulho no detalhe brasileiro.¹⁷

Ao postular, no *Manifesto antropófago* (1928), que “somente a antropofagia nos une”, o eixo que fundamenta a reflexão de Oswald não é o da ruptura, mas o da busca (e descoberta inédita) de um paradigma sistemático que desse conta das correlações entre diferenças e semelhanças na configuração fragmentária do problema, e do conceito, sempre impossível de ser definido, de identidade nacional.

O fragmento de Vieira, destacado em epígrafe, faz uso surpreendente da metáfora da devoração, articulando-a, em associações inteligentes, aos movimentos de reparação – “moer e remoer a calúnia, o falso testemunho, a afronta”. Mas o fragmento também remete à articulação de entidades usualmente engendradas como opostas: o corpo e a alma, a

razão e o coração. Enfim, a devoração referida por Vieira propõe combater o ataque ao coração dos que, segundo o pregador, não perdem naquelas ações o juízo. Um coração dentado far-se-ia necessário, à sociedade e ao indivíduo, para enfrentar “as durezas do que se deve quebrar, mastigar, moer e remoer”, quando não se perdeu o juízo.

Qual seria, então, no constelado metafórico que a devoração inscreve na rede das obras oswaldianas, em que o problema se intertextualiza, a cadeia de associações que se desenha? Hipótese viável e promissora é lermos a metáfora da devoração fora do viés da história do efeito – isto é, fora da tradição da ruptura que, autorizada pelos próprios modernistas num dado momento, foi por eles revista. Pelo viés da antropofagia e da radical metáfora da devoração, leríamos a história da cultura brasileira a contrapelo, na expectativa de futuros não realizados. Isso significa corroer uma versão, uma imagem do Brasil inscrita no futuro do pretérito – ou seja, a visão de um Brasil que poderia ter sido e não foi – para, deste modo, também reler a já então naufraga promessa romântica da redenção conciliadora, fulgurantemente prometida pelas elites do Império e do Estado-nação do século XIX.

Ao Brasil ainda preso no futuro do pretérito, ou à comunidade imaginada pela utopia fundacional romântica, a antropofagia acena com um presente capaz de corroer e deglutir “as durezas do que se deve quebrar, mastigar, moer e remoer” do passado, e com o “coração dentado”

que, se não perder o juízo, produzirá a seiva que semeará o futuro, a partir do presente em que se devora o corpo do fantasma da colonização. No presente renovado pelo modernismo heróico, a lição do *insight* antropofágico a se meditar é a discussão das *fábulas da identidade*, da construção (discursiva) das imagens do Brasil, urdidas e por urdir, implantadas no imaginário cultural desde a colonização e a cada tempo reimplantadas, readministradas, retrabalhadas, enfim. Nesse sentido, a metáfora da devoração interrelaciona um quadro cultural coletivo e imaginário, contextualizado e historicizado, a um quadro individual, também imaginário, mas universalizado pela formação do inconsciente.

 ueremos com isto dizer que a dinâmica associação da construção da cultura brasileira pela energia de um primitivo impulso à devoração do outro, da diferença, para tê-la em si, deglutida e incorporada, conduz o leitor à *terra sem chão* do desejo de mobilização do indivíduo em face de zonas muito turvas de si mesmo, de dimensões *fágicas* e muitas vezes trágicas, e em face de sua interlocução com a cultura em que está inserido. Este movimento tenso é pertinente à trama das identidades individuais e culturais, e constitui as relações entre o indivíduo, o imaginário individual e social, e as forças ao mesmo tempo estruturadoras e desestruturadoras do inconsciente.

Leitor crítico do genocídio promovido pela colonização, o Oswald do *Manifesto antropófago* precisa ser articulado não

apenas às vanguardas européias – é comovente a sua confissão de ter sido o “palhaço da burguesia, que a serviu sem nela crer” –, mas a diversas obras suas em que a metáfora da devoração se faz presente e se espraia como a alegoria protéica de uma instigante e hoje pouco discutida vertente crítica, poética e conceitual de se pensar e repensar os dilemas da cultura brasileira. Se a história literária, à luz da historiografia e das periódicas revisões do cânone (o que, entre outras coisas, contraditoriamente, comprova a força dos cânones que quer combater), procura a origem, o documento fundador e inédito, e recebe forças do estabelecimento fidedigno de textos, acreditando com isto povoar-se e povoar o imaginário cultural de provas de *verdade* e de *atestados de identidade*, esta mesma história da literatura deveria convir que estas provas de identidade são bem pouco isentas. Os critérios de verdade, ao tratarem da arte, esbarram na incompletude da linguagem e em sua opacidade ao dizer a verdade. Ou ao dizer a mentira.

As histórias do modernismo e as interpretações sobre ele estão sempre próximas das fábulas da identidade. Se a arte, à luz e à sombra de sua sempre tensa trajetória, nos diz da capacidade de ficcionalizar, seja na poesia, no teatro ou nas narrativas; se ela nos diz da zona fronteira e embaçada do *como se*, e se desloca dos limites do imediatamente falso ou do comprovadamente verdadeiro; do mesmo modo a metáfora da devoração, cunhada pelo talento artísti-

co de Oswald de Andrade, é uma profícu e ainda pouco investigada senda de se perquirir sobre as fábulas da identidade de uma cultura cujo rosto, não mais de Janus, posto que de múltiplas faces, constrói-se da ininterrupta capacidade de

interrogar, no presente, o tempo dos fantasmas, o futuro do pretérito, e de examinar as expectativas do que poderia ter sido e nunca tem sido: a cultura brasileira, em sua fragmentada, acidentada e penosa história.

N O T A S

1. Hans Magnus Enzensberger, As aporias da vanguarda, *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 26-27, jan./mar. 1973, p. 112.
2. Alceu de Amoroso Lima, Poesia pau-brasil, in *Estudos literários*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, p. 916.
3. Heitor Martins, *Oswald de Andrade e outros*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1973.
4. Lucia Helena, *Totens e tabus da modernidade brasileira*: símbolo e alegoria na obra de Oswald de Andrade, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Niterói, CEUFF, 1985.
5. Lucia Helena, Sobre a história da Semana de 22, in Letícia Mallard et al., *História da literatura*: ensaios, Campinas, Unicamp, 1994, p. 101-127.
6. Vera Lins, *Gonzaga Duque*: a estratégia do franco atirador, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991, p. 31.
7. Antonio Arnoni Prado (org.), *Sérgio Buarque de Holanda*: o espírito e a letra, Estudos de crítica literária, v. 1 e 2, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 132.
8. Lucia Helena, Sobre a história da Semana de 22, op. cit.
9. Antonio Candido, Literatura e subdesenvolvimento, in Rubén Bareiro Saguier et al., *América Latina em sua literatura*, tradução de Luiz João Gaio, coordenação e introdução de César Fernández Moreno, São Paulo, Perspectiva; Unesco, 1979, (Estudos, 52), p. 293.
10. Flora Süssekind, O figurino e a forja, in José Murilo de Carvalho et al., *Sobre o pré-modernismo*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 33.
11. Antonio Candido, *Vários escritos*, São Paulo, Duas Cidades, 1970.
12. Lucia Helena, *Uma literatura antropofágica*, 2. ed., Fortaleza, UFC, 1983; Lucia Helena, *Totens e tabus da modernidade brasileira*, op. cit.
13. Maggie Kilgour, *From communion to cannibalism*: an anatomy of metaphors of incorporation, New Jersey, Princeton University Press, 1990.
14. Dean MacCannell, *Cannibalism today*: empty meeting grounds: the tourist papers, London, Routledge, 1992.
15. Cf. Lucia Helena, *Uma literatura antropofágica*, op. cit.
16. Sobre uma forma instigante de encaminhar o problema das relações entre a historiografia e a poética da incompletude, vale a pena conferir os dois volumes da tese de Marcos Motta: *Essa nova e nunca vista história*: escrita e história em Antonio Vieira, Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 1997.
17. Antonio Candido, Literatura e subdesenvolvimento, op. cit., p. 293.

Karina Vasquez
Professora e Pesquisadora da Universidade de Buenos Aires.
Doutoranda do Programa de História Social da Cultura da PUC-Rio.

Modernismo, Renovação e Vanguardas

A redefinição da vocação intelectual na correspondência de Mário de Andrade nos anos vinte

Este trabalho pretende refletir sobre o processo de elaboração de alguns tópicos centrais do modernismo, analisados por meio da leitura de alguns fragmentos significativos da correspondência mantida por Mário de Andrade durante a década de

1920. Pretendemos, também, oferecer um breve panorama da trajetória do modernismo ao longo desses anos, com o intuito de justificar tanto a escolha por Mário de Andrade quanto o objetivo de nos centrarmos em sua correspondência.

Palavras-chave: brasilidade, modernismo, Mário de Andrade.



This article intends to reflect on the process of elaboration of some of the most important topics of Brazilian modernist movement, analyzed through the reading of some significant fragments of the correspondence kept by Mário de Andrade

during the 1920's. First of all, we intend to offer a brief panorama of the trajectory of the modernism during these years as to justify the choice for Mário de Andrade and the objective of in centering them in its correspondence.

Keywords: "brasilidade", modernism, Mário de Andrade.

Poderíamos considerar que, com nuances diferentes, tanto no Brasil como na Argentina, no México ou no Peru, as intervenções dos jovens intelectuais pretendem marcar um distanciamento ou uma ruptura em rela-

ção aos intelectuais da geração anterior, distanciamento este que a partir do desejo de "atualização da cultura" desemboca no problema de como construir uma voz própria, original e potente. Em relação ao caso brasileiro, sabemos – como

destacou Jardim de Moraes – que a emergência da “questão da brasilidade” adquire, na segunda metade da década de 1920, uma centralidade tal que subsume aquela primeira urgência de atualização da cultura.¹ Nesse sentido, se para 1922, os jovens que haviam participado da Semana de Arte Moderna, reunidos na revista *Klaxon*, legitimavam suas intervenções na necessidade de “seguir o espírito de uma época”,² desterrando tanto as formas como o léxico parnasiano e incorporando na poesia o ritmo e os temas da cidade moderna, já para 1924-1925, esse programa parecia insuficiente. Após essa segunda etapa, a preocupação principal não passa mais pela adoção de meios de expressão considerados modernos – ou, como defendia *Klaxon*, pela superação de um atraso de vinte anos em relação à produção internacional –, e sim pela busca e afirmação dos elementos distintivos da cultura nacional. Essa reorientação aparece enfatizada em diversas oportunidades, como, por exemplo, na Carta aberta a Alberto de Oliveira, que Mário publicou em 1925 na revista *Estética*, onde afirma – fazendo referência ao primeiro momento do modernismo – que “imitamos, não tem dúvida”, mas, e aqui aparece a reformulação do programa,

(...) não ficamos na imitação. A distância em que estamos hoje da Europa é estirão tão grande que nem se vê mais Europa. Quase. Temos mais que fazer. Estamos fazendo isto: tentando. Tentando dar caráter nacional pras nossas artes. Nacional e não

regionalista. Uns pregando. Outros agindo. Agindo e se sacrificando conscientemente pelo que vier depois. Estamos reagindo contra o preconceito da forma. Estamos matando a literatice. Estamos acabando com o domínio espiritual da França sobre nós. Estamos acabando com o domínio gramatical de Portugal. Estamos esquecendo a pátria-amada-salve-salve em favor duma terra de verdade que vá enriquecer com o seu contingente característico a imagem multiface da humanidade. O nosso primitivismo está sobretudo nisso: Arte de intenções práticas, interessada: arte sexual ou nacional ou filosófica ou de circo pra pagodear. Essas me parecem as tendências duns e de outros. Estamos fazendo uma arte muito misturada com a vida. Só assim a nossa realidade, a nossa psicologia se irá formando e transparecerá.³

Como vemos, aqui encontramos uma interpretação particular do chamado a “reconciliar a arte com a vida”, lema que já ressoava extensamente na Europa desde antes da guerra. Tal como sugere Peter Bürger,⁴ é possível considerar que a ação das chamadas vanguardas históricas se dirige em geral contra a noção de autonomia, ou seja, contra uma forma de funcionamento da arte que implicava a perda de sua “função social” e sua correlativa separação da práxis vital, da vida cotidiana. Contra esta separação, contra o isolamento da arte e seu refúgio na “perfeição formal” do esteticismo, os di-

versos movimentos de vanguarda europeus defenderam a possibilidade de se criar uma nova práxis vital a partir da arte. Certamente, Bürger põe ênfase no caráter destrutivo dessa empresa e não leva em conta – como assinala Russell Berman⁵ – que é possível visualizar uma continuidade dialética entre o ideal de autonomia propiciado pela moderna cultura burguesa e as vanguardas. Em outras palavras, nem o ataque das vanguardas é um ataque completamente externo aos ideais e às promessas de felicidade dessa cultura burguesa, nem os vanguardistas estavam sós na hora de defender a repulsa à estética idealista do século XIX: tal como assinala Berman, esta rejeição era compartilhada pelos textos literários e reflexões teóricas de auto-

res que podiam ser reconhecidos como propriamente “modernistas”, mais até do que “vanguardistas” (os exemplos de Berman são Thomas Mann, Ernest Jünger e Alfred Döblin).

O que Berman propõe é uma percepção do modernismo estético associado às vanguardas históricas em sua reivindicação pela construção de uma alternativa poderosa frente ao que aparecia como a decadente e ultrapassada cultura burguesa do século XIX.⁶ Essa posição resulta útil para nós na medida em que os exemplos paradigmáticos de “vanguarda histórica” considerados por Bürger são, fundamentalmente, o dadaísmo e o surrealismo, movimentos que, em linhas gerais, não contaram com uma recepção sig-

AN SZ/POT/ 003



A troca de opiniões através de cartas possuía singular importância para Mário de Andrade

nificativa na América Latina dos anos de 1920. No entanto, podemos considerar que a crítica ao individualismo, ao formalismo e à separação arte-vida conformava um espectro compartilhado por um amplo segmento de jovens intelectuais e artistas nos quais ressoava o desejo de renovação. Como assinala Marjorie Perloff,⁷ o chamado a reconciliar a arte com a vida nos movimentos europeus significou a tomada de consciência de que a obra de arte: a) não deveria chamar a atenção sobre si mesma; b) deveria incorporar os elementos da “baixa cultura” (a canção popular, o recorte de jornal, a publicidade); c) deveria tornar-se um empreendimento coletivo, planejado e dirigido não mais a uma elite de especialistas, e sim a uma audiência mais ampla.

Na “Carta aberta a Alberto de Oliveira” é possível distinguir uma particular apropriação de alguns desses tópicos: esse voltar-se na direção da “práxis vital”, assim como a incorporação dos elementos da vida cotidiana, foi interpretado na chave que insistia na necessidade de definir o caráter nacional, superando aquilo que para a época constituía o tradicional divórcio entre os produtos da alta cultura e a cultura popular. Se as elites da geração anterior haviam ignorado ou estigmatizado as formas de vida popular como um elemento que progressivamente deveria ser depurado, no intuito de atingir a meta de uma plena modernização, o movimento modernista – em linhas gerais – mantém o postulado segundo o qual só a integração, a assimilação da diversida-

de poderia produzir a unidade da nação, requisito indispensável para uma modernização autêntica, ou seja, para uma modernização em que as instituições respondam aos modos de ser específicos da vida social brasileira.

Frente ao diagnóstico de uma vida institucional – literária, acadêmica, artística, mas também política – totalmente separada da realidade, o modernismo aponta para as diversas propostas que insistem na necessidade de conhecer essa realidade, aproximar-se dela, apreender seus conteúdos específicos, a fim de universalizá-los por meio da literatura e da arte. Com essa perspectiva, tal como sublinha Jardim de Moraes,⁸ na centralidade que adquire a “questão da brasilidade” é possível visualizar uma versão singular do problema da modernização que contém uma redefinição do papel do intelectual na sociedade brasileira. Desde o momento em que a modernização não se identifica apenas com os “êxitos da civilização”, entendida como a expansão e o desenvolvimento de possibilidades técnicas, mas também com o conjunto de valores específicos que definem e articulam a cultura nacional, o papel do artista e do intelectual adquire uma nova dimensão, no sentido de serem agentes capazes de contribuir de um modo decisivo para a conformação dessa cultura.

Em relação a isso, na própria definição do programa modernista e na consequente reformulação do papel do artista e do intelectual, a figura de Mário de Andrade assumiu um lugar de destaque, já que em

meados da década de 1920 ele começou a elaborar uma visão da arte que prioriza seu significado coletivo, em oposição às tendências individualistas e formalistas que – a partir da perspectiva do autor – teriam caracterizado a figura do artista moderno desde o Renascimento. É esse tema que aparece sugerido na reivindicação por uma “arte interessada”, contido na “Carta aberta a Alberto de Oliveira”:

Numa terra nova a arte tem de ser interessada senão é falsa e nhampam. Então a gente faz arte porque

está com vontade de cavar uma morena pra... bom! Porque tem medo da tempestade ou do sol que podem espantar o gado e queimar o milho embonecando, porque carece de se ajuntar numa tribo tapuia ou tupi. Arte de ação.⁹

Uma arte interessada, uma arte entrelaçada com a vida, uma “arte de ação pela arte” – fórmula que apresenta Mário em seus escritos da década de 1930 – é uma arte que reclama para si o poder de coesão social dos rituais religiosos das sociedades primitivas. Se, para



Primeiro número da revista *Klaxon*, 1922

Mário, a ação da arte consiste em elaborar os significados coletivos que permitam a religação dos distintos membros da comunidade, a vocação do artista adquire também uma dimensão coletiva na qual sobressai seu caráter de “missão”: a construção de uma tradição – sistematizando o uso particular de uma língua, ou então explorando a espontaneidade das distintas manifestações populares, no intuito de que a arte revele uma identidade na qual está inscrito o sentido da vida comum – constitui uma tarefa que implica um sacrifício, o abandono de seu próprio eu, o sacrifício das pretensões individualistas de construir (separado de todo valor social específico) uma “obra bela”.

Apresentados desse modo muito geral os dois momentos do modernismo, e alguns dos tópicos centrais que articulam a posição de Mário de Andrade a partir de meados dos anos de 1920, gostaria agora de sugerir a importância da análise da correspondência, que para o caso particular de Mário funciona como um espaço de diálogo e reflexão, no qual é possível rastrear o processo de construção dos diversos significados que conformam a experiência modernista. Para tal, torna-se necessário levar em consideração algumas características da experiência epistolar no Brasil daquela década.

Em primeiro lugar, convém destacar a relevância das cartas em um espaço fragmentado e de relativamente baixa institucionalização da atividade intelectual.

De fato, deparamo-nos, de um lado, com duas cidades, Rio e São Paulo, que disputavam a condição de “centro” da produção cultural do país. Os contatos entre as duas cidades, que atraíam os olhares dos intelectuais do interior do país, se davam, sobretudo, por meio de cartas, que naquela época não estavam estritamente associadas a uma representação da intimidade. De modo geral, as cartas circulavam em um espaço de sociabilidade mais amplo, exibiam-se; em algumas ocasiões, inclusive, eram escritas a modo de resenha ou opinião pública sobre uma determinada ação, o texto do destinatário. Como as apresentações, os pedidos de informação, os encargos de artigos, os favores, os agradecimentos tramitavam através deste meio, a carta em si mesma gozava de um estatuto intermediário que oscilava entre os negócios do âmbito público e a expansão da intimidade no âmbito privado. Essa proliferação de cartas pessoais que, junto às notícias privadas, compartilham e oferecem reflexões sobre temas relacionados à produção própria, assim como a de colegas, possivelmente também tem a ver com as dificuldades para manter empreendimentos editoriais compartilhados (*Klaxon* chega apenas ao número duplo 8-9, *Terra Roxa* somente consegue publicar seis números, *Estética*, por sua vez, não passa do terceiro).

Em segundo lugar, se em geral a carta cumpre uma função importante no intercâmbio de opiniões (entre jovens do Rio e de São Paulo, mas também vinculando estes centros a Minas Gerais e ao Nor-

deste etc.), devemos sublinhar que este meio adquire uma singular relevância para o caso de Mário de Andrade, um escritor assíduo de cartas. Frequentemente, isto aparece na correspondência – “ando seqüestrado dos amigos e das cartas”,¹⁰ diz o escritor. Essa disposição para o intercâmbio epistolar já aparece assinalada por Antônio Cândido em 1946:

Se um jovem dos confins do Piauí lhe escrevesse, contando esperanças literárias, chorando mágoas, pedindo conselhos ou simplesmente livros, Mário se absorvia totalmente no problema desse moço desconhecido, pensava nele, imaginava soluções e lhe mandava uma resposta de dez páginas, em que o rapazinho se sentia de repente dignificado, compreendido, consolado, estimulado ou socorrido.¹¹

Essa disponibilidade para a relação epistolar também tem sido analisada a partir de outra perspectiva, como a articulação de um conjunto de operações que tenderiam a legitimar certos rumos possíveis do modernismo, gerar adesões e convencer seus interlocutores mediante o amável intercâmbio de críticas, razões e favores. Nesse sentido, Jeffrey Sharp e Cezar de Castro Rocha apontam para os efeitos desse sistema epistolar, que teria permitido a Mário “coreografar e controlar os acontecimentos, dar forma aos horizontes intelectuais dos jovens escritores e colocar-se no papel de cronista diário da história da literatura brasileira contemporânea”.¹² Devemos sublinhar que essa percepção já existia entre

os contemporâneos de Mário. De fato, quando a *Revista de Antropofagia* começa a atacar acidamente Mário de Andrade em 1929, não se poupam de re-criminar-lhe, em tom acusador, a “correspondência amorosa com o que há de medíocre na intelectualidade do Brasil inteiro”.¹³ Em varias ocasiões, a revista impugna a liderança de Mário na cena modernista, destacando o papel relevante que teriam construído os múltiplos laços epistolares no reconhecimento generalizado dessa posição:

Os senhores Alcântara Machado (o Gago Coutinho que nunca voou) e Mário de Andrade (o nosso Miss São Paulo traduzido em masculino), iniciaram a guerra contra a original idade. Só a chatice, a cópia e a amizade é que prestam. Os dois ilustres Molinaros do modernismo estão sendo seriamente ameaçadas pela rudeza da Antropofagia as suas sistemáticas e marotas atas falsas. As cartinhas de amor para Cataguazes vão arrepiadas como freiras durante a invasão militar. Aliás, os meninos de Minas precisam se decidir. Literatura será questão de amizade? Não haverá entre eles um Tiradentinhos ao menos que tenha a coragem de conspirar contra esse reinado de dona Maria, em que se estava transformando a ofensiva modernista?¹⁴

Será a literatura uma questão de amizade? A resposta de Carlos Drummond de Andrade aparece alguns números mais tarde e é contundente: “Para mim, toda a literatura não vale uma boa amizade”.¹⁵

Certamente, também alude de modo geral às razões literárias que lhe impedem de participar da “descida antropofágica”, mas o que aparece destacado em primeiro plano é a “boa amizade”, a lealdade para com o amigo, sobretudo o peso – intelectual e afetivo – do vínculo estabelecido com Mário de Andrade. Essa resposta de Carlos Drummond nos leva a outro ponto estreitamente relacionado com as cartas: seria necessário analisar com atenção os significados que encerram esse sintagma da “boa amizade”, porque ainda que a correspondência seja um meio, um canal literário por meio do qual Mário conta sua vida cotidiana, argumenta, discute e inclina seus interlocutores na direção da adesão a um programa que promove nos intelectuais e artistas uma função central na definição da nacionalidade, o modo como se articulam essas relações também participa dos significados que aspira a transmitir. Certamente, Mário construiu toda uma rede de contatos através da correspondência, contudo, na medida em que essa rede não foi mantida institucionalmente – pelo menos, até meados da década de 1930 –, estudar os movimentos, os modelos de amizade, o modo particular como circula, se socializa e se compartilha a intimidade pode iluminar a compreensão do novo modelo de intelectual que Mário constrói para si e que, definitivamente, acabou sendo identificado como o paradigma do intelectual modernista. Dada a vastidão do epistolário de Mário, propomo-nos aqui reler somente alguns fragmentos da correspondência com Manuel Bandeira e Carlos Drummond

na década de 1920, no intuito de mostrar os processos de discussão e elaboração de algumas problemáticas centrais do modernismo.

Sabemos que, durante aquele período, a situação de ambos interlocutores era diferente. Em 1922, data a partir da qual começa a corresponder-se com Mário de Andrade, Manuel Bandeira era um poeta de quase quarenta anos, que gozava de apreço e consideração nos círculos literários do Rio e de São Paulo. Ao contrário, em 1924 Carlos Drummond era um jovem rapaz de 22 anos com inclinações literárias que os paulistas haviam conhecido em sua famosa viagem a Minas Gerais com Blaise Cendrars.

De algum modo, essas distintas situações determinam as diferenças de tom e ritmo da correspondência. Por exemplo, durante a década de 1920, a correspondência com Manuel Bandeira é constante e quase semanal, a tal ponto que, na carta de 22 de novembro de 1924, Mário lhe diz: “Nós andamos numa *carteação danada!* É carta para cá, carta para lá, até parece noivado”; em contrapartida, no epistolário com Carlos o ritmo é mais lento e freqüentemente aparecem desculpas pela demora em responder, tanto de um lado como do outro. Uma outra diferença importante é que, dada a inexperiência e juventude de Carlos, sobretudo durante os primeiros anos, predomina nas cartas de Mário um tom discretamente pedagógico. Em contrapartida, com Manuel, desde o início, é claro que emerge uma relação entre pares, onde um e outro discutem,

comentam e criticam abertamente seus artigos e poemas.¹⁶

Entre as perguntas, as sugestões, a correção verso por verso dos poemas, e os detalhes da vida social e cotidiana de ambos, um dos temas que se instala nesse intercâmbio entre Manuel e Mário é aquele que remete à busca de um tom, de um vocabulário e de uma gramática para a literatura brasileira, ou seja, ao projeto de “escrever como falamos”. Como já dissemos, a rejeição ao parnasianismo da geração anterior significou para o modernismo em geral a busca por uma simplicidade expressiva, capaz de incorporar tanto os motivos como as formas de expressão próprias à vida cotidiana. Isso conduziu à constatação de que muitas dessas formas contradiziam os preceitos da língua portuguesa – como é o famoso caso do uso do pronome oblíquo antes do verbo, que se transformou quase em uma bandeira dos jovens modernistas, empenhados na afirmação da legitimidade do uso escrito dessas formas orais.

Mário foi um dos mais tenazes defensores desse programa, a tal ponto que incorpora estas modificações não só nas obras de ficção – paradigmaticamente *Macunaíma* – ou em sua poesia, mas também em seus artigos críticos, onde se apegava às propostas de modificações de ortografia, de pontuação, de regência de determinadas proposições, e de incorporação de um vocabulário até então considerado alheio aos usos literários. Em relação a isso, a recorrência do tema nas cartas tem a ver com os desacordos en-

tre Mário e Manuel, dado que o último considerava demasiadamente radical a experimentação de Mário. E, nesse sentido, como Mário questionava sua “influência lusitana”, Manuel criticava com rigor de detalhes – geralmente nos poemas – o uso de determinadas proposições, a supressão de outras, a afetação de determinadas expressões etc. Em sua carta de 19 de janeiro de 1925, Manuel escreveu:

Me parece, por poemas e cartas, que à força de queres escrever brasileiro, estás escrevendo paulista. Ficando um tanto afetado de tanto buscar a naturalidade. A sua sistematização pode levar, está levando, a uma linguagem artificial, o que é pena porque compromete uma idéia evidentemente boa e sadia. Tenho tanta coisa a dizer nesse assunto que só conversando, mas uma coisa entre muitas: sistematicamente pões o pronome oblíquo antes do verbo quando o brasileiro se caracteriza exatamente pela instabilidade do tal oblíquo, ora antes, ora depois...¹⁷

Duas críticas ressaltam nesse breve parágrafo: a acusação de um regionalismo paulista que afetaria gravemente o projeto de uma literatura brasileira, e a crítica à sistematização: enquanto que o uso oral opta por colocar o pronome oblíquo às vezes antes, às vezes depois, adequando-o ao ritmo da frase, o esforço de atacar a regra que proíbe na linguagem escrita o uso do pronome oblíquo antes do verbo compele Mário a utilizá-lo sistematicamente contra essa proibição. Em sua

detalhada e longa resposta de 25 de janeiro de 1925, Mário defende essa sistematização e explicita o sentido de seu experimento:

Não posso ir fazendo no silêncio e no trabalho oculto toda uma gramática brasileira pra depois de repente, pá, atirar na cabeça do pessoal. Preciso que os outros me ajudem porque, confesso com toda a franqueza, embora não seja um ignorante em questões de língua e possa afirmar gritado que sei o português duma forma acima da comum, não sou forte no caso. Não sou. Careço que os outros me ajudem pra que eu realize a minha intenção: *ajudar* a formação literária, isto é, culta da língua brasileira. Não quero que você pense que estou imaginando criar uma língua nova, como se diz que fizeram Dante e Camões, principalmente o primeiro. Ora isso é idiota porque Dante seria incapaz de escrever no italiano da *Comédia* se antes dele não tivesse a escola siciliana e toda a porção de trovadores que já escreviam em língua vulgar. Eles que permitiram a existência dum Dante pra língua italiana como os cronistas e cantadores permitiram o português de Camões. Naqueles tempos se fazia tudo intuitivamente, é natural. Mas hoje não se pode mais fazer porque existe a crítica, existe a questão filológica bem estudada e em uso, existe a época enfim.¹⁸

A referência a Dante e a Camões aparece recorrentemente no argumento de

Mário, quem em primeiro lugar afirma a necessidade de sistematização porque – como diz mais adiante em sua carta – não se trata de repetir “os erros do povo”, não se trata de copiar o falar popular, isso faria dele um “escritor sentimentalmente popular”, trata-se sim de transformar esse fundo popular em uma “língua culta e literária”. Em segundo lugar, Mário deslinda a sistematização da afetação: esta última é um efeito psicológico próprio de uma empresa que está nos seus primórdios e cuja realização requer um sacrifício: “A parte messiânica do meu esforço” – diz Mário na mesma carta – “o sacrificar minhas obras, escrevendo-as em língua que ainda não é língua, não é sacrifício de Jesus, é uma necessidade fatal de meu espírito e da minha maneira de amar, só isso”.

Para Mário, que foi um católico praticante, obviamente o sacrifício de suas obras não é o sacrifício de Jesus, contudo, em certo sentido, também é o sacrifício de Jesus. A mesma comparação, novamente negada, aparece nas primeiras correspondências com Carlos Drummond (mais ou menos pela mesma época), e esta pode ajudar-nos a explicitar mais claramente como a busca de uma língua literária própria se inscreve em uma definição de vocação intelectual orientada por uma “missão” que implica, em sua dimensão mais ampla, o sacrifício de si mesmo.

O intercâmbio epistolar entre Mário e Carlos se inicia com uma carta de Carlos, em que é anexado, com o interesse de suscitar a conversação e o debate, um

artigo seu sobre Anatole France. Muito sutilmente, Mário começa sua resposta contando-lhe suas ocupações, seu gozo com os pequenos acontecimentos da vida cotidiana por oposição aos “homens de gabinete”, para introduzir finalmente a crítica ao artigo de Carlos:

Você é uma sólida inteligência e já muito bem mobiliada... à francesa. Com toda a abundância de meu coração eu lhe digo que isso é uma pena. Eu sofro com isso. Carlos, devote-se ao Brasil, junto comigo. Apesar de todo o ceticismo, apesar de todo o pessimismo e apesar de todo o século 19, seja ingênuo, seja bobo, mas acredite que um sacrifício é lindo. O natural da mocidade é crer e muitos moços não crêem. (...) Nós temos que dar ao Brasil o que ele não tem e que por isso até agora não viveu, nós temos que dar uma alma ao Brasil e para isso todo sacrifício é grandioso, é sublime.¹⁹

A resposta de um Carlos Drummond muito jovem revela o mal-entendido, o discurso contra o qual se recorta esta prédica de Mário. Diz Carlos:

Reconheço alguns defeitos que aponta no meu espírito. Não sou ainda suficientemente brasileiro. Mas, às vezes, me pergunto se vale a pena sê-lo. Pessoalmente, acho lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados. Tenho uma estima bem medíocre pelo panorama brasileiro. Sou um mau cidadão, confesso. É que nasci em Minas, quando deveria nas-

cer (não veja cabonitismo nesta confissão, peço-lhe!) em Paris. O meio em que vivo me é estranho: “Eu sou um exilado, tu és um exilado, ele é um exilado”. Sabe de uma coisa? Acho o Brasil infecto. Perdoe o desafo, que a você, inteligência clara, não causará escândalo. O Brasil não tem atmosfera mental; não tem literatura; não tem arte; tem apenas uns políticos muito vagabundos e razoavelmente imbecis ou velhacos. (...) Sou acidentalmente brasileiro. Detesto o Brasil como um ambiente nocivo à expansão do meu espírito. Sou hereditariamente europeu, ou antes: francês. (...) Agora, como acho indecente continuar a ser francês no Brasil, tenho que renunciar à única tradição verdadeiramente respeitável para mim. Tenho que resignar-me a ser indígena entre os indígenas, sem ilusões. Enorme sacrifício; ainda que você reconhece! Aí o lado trágico do caso. É um sacrifício a fio, desaprovado pela razão (como todo sacrifício). Confesso-lhe que não encontro no cérebro nenhum raciocínio em apoio a minha atitude. Só o coração me absolve.²⁰

Nas cartas seguintes, Mário de Andrade se esforça em dissipar o mal-entendido. O sacrifício não consiste em “renunciar à única tradição verdadeiramente respeitável”, e sim em construir outra, o que supõe:

Por um lado, a *afirmação da crença*: “Deus existe. A mulher amada existe. A esperança existe. A Patriamada existe.

Suponhamos que não existam. Mas a felicidade não está na existência ou inexistência deles, está na afirmativa, na crença, está em nós”.²¹ Tópico reiterado por Mário no começo da correspondência com Drummond, a crença que gera a ação se opõe à figura do “literato puro”, identificado neste caso com Anatole France: “o mal que esse homem fez a você foi torná-lo cheio de literatices, cheio de inteligentices, abstrações em letra de forma, sabedoria de papel, filosofia escrita: nada prático, nada relativo ao mundo, à vida, à natureza, ao homem”. A abstração, o pessimismo diletante ou a busca por uma perfeição formal são traços que, para Mário, pertencem tanto à tradição francesa que Carlos admira, quanto ao passado século XIX. Nesse sentido, podemos considerar que Mário aborda um tema que teve uma ampla repercussão na América Latina dos anos vinte: para Mariátegui, uma das características centrais do mundo pós-bélico é o deslocamento do ceticismo infecundo em favor de uma “desesperada e às vezes imponente vontade de crer”, vontade esta que diferencia bolcheviques e fascistas da “velha burguesia” que desejava “viver doce e *parlamentariamente*”.²²

Por outro lado, não apenas a fé e a crença sustentam a posição de Mário, mas também um raciocínio que apela ao *relativismo e à descentralização da noção de civilização*:

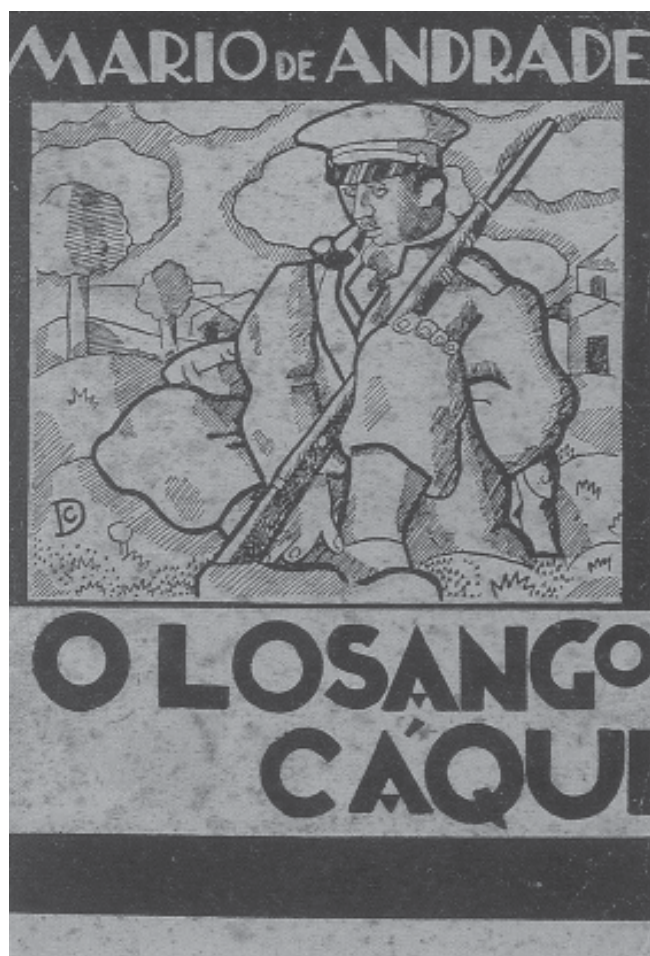
Dizer por exemplo que os egípcios da 18ª dinastia representam um degrau da civilização antiga que atingi-

ria o esplendor com o séc. V a. C. dos gregos é uma besteira que dá apoplexia na gente. São ambos apoieus de civilizações diversíssimas. Nós, imitando ou repetindo a civilização francesa ou alemã, somos uns primitivos, porque estamos ainda na fase do mimetismo. Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. (...) Então seremos universais porque nacionais. Como os egípcios, como os gregos, como os italianos da Renascença, como os alemães de 1750-1880, como os franceses do séc. 17, como os norte-americanos do séc. 20 etc.²³

Se Carlos não encontrava nenhum raciocínio em apoio a sua atitude, Mário remete aqui a um tópico também amplamente difundido na América Latina, em alguns casos vinculado a uma recepção particular de *A decadência do Ocidente*, de Spengler. Em princípio, a obra já exaltava o relativismo na pretensão de construir um quadro mundial que “não admitte uma posição privilegiada para a cultura clássica ou ocidental em comparação às culturas da Índia, Babilônia ou Egito” e ainda outras civilizações não europeias, onde não era raro que estas ultrapassassem o Ocidente em “grandeza espiritual e forma superior”. Contudo, um outro aspecto deve também ser destacado: se para este autor a civilização de modo geral representava uma fase de declínio de uma cultura, na medida em que suas formas se automatizavam e se separavam de sua força vital, este diag-

nóstico pessimista aparecia circunscrito ao âmbito europeu.²⁴ Na América Latina, era possível ler *A decadência do Ocidente* sem uma preocupação com o problema da “decadência”, transformando aquilo que tradicionalmente havia sido percebido como uma falta em virtude: de todo modo, o mundo agonizante era o outro, aquele que representava o modelo de “civilização”. A América era o continente da esperança: o lugar onde tanto o México, como o Peru, a Argentina ou o Brasil podiam apostar, nesse momento, no surgimento e criação de uma nova cultura.

Por último, Mário insiste em que a edificação dessa orientação brasileira implica uma “aventura”, “muito pensada e repensada”, de estilização culta da língua popular. Realizar essa empresa, que Mário descreve como uma verdadeira epopéia repleta de obstáculos, supõe deixar de lado a “ausência do interesse prático”, a qual considera uma das características mais sobressalentes do artista moderno. Contra esse modelo, Mário afirma: “Minha arte, se assim você quiser, tem uma função prática, é originada, inspirada dum interesse vital e pra



O losango cáqui, edição da Casa A. Tisi custeada pelo autor em 1926, com ilustração de Di Cavalcanti

ele se dirige”, interesse que – como esclarece mais adiante – “vem da consciência duma época e das necessidades sociais, nacionais, humanas dessa época”, interesse prático que o inclina a buscar “a forma cultural que pode adquirir a nacionalidade no desenvolvimento de si mesma” e que justifica todos os sacrifícios, “sacrifícios que o não são porque formam a realidade mais comovente, palpável e desejada por mim da minha vida”. E prossegue: “Eu não terei que pedir ao Pai que me afaste o cálice da boca porque me embebedo com ele deliciosamente. Aliás é repugnante esta comparação. Desculpe”.²⁵ Mais uma vez, a alusão, negada, ao sacrifício de Jesus na cruz. Talvez, seja necessário esclarecer que, para Mário, essa comparação aparece como repugnante porque, na perspectiva católica, nada é comparável ao sacrifício do Cristo na cruz. Poderíamos pensar que a recorrência à imagem sugere que, para Mário, seu sacrifício – aquele do intelectual – não é comparável àquele outro sacrifício, ainda que em certa medida é, sim, comparável, porque o intelectual é aquele que deve entregar-se a uma missão que

o transcende: aquela de encontrar nas figurações da identidade um sentido para a vida coletiva.

Como vemos, este percurso – necessariamente parcial – por alguns fragmentos da correspondência de 1924-1925 nos mostra o momento de elaboração de um projeto intelectual, em que o desafio de construir uma obra literária original passa pelo encontro com um conteúdo próprio, uma língua e uma tradição que expressem a particularidade de uma cultura nacional. Se podemos considerar que esse caminho, em linhas gerais, tenha sido compartilhado por outros jovens latino-americanos – em 1928, Borges também afirmava que a “argentinidade” deveria ser uma “vocação”²⁶ –, vale a pena destacar que para o caso de Mário sobressai a relevância das distintas relações de amizade na construção desses tópicos tão significativos do modernismo, porque pareceria que é precisamente nesse espaço das cartas onde – sobretudo nos anos de 1920 – Mário ensaia e delineia os contornos dessa figura do intelectual que se projeta de modo incisivo sobre o âmbito público.

N O T A S

1. Cf. Eduardo Jardim de Moraes, *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*, Rio de Janeiro, Graal, 1978. Ver também, do mesmo autor, *Modernismo revisitado, Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.
2. “Houve quem dissesse que copiamos Papini, Marinetti, Cocteau... Entre copiar e seguir a diferença é grande. (...) Ora *Klaxon* vai mais além. Não se educa só na escola dum Cocteau francês e dum Papini italiano, mas também lê a cartilha dum Uidobro espanhol, dum Blox russo, dum Avermaete belga, dum Sandburg americano, dum Leigh inglês. E

porque não Looz um austríaco, ou Becher um alemão? Dizer de *Klaxon* que copiamos um, quando seguimos a muitos é querer diminuir a grandeza dum vôo que persegue a rota indicada pelo 1922 universal. *Klaxon* não copia Papini nem Cocteau, mas representando às vezes tendências que se aparentam às desse grande italiano e desse interessante francês, prega o espírito da modernidade, que o Brasil desconhecia". Véase, Luzes & refracções, *Klaxon*, São Paulo, n. 3, jun. 1922, p. 14-15.

3. Mário de Andrade, Carta aberta a Alberto de Oliveira, *Estética*, Rio de Janeiro, ano II, v. 1, abr./jun. 1925, ed. fac-similar, Rio de Janeiro, Gernasa, 1974, p. 338-339.
4. Cf. Peter Bürger, *Teoria da vanguarda*, tradução de Ernesto Sampaio, Lisboa, Vega Universidade, 1993, p. 90 e ss.
5. Ver Russell A. Berman, *Modern culture and critical theory: arts, politics and the legacy of the Frankfurt School*, Madison, The University Wisconsin Press, 1988.
6. Cf. Russell A. Berman, op. cit, p. 120-121 e ss.
7. Cf. Marjorie Perloff, *O momento futurista: avant-garde, avant-guerre e a linguagem da ruptura*, São Paulo, Edusp, 1993, p. 82.
8. Cf. Eduardo Jardim de Moraes, *Mário de Andrade: a morte do poeta*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 10-11, 44 e ss. Ver também Eduardo Jardim de Moraes, *Limites do moderno: o pensamento estético de Mário de Andrade*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999.
9. Mario de Andrade, Carta aberta a Alberto de Oliveira, op. cit., p. 336.
10. Carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, 15 de novembro de 1923, in Marco Antônio de Moraes, *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, São Paulo, Edusp, 2000, p. 104.
11. Antônio Cândido, Mário de Andrade, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 12, n. 106, jan./fev. 1946, p. 69-73, in Telê Ancona Lopez (org.), *Catálogo da série correspondência de Mário de Andrade*, São Paulo, USP/IEB/Vitae, 1 CD-ROM.
12. Jeffrey Schnapp e João Cezar de Castro Rocha, Brazilian velocities: on Marinetti's 1926 trip to South America, *South Central Review*, The Journal of the South Central Modern Language Association, v. 13, n. 2-3, Summer/Fall 1996, p. 105-156.
13. Moquem-Entrada, *Revista de Antropofagia* (2), São Paulo, 24 abr. 1929, reedição 1ª e 2ª edições (1928-1929), São Paulo, Abril, 1975.
14. Os três sargentos, *Revista de Antropofagia* (2), op. cit.
15. Carlos Drummond de Andrade, Cartas na mesa, *Revista de Antropofagia* (2), São Paulo, 19 jun. 1929, op. cit.
16. Já na quinta carta, Manuel lhe diz: "vou falar com franqueza, já que você m'a pede, dos seus poemas tão belos e tão estranhos (se refere à publicação de *Paulicéia desvariada*). Quando os ouvi, lidos por você, senti-me arrastado pelo aluvião lírico do desvairismo. (...) À leitura, faltou-me sua voz, que me fazia aceitar encantatoriamente coisas que me exasperam neles". À continuação, segue uma extensa e detalhada lista das coisas que o exasperam (Carta de Manuel Bandeira a Mário de Andrade, 3 de outubro de 1922, in Marco Antonio de Moraes, *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, op. cit, p. 69). Quando Mário lhe responde que esses poemas formam parte de um momento todo especial de sua vida, que não quis fazer uma obra extravagante, mas que a excessiva musicalidade desses versos respondem a um momento particular de combate, Manuel lhe escreve: "Eu te considero uma figura dominadora em nossas letras; de uma inteligência e de uma cultura magistrais. Respeito-te. Por isso mesmo quis dizer o que me repugnava nos teus poemas, para ouvir o que me responderias", mas, prossegue, "A tua emoção me irrita. E pronto, sentimento contra sentimento. Não há nada a fazer" (Carta de Manuel Bandeira a Mário de Andrade, 3 de outubro de 1922, in Marco Antonio de Moraes, op. cit., p. 74). No entanto, Mário valoriza esta atitude franca, aberta à crítica e discussão, a tal ponto que em várias ocasiões lhe pede com insistência sua opinião com respeito aos livros que está por publicar. Nesse sentido, por exemplo, na carta de 15 de novembro de 1923, Mário escreve a Manuel: "Aqui vai o livro para que o leias (se refere a *Losango caqui*). Sei que é um tormento dar uma opinião sincera a um amigo. Mas exijo de ti esse tormento. Eu preciso da tua opinião, meu querido Manuel. Com toda sinceridade: não me obrigo a segui-la. Podes dizer uma coisa e eu fazer outra. *Mas necessito absolutamente de tua opinião sincera e áspera, desimpedida*" (Carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, 25 de novembro de 1923, in Marco Antonio de

Moraes, op. cit., p. 106, grifo do autor). E um mês depois, escreve: “Quero só mais uma vez agradecer-te a assistência sincera que dás a minhas obras. Recebi tuas duas cartas sobre o *Losango caqui*. Quase todas as tuas observações foram aceitas imediatamente” (Carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, dezembro de 1923, in Marco Antonio de Moraes, op. cit., p. 111).

17. Carta de Manuel Bandeira a Mário de Andrade, 19 de janeiro 1925, in Marco Antonio de Moraes, op. cit., p. 180.
18. Carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, 25 de janeiro 1925, in Marco Antonio de Moraes, op. cit., p. 181-189.
19. Carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, 10 de novembro de 1924, in Carlos Drummond de Andrade, *Carlos & Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*, Rio de Janeiro, Bem-Te-Vi, 2000, p. 50-51.
20. Carta de Carlos Drummond de Andrade a Mário de Andrade, 22 de novembro de 1924, in Carlos Drummond de Andrade, *Carlos & Mário*, op. cit., p. 57-59.
21. Carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, 1924 (sem data), in Carlos Drummond de Andrade, *Carlos & Mário*, op. cit., p. 66-72.
22. Cf. José Carlos Mariátegui, La emoción de nuestro tiempo, *Sagitario*, La Plata, ano I, n. 2, jul./ago. 1925, p. 178-192.
23. Carlos Drummond de Andrade, *Carlos & Mário*, op. cit., p. 71.
24. Cf. Arthur Herman, *A idéia da decadência na história ocidental*, tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares, Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 249-254.
25. Carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, 18 de fevereiro de 1925, Carlos Drummond de Andrade, *Carlos & Mário*, op. cit., p. 98-105.
26. “Melhor o fizeram os nossos maiores. O tom da sua escrita foi o da sua voz, sua boca não foi a contradição da sua mão [...]. O fato, está claro, é sintomático. Ser argentinos nos dias guerreados de nossa origem não foi certamente uma felicidade: foi uma miséria. Foi uma necessidade de fazer pátria, foi um belo risco, que por ser risco, comportava um orgulho. Agora é a ocupação preguiçosa de ser argentino. Ninguém sonha que tenhamos algo para fazer. Passar despercebidos, fazermos perdoar essa *guarangada* do tango, descrever de todos os fervores ao francês e não se entusiasmar, é opinião de muitos. Fazer o *mazorquero* ou o *quichua*, é carnaval de outros. Mas a argentinidade deveria ser muito mais que uma supressão ou um espetáculo. Deveria ser uma vocação.” Jorge Luis Borges, El idioma de los argentinos, in *El idioma de los argentinos*, Buenos Aires, Seix Barral, 1994, p. 135-150, 1. ed.: 1928.

Ana Lúcia Lana Nemi

Mestre em História Social pela USP.

Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp.

Pós-Doutorado na Cátedra Jaime Cortesão/FFLCH/USP.

Almir de Andrade e o Traço Português na Colonização e Constituição do Brasil

A nação e o Ocidente

Este texto apresenta as primeiras formulações de Almir de Andrade sobre a singularidade da cultura nacional gestada pela colonização portuguesa. Editor da revista *Cultura Política* entre 1941 e 1945, pode ser considerado um rotinizador das teses freyrianas que ancoravam a ação cultural do Estado Novo.

Palavras-chave: nação, cultura, história.



This paper presents the first ideas of Almir de Andrade about the peculiar portuguese colonization in Brazil. Editor of *Cultura Política* between 1941 and 1945, Almir can be considered a publicizer of Freyre's ideas that was very important to the Getúlio Vargas' government.

Keywords: nation, culture, history.

Carioca, Almir de Andrade (1911-1991) estudou ciências jurídicas e sociais, advogou ao longo dos anos de 1930 ao mesmo tempo em que se dedicava a estudos de filosofia e psicologia e participava como crítico atuando em revistas literárias. *Aspectos da cultura brasileira*¹ foi o primeiro texto no

qual apresentou mais sistematicamente sua visão sobre a formação do Brasil e as possibilidades de constituição de um Estado marcadamente brasileiro. Foi como crítico literário da *Revista do Brasil* que fez a análise dos cinco primeiros volumes da *Nova política do Brasil*, lançados por Getúlio Vargas. Ganhou a

confiança do Estado Novo e recebeu os dois convites posteriores que definiram sua atuação política: “a proposta do DIP”,² em 1940, “para escrever um livro sobre a evolução histórica do Brasil”³ e o “convite realizado em inícios de 1941 para a direção do que deveria ser a mais importante publicação do Estado Novo”, a revista *Cultura Política*.⁴ O autor tornou-se, assim, talvez o principal rotinizador e doutrinador das teses que ancoravam a ação cultural do Estado Novo.

Almir de Andrade terminou de escrever *Aspectos da cultura brasileira* em 1938, portanto é livro anterior ao chamado de Getúlio e é dele que me ocupo aqui na intenção de sugerir a ambiência intelectual da idéia da singularidade da ação colonizadora portuguesa no Ultramar. O marco e argumento para a leitura do Brasil que apresenta no texto foi a Revolução de 1930, quando, segundo o autor, “a cultura brasileira despertou para uma vida nova”.⁵ Analisando aspectos da vida, da sociologia, da literatura e da cultura científica brasileira, Almir de Andrade advogou a especificidade da colonização e da constituição do Brasil. O colonizador português teria sido responsável pela criação de “formas típicas e originais de cultura no solo do Novo Mundo”.⁶ A Revolução de 1930 seria o momento de percepção e divulgação da singularidade de nossa formação nacional.

Neste livro, o autor busca essa singularidade na produção cultural brasileira analisando autores como Aleijadinho, Graciliano Ramos e Gilberto Freyre, en-

tre outros. A Revolução de 1930 é tratada como marco para a definição da originalidade brasileira porque teria permitido a emergência do debate acerca dos elementos político-culturais de formação nacional presentes na obra dos autores por ele estudados. Nessa linha de abordagem dos conteúdos relativos à questão nacional no Brasil, Almir de Andrade torna institucional um debate que surgiu no seio da produção cultural e política do país. Era fundamental, em sua visão, apontar os conteúdos da “alma coletiva” do Brasil que vivia um momento de hesitação e criatividade, dividida entre usar modelos prontos importados da experiência ocidental ou criar modelos próprios, fiéis à experiência construída a partir da colonização portuguesa. Tal momento, o autor define como época de crise de maturidade. Sem definir os agentes sociais ou políticos que constituiriam essa alma coletiva brasileira, Almir limita-se a apontar os caminhos dessa alma que hesita diante da “solução vinda do exterior”, mas que acaba por negá-la: “nós colocamos a sinceridade acima de tudo. Amamos o que é natural, espontâneo, desinteressadamente humano. Queremos construir o nosso destino pelas nossas próprias mãos, amoldá-lo às exigências mais íntimas de nós mesmos”.⁷

Nesse momento de crise de maturidade, o autor constata um aspecto novo no estudo da realidade social brasileira. Tal aspecto teria sido colocado por Gilberto Freyre ao escrever sobre o Brasil utilizando-se do método histórico-cultural e buscando a verdade “não em face da ci-

ência pura, mas em face da vida mesma".⁸ Gilberto Freyre teria trazido para o primeiro plano da sua argumentação os fatores sociais que constituiriam a cultura brasileira, em detrimento dos fatores biológicos normalmente utilizados para definir caracteres étnicos, tão em moda nos debates políticos sobre qual a República que deveríamos construir no Brasil.

Almir de Andrade dialoga com Gobineau, Darwin e Mendel para demonstrar o que denomina tendências racistas que predominaram entre os etnólogos puros do Brasil antes da entrada dos textos de

Gilberto Freyre no debate. Até então, a raça era considerada como principal fator indicativo do nível de evolução e cultura de um povo. O autor invoca o geógrafo Ratzel por ter feito a crítica ao racismo, mesmo não concordando com a tese de que o meio possa ser alavancado à condição de primeiro argumento no debate sobre a constituição e evolução de um povo: "na raça existem possibilidades – mas possibilidades que são modificáveis pelo meio e pela cultura: porque os caracteres adquiridos por influência do meio e dos hábitos de vida se herdam e se fixam nas gerações subsequentes".⁹

AN PH/FOT/ 07692/035



Aleijadinho, um dos artistas estudados por Almir de Andrade em busca da singularidade da produção cultural brasileira

O método histórico-cultural seria uma consequência deste debate sobre como definir uma raça, porque equilibraria seus dois pólos encarando a raça por meio de uma série de fatores considerados sem hierarquias de validade. Dessa forma, hereditariedade, condições geográficas, sociais e econômicas, características morais, produção cultural, valores espirituais e características individuais foram elementos trazidos para o debate, especialmente por Gilberto Freyre, inaugurando um método de pesquisa antropológica até então não usado nos estudos brasileiros. Um método que permitiria advogar a singularidade da alma brasileira porque trazia como argumento

central a história cultural. Na releitura do método de Gilberto Freyre feita por Almir de Andrade, uma definição de cultura era fundamental e o autor se esforça neste sentido:

Toda cultura é expressão de vida. Traduz simultaneamente necessidades humanas de ordem essencial, inerentes ao homem enquanto ser, e necessidades atuais de determinadas sociedades, oriundas de certas formas concretas de adaptação humana no espaço e tempo. (...) reflete o homem, portador de necessidades específicas.¹⁰

A definição de cultura sugerida pelo autor equilibra-se entre a existência de se-

AN PH/FOT/ 6599.012



Discussões em torno de raça e cultura marcaram o debate no Brasil no início do século XX

melhanças fundamentais entre as muitas culturas e as diferenças, não menos fundamentais, dadas pela circunstância¹¹ histórica de cada povo. Os conteúdos dessa circunstância seriam exatamente aquelas características geográficas, econômicas e sociais, assim como os valores espirituais e morais de que falamos anteriormente. Segundo Almir de Andrade, existiria um “humanismo fundamental” em todos os produtos culturais espontâneos dos diversos povos que “emprestaria à espécie humana o sentido de sua unidade e o reconhecimento da sua identidade substancial”.¹² Da mesma forma que esse “humanismo fundamental” ou essa “identidade substancial” criaria necessidades comuns a todos os homens, independentemente do seu lugar no mundo, aquela circunstância diferencial criaria necessidades circunstanciais que precisavam ser apontadas e enfrentadas naquele momento crucial de crise de identidade nacional que o autor observa nos anos de 1930.

Assim, segundo a argumentação de Almir, há vínculos de identidade que unem todos os homens, por exemplo, o fato de que todos somos modelados pelo meio. Mas há, também, diferenças fundamentais que separam os homens no tempo e no espaço. É neste lugar das diferenças que se produziram os preconceitos: na convivência entre povos diferentes o específico foi convertido em norma universal e usado como argumento contra o diferente.

Almir de Andrade formulou um conceito de cultura que procura enaltecer sua faceta espontânea, equilibrando identi-

dade entre os homens e diferenças culturais, elementos universais e fatores circunstanciais. É com base nessa definição que o autor passa a analisar os processos de colonização perpetrados no chamado Novo Mundo. Sua abordagem desses processos é basicamente negativa: a colonização seria um ato que anularia a espontaneidade que deve caracterizar toda produção cultural. Nas suas palavras:

Colonizar, entre os povos antigos, era vencer pelas armas, apropriar-se das terras e das riquezas, subjugar os vencidos pelas leis mais cruéis e mais duras.

O entusiasmo renovador do Renascimento humanizou os meios de colonização, que se ampliaram desmesuradamente com os grandes descobrimentos dos séculos XV e XVI. Humanização, entretanto, muito relativa. Humanização quase que de simples aparência. Porque, se o recurso à força das armas e à escravização dos vencidos perdia o caráter guerreiro e cruel dos primeiros tempos, continuou de pé o recurso à força das couraças civilizadas para a transplantação da cultura dos conquistadores para meios diversos. E restava um processo de escravização muito mais terrível que o da escravidão exterior pelas armas: era a escravidão das almas e das consciências, o esmagamento das manifestações mais espontâneas e profundas dos homens e dos povos conquistados, pela pres-



são tirânica das instituições e das leis dos colonizadores.

Toda cultura é um produto espontâneo, onde figuram sempre os dois elementos (...): elementos humanos específicos, e elementos atuais, próprios das condições particulares de adaptação a determinado meio e a determinado tempo.¹³

Nessa linha de abordagem dos fenômenos culturais, é a naturalidade com que os dois elementos citados pelo autor se expressam que definiria o grau de civilidade de um povo ou uma cultura. A civilização é definida pelo grau de espontaneidade na produção e manifestação cultural, jamais pelos resultados tecnológicos observados em edificações e conquistas materiais ou pelas proposições político-ideológicas de análise e organização da sociedade. A razão, enquanto elemento universal de constituição do homem, torna-se elemento constitutivo da diferença, pois seu maior conteúdo não é a universalidade, mas a circunstância. Para Almir, cada povo, assim como cada indivíduo, tem e constrói o seu próprio caminho para atingir o que ele denomina de “plenitude evolutiva”: “procurar esse caminho é a única solução verdadeira dos grandes problemas vitais”.¹⁴ A única possibilidade de encontrar e

viabilizar uma proposta de organização política e social de acordo com a realidade brasileira seria, dessa forma, olhar para o interior de nossa singularidade.

Os processos de colonização são criticados pelo autor na medida em que, neles, a busca de caminhos culturais para problemas vitais foi imposta por meio de violência e subordinação, com a imposição de uma “imitação” dita necessária pelo colonizador. O colonizador europeu não teria sabido reconhecer elementos humanos na cultura dos povos colonizados, criando no Novo Mundo uma “cultura de infiltração pela violência, onde o elemento subordinador absorve e anula o elemento criador”.¹⁵ Quando a violência do povo opressor, ou colonizador, atinge níveis que não permitem qualquer reação dos povos oprimidos, ou colonizados, cria-se uma situação em que os últimos não conseguem assimilar as novas instituições e nem conservar as suas antigas instituições, o que caracteriza, segundo Almir, um processo de colonização fraco, incapaz de criar formas culturais reveladoras das possibilidades humanas dos povos envolvidos no processo, sejam colonizados ou colonizadores. É como se ambos, opressores e oprimidos, caminhassem sem direção, posto que não se reconhecem como formadores de um mesmo espaço social e cultural: é a não-identidade total.



Com esses argumentos, Almir de Andrade procurou desqualificar a tese de que o sucesso da empreitada colonial desenvolvida a partir dos séculos XV e XVI deveria ser medido pela sua capacidade de europeizar a área conquistada. Para ele, a capacidade de europeizar revelaria exatamente o contrário, pois demonstraria a inferioridade do colonizador que não soube compreender a natureza das novas culturas que descobria; que negava a capacidade de criação dos povos descobertos; esmagando sua condição de criação ao lhes impor modos de vida estranhos e impedir-lhes de viver segundo suas próprias criações culturais.

Nem devemos dar tão grande valor, como se costuma, ao estudo comparativo dos resultados dessa colonização, relativamente ao grau de civilização dos povos europeus. O que deve importar-nos, antes de tudo, é o seu sentido criador, sua capacidade de adaptação às condições naturais do meio para onde se transplantou, sua capacidade de fusão e de identificação com as culturas indígenas, sua compreensão humana, sua maior ou menor habilidade em colonizar sem sufocar a espontaneidade e a naturalidade das expansões coletivas daqueles povos que a ela se subordinaram.¹⁶

Usando como critério a capacidade de fusão com os povos conquistados e seguindo o raciocínio de Gilberto Freyre, Almir de Andrade reforça o argumento freyriano acerca da originalidade da colonização portuguesa: a criação portuguesa no Novo Mundo não foi racional e essa foi a sua melhor e principal característica. A criação portuguesa no Novo Mundo “reflete essa ansiedade dos caminhos perdidos, essa procura eterna de um ponto de apoio, de uma diretriz e de um ideal que não se encontra nunca”,¹⁷ são criações inacabadas, que refletem a excitação diante dos muitos caminhos possíveis e, ao mesmo tempo, lamenta a inexistência de “todos os caminhos”. O texto de Almir de Andrade ecoa como um relato em que a excitação e a lamentação produzem uma eterna saudade de si, de um “eu” jamais encontrado e jamais reconhecido porque, em meio à nossa aventura no Ocidente, estaríamos mais próximos da África e do Oriente do que da Europa e do Ocidente. Este o legado português percebido por Gilberto Freyre: a transplantação de um “caráter vago, indeciso e contemporizador”, mas acima de tudo capaz de se fundir e criar formas novas de cultura em que se misturaram elementos do Oriente e do Ocidente.

Vemos então que esse povo, que no ambiente europeu não encontrou



condições favoráveis para expandir-se, revela-se bruscamente um verdadeiro criador de forma típicas e originais de cultura no solo do Novo Mundo, em contato com as selvas bravias, com os territórios imensos e incultos, com o sangue ardente dos indígenas e dos negros.¹⁸

Essa abordagem da singularidade brasileira, construída a partir do colonizador português, leva-nos a indagar, no caminho sugerido por Lúcia Lippi,¹⁹ sobre qual Ocidente teria se configurado na península ibérica e no Novo Mundo, ou ainda, sobre qual Ibéria teria se configurado no Novo Mundo. É legítimo pensar numa configuração do Ocidente na península ibérica e, por meio desta, no Novo Mundo, e é preciso fazê-lo para que possamos pensar, também, sobre qual Ibéria transplanta-se para o Novo Mundo: teria a Ibéria realmente trazido o Ocidente? Seria ela, naquele momento de conquistas e descobertas que caracterizam os séculos XV e XVI, uma legítima representante do mundo ocidental que gestava o capitalismo e produziria as revoluções burguesas séculos depois? A nação mercantilista que para cá buscou transpor seu ocidente, se dela pudermos falar como Ocidente, mercantilizou e ocidentalizou ou releu suas próprias configurações quando fun-

dou seu grande braço de ultramar? A obra de Almir de Andrade permite abordar tais questões pela ótica da singularidade do colonizador português e de suas criações no Novo Mundo: a Ibéria de Almir de Andrade para cá se transplantou e aqui se fundiu com as populações autóctones e os outros povos que para cá vieram posteriormente. Uma Ibéria que, segundo Almir de Andrade, para cá veio singular e aqui ampliou sua singularidade ao demonstrar a capacidade de colonizar sem violentar a cultura dos povos conquistados e fundindo-se com ela.

A leitura de Almir de Andrade aguça a questão central deste texto: somos Ocidente? Almir de Andrade, utilizando-se das teses de Gilberto Freyre, esforça-se por demonstrar a singularidade da criação portuguesa no Novo Mundo apontando suas raízes orientais, mas é inegável que a expansão portuguesa que para cá trouxe o processo colonizador é resultado de uma expansão mercantil ligada aos valores capitalistas que se gestavam no âmbito do Ocidente europeu. E, assim, ainda ficamos com a nossa indagação: somos parte do Ocidente? Ou seríamos apêndice? Ou não podemos ser Ocidente? Ou estamos condenados a ser parte do Ocidente compondo sua periferia?

Para Almir de Andrade não havia contradição, ambigüidade ou impossibilidade: a singularidade da formação do Brasil, ancorada no entroncamento entre o Ocidente e o Oriente, representado por Portugal e nas presenças indígena e africana, autorizava uma solução política diferenciada e tornava desnecessárias as questões antes citadas.

O visconde Medardo, personagem criado por Ítalo Calvino e cuja sorte partiu ao

meio numa Cruzada,²⁰ ajuda-nos a compreender as tintas que colorem este debate. Destacamos duas falas, a primeira da metade ruim do visconde, dirigindo-se ao seu sobrinho acerca dos polvos que cortara ao meio, e a segunda da metade boa do visconde, dirigindo-se à sua amada Pamela.

– Que se pudesse partir ao meio toda coisa inteira – disse meu tio, de braços no rochedo, acariciando aque-



AN PH/ROT/ 14950.003

Almir de Andrade, um pensador profundamente influenciado pelas idéias de Gilberto Freyre

las metades convulsivas de polvo –, que todos pudessem sair de sua obtusa inteireza. Estava inteiro e para mim as coisas eram naturais e confusas, estúpidas como o ar: acreditava ver tudo e só havia a casca. Se você virar a metade de você mesmo, e lhe desejo isso, jovem, há de entender coisas além da inteligência comum dos cérebros inteiros. Terá perdido a metade de você e do mundo, mas a metade que resta será mil vezes mais profunda e preciosa. E você há de querer que tudo seja partido ao meio e talhado segundo sua imagem, pois a beleza, sapiência e justiça existem só no que é composto de pedaços.²¹

– Ó Pamela, isso é o bom de ser partido ao meio: entender de cada pessoa e coisa no mundo a tristeza que cada um e cada uma sente pela própria incompletude. Eu era inteiro e não entendia, e me movia surdo e incomunicável entre as dores e feridas disseminadas por todos os lados, lá onde, inteiro, alguém ousa acreditar menos. Não só eu, Pamela, sou um ser dividido e desarraigado, mas você também, e todos. Mas, agora, tenho uma fraternidade que antes, inteiro, não conhecia: aquela com todas as mutilações e as faltas do mundo. Se vier comigo Pamela, vai aprender a sofrer com os males de cada um e tratar dos seus tratando dos deles.²²

Seria a nossa condição de modernidade, colocada pela configuração da experiên-

cia ocidental no Novo Mundo, a incompletude manifesta? Ou seria a obtusa inteireza a nossa condição para compor parte do Ocidente? Se nele estamos, é porque ele não é um inteiro coerente, se dele nos abstraímos, falta-nos uma parte porque não é possível viver sem considerar as liberdades públicas e civis. Será preciso ver-se como metade para entender a obtusa inteireza e poder partilhar dos males do mundo, que afinal seriam nossos também, e tratar de si tratando dos outros?

Para Almir de Andrade a condição de inteireza parece ser a singularidade, cujo conteúdo principal é a percepção da divisão constante. E isso talvez explique o seu trabalho de cooptação dos intelectuais de oposição na revista *Cultura Política*: sua abordagem culturalista acerca da constituição do Brasil levou-o a desconsiderar as práticas políticas liberais e ocidentais que considerava consagradas pelas revoluções burguesas e colocou-o no campo político dos intelectuais ideólogos do pensamento autoritário no Brasil, mas não o impediu de atuar junto aos intelectuais de oposição no âmbito da revista, e nem de advogar o que denominava “democracia social”. Ambigüidade, em nosso entender, de quem deseja a singularidade e encontra nela a divisão constante. Um outro doutrinador do Estado Novo, Azevedo Amaral, compreendeu e expressou o dilema do Brasil e o papel dos intelectuais autoritários naqueles anos de 1930: “Os problemas brasileiros são os problemas mundiais, o que não implica em dizer-se

que as peculiaridades do nosso ambiente não retratem os aspectos nacionais daquelas questões, ao ponto de dar-lhes por vezes uma fisionomia inteiramente diferente".²³

Assim, se era fundamental a busca e o estudo da singularidade, era impossível desvinculá-la das questões mundiais; se parecia fácil propor um Brasil além da lógica liberal e ocidental, parecia tarefa difícil esquecer a presença do mundo ocidental na história das lutas pela Independência, marcadas pela defesa

das liberdades individual e nacional e pela escravidão que se modernizava de acordo com os interesses das elites latifundiárias e do capitalismo mundial. Nos debates sobre a constituição da República, marcados pelo positivismo, de novo o fantasma da presença ocidental no ultramar ibérico: que nação teria saído das entranhas do mundo ibérico? Para Almir e seu grande inspirador, Gilberto Freyre, não havia dúvidas: o hibridismo singular deste lugar Brasil justificava a exceção política... Getúlio compreendeu a tese...

N O T A S

1. Utilizo a primeira edição, de 1939 (Rio de Janeiro, Schmidt). Optei por manter a grafia do autor nas citações.
2. Depoimento de Almir de Andrade (documento de história oral), Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1985, p. 11-12.
3. O livro seria editado, em 1940, pela José Olympio Editora, com o título *Força, cultura e liberdade*. Nele o autor procura articular o conceito de modernização com suas teses sobre renovação cultural e democracia social, de maneira a demonstrar o significado do Estado Novo na construção da nacionalidade brasileira.
4. Angela de Castro Gomes, *História, historiadores*, Rio de Janeiro, FGV, 1996, p. 127.
5. Almir de Andrade, *Aspectos da cultura brasileira*, Rio de Janeiro, Schmidt, 1939, p. 7.
6. Ibidem, p. 70.
7. Ibidem, p. 25.
8. Ibidem, p. 36.

9. Ibidem, p. 50-51.
10. Ibidem, p. 54.
11. O conceito de circunstância foi sugerido por Ortega y Gasset pela primeira vez em 1914, no texto *Meditaciones del Quijote* (Ortega y Gasset, OC, I, 1987, p. 309-400). A formulação tem centralidade no pensamento orteguiano, porque permite sugerir a nacionalidade possível com base na cultura partilhada pelas sucessivas gerações que ativam a roda da história, no seu entender. Esta tradição, que propõe pensar o nacional com base em fundamentos culturais, cujas pistas encontram-se na história e que advoga a continuidade como imperativo na construção dos fundamentos do Estado nacional, é um importante conteúdo dos debates sobre a regeneração e a vertebração da nação em países cuja construção do Estado nacional de base capitalista, moderna e ocidental, é atrasada em relação aos países capitalistas centrais. Ver Ana Lúcia Lana Nemi, *Espanha e Brasil: o Ocidente possível no pensamento de José Ortega y Gasset e Almir de Andrade*, tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 2003.
12. Almir de Andrade, *Aspectos da cultura brasileira*, op. cit., p. 55.
13. Ibidem, p. 58-59.
14. Ibidem, p. 61.
15. Ibidem, p. 64.
16. Ibidem, p. 69.
17. Ibidem, p. 71-72.
18. Ibidem, p. 73-74.
19. Lúcia Lippi de Oliveira, *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*, Belo Horizonte, ed. UFMG, 2000, p. 69.
20. Ítalo Calvino, *O visconde partido ao meio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
21. Ibidem, p. 51-52.
22. Ibidem, p. 73.
23. Azevedo Amaral citado por Boris Fausto, *O pensamento nacionalista autoritário*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001, p. 72.

Antônio Cláudio Rabello

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia.

Sônia Ribeiro de Souza

Professora do Departamento de História da UNIPEC/RO.

O “Despovo” Amazônico e os Projetos de Nação

O presente artigo busca analisar a representação da Amazônia na construção de um projeto nacional dominante. Para isso, utilizamos os conceitos da Escola Superior de Guerra e de setores ligados à produção mineral brasileira, que construíram uma significação de Amazônia enquanto uma região com uma função estratégica e com uma população inadequada para os fins propostos.

Palavras-chave: nação, Amazônia, desenvolvimento.



In this paper we intent to analyze the Amazon representation in a dominant national project construction. Thus we used the concepts of the War Superior School and sectors of the Brazilian mineral production, so they make an Amazon mining while a region with a strategical function and with an inadequate population for the proposal described in this research.

Keywords: nation, Amazon, development.

A ilustração européia marcou a consagração política e filosófica da República como expressão máxima de organização sociopolítica. O ideário republicano pretendeu impor uma conotação eminentemente política e coletiva ao que antes era concebido como “espaço público”, por meio da participa-

ção política do povo no Estado. Esta participação deveria forjar – e, de fato, em certos contextos o fez – a construção da identidade da nação, tanto quanto elaborar os sentidos e símbolos associados ao seu coletivo. Ou seja, na relação Estado-povo, novas instituições características da República surgiram. É na busca pela com-

preensão desta nova relação política, instaurada a partir de uma concepção republicana, que Hobsbawm,¹ com base em uma análise lingüística da nação, destaca elementos que possibilitem a compreensão de como se dá a relação entre povo e Estado numa República.

Hobsbawm observou que nos EUA recém-independentes o termo nação era comumente substituído, nos discursos presidenciais, por expressões como “povo”, “união”, “confederação”, “nossa terra comum”, “público”, “bem-estar público” ou “comunidade” – artifício que visava contornar a luta dos estados federados por maior força centralizadora. Tal discurso repetiu-se nas nações que se constituíram como Repúblicas.

Formalmente, a República consagrou-se como sistema baseado na representatividade política capaz de construir um espaço público, que foi, no entanto, rapidamente subsumido pelo Estado. No âmbito da prática política republicana, a luta pela construção do espaço comum foi freqüentemente substituída pelo projeto de formar um “espírito público” que, realizando a ambição ideológica de qualquer poder, participasse deste magma que fez existir a sociedade como tal, fornecendo-lhe sua identidade.

É a partir da construção desse conjunto de significações imaginárias como elementos identitários e unificadores para a nação, que lançamos um olhar especial sobre a República brasileira, tentando buscar a unidade que se desejou formar. Questão já superada pelos estudos políticos da história brasileira, nossa

República foi proclamada por uma elite econômica agroexportadora carente de símbolos e projetos para a constituição da nação brasileira. Os modelos utilizados foram espectros de modelos europeus falsamente adaptados a uma falsa realidade brasileira. Entretanto, o poder político e econômico esteve concentrado nas mãos dessa elite por mais de trinta anos.

O FRACASSO DA FORMAÇÃO DO SENTIDO DA BRASILIDADE

O Estado aparece como a realização do interesse geral [...], mas na realidade ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade.”²

Partindo deste princípio, Marilena Chauí entende o surgimento das novas relações de pertencimento no mundo ocidental balizadas pelo sistema capitalista. Assim, a organização dos povos em torno do Estado-nação teria como base de sustentação a lógica introduzida pelo capitalismo e, como significação central e estruturante, o capital. A unidade conferida à nação e a força do sentimento nacionalista do povo lutando pela autonomia do seu Estado foram, sem dúvida, elementos indispensáveis para a construção da economia capitalista, mas as relações de causa e efeito entre nacionalismo e capitalismo mostram-se insuficientes para explicar a permanência da nação no momento contemporâneo, quando a lógica do mundo globalizado impõe sua destrui-

ção, de forma que a elucidação dos sentidos modernos do nacionalismo não pode dispensar um reexame das bases culturais e simbólicas em que igualmente se estabelecem.

Chauí observa que a oposição entre o “nacionalismo” e o “popular” é constante nos discursos republicanos. Na formulação da autora, esses adjetivos indicam maneiras diferentes de representar a sociedade sob o signo da unidade nacional. Nação e povo são suportes de imagens unificadoras, tanto no plano do discurso político e ideológico, quanto no plano das experiências e práticas sociais. No entanto, ela comenta, apesar da tendência à uniformização sugerida pelas operações de redução da sociedade a cada um destes termos, a idéia de unidade, por si só, em nada obriga ou sequer implica acessoriamente uma tendência a uma ausência de diversidade. Todavia, visto ser possível falar em “sentimento nacional” e em “consciência nacional” como fundadores de uma “identidade nacional”, tanto quanto é possível falar em “soberania popular” materializada em instituições políticas visíveis e na materialidade do “espírito do povo”, é preciso ainda admitir a complementaridade do conceito do povo, a interioridade do popular comportando a exterioridade fixada pela realidade da nação. Essa complementaridade é, no entanto, freqüentemente negada, através da oposição entre os dois termos que justifica as exclusões operadas no seio da sociedade. Em boa dialética, Chauí sugere que, em outros momentos, a uni-

ficação dessas instâncias determinadas ou particulares se faz por meio de um terceiro termo, transcendente e dotado de universalidade: o Estado nacional, fundado na soberania popular.

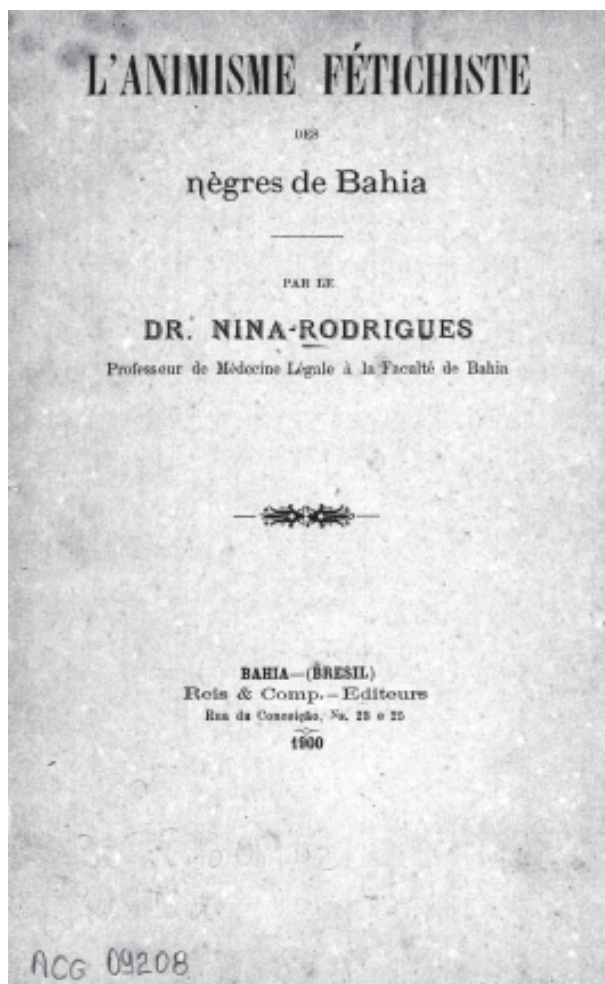
Assim, é o Estado que define finalmente o nacional-popular. Para Chauí, não é casual que no Brasil as idéias de “consolidação nacional”, “construção”, “preservação”, “proteção”, “desenvolvimento”, “modernização”, “integração” e “consolidação nacional” tenham se constituído em políticas do Estado e para o Estado. As diferentes elaborações do nacionalismo e das formas de incorporar o popular ao nacional foram e são partes indispensáveis deste processo de constituição da modernidade e regra de ouro da história política brasileira.

Quando opostos, os termos distinguem na nação o que é “popular” do que é “sociedade”. Nesse caso, o nacional corresponde univocamente à nação enquanto unidade. Quanto ao popular, corresponderiam experiências múltiplas e distintas, frutos da divisão social, que não se apresentam mais como um único conjunto. Quando o popular deixa de indicar o aspecto jurídico da cidadania e da soberania para indicar as classes sociais, torna-se impossível reconciliá-lo imediatamente com o nacional. Porém, justamente por essa razão, não só o Estado nacional procura dissimular essa divisão, mas ainda se esforça para absorver o popular no nacional. Eis a razão de o Estado brasileiro constantemente recorrer a campanhas nacionalistas, invertendo o sentido da união.

Assim, considerando as raízes do Estado-nação tanto quanto a centralidade da significação do nacionalismo pelo sistema capitalista – segundo Castoriadis,³ carente da produção de significados sociais capazes de criar um imaginário social forte o bastante para forjar a adesão social – e considerando, ainda, a análise de Chauí, para quem a restrição da função originária do Estado se dá a partir dos interesses hegemônicos de uma classe social, por vezes destituindo inclusive o povo de sua participação na com-

posição da nação, podemos compreender como foram relevantes, para a formação da unidade nacional, os discursos dos intelectuais da Primeira República.

Em termos mais gerais, o papel dos intelectuais da Primeira República foi tentar unificar a nação em torno do lema “Consolidar a nação”. Autores como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e outros pretendiam compreender e conferir uma efetividade à identidade social brasileira. Seus trabalhos



**Compreender e concretizar a identidade social brasileira:
preocupação central entre os intelectuais da Primeira República**

retrataram de maneira fiel o tipo de nação que uma dada elite queria consolidar e cujos objetivos limitavam-se à exigência de adequar os indivíduos à sua concepção própria de civilização/progresso, formando trabalhadores para a futura sociedade.

Nessa guerra pelo monopólio de sentido, a identidade nacional se construiu, entre outras coisas, como oscilação entre a radical negação das diferenças regionais – elementos compósitos que só faziam perturbar a igualdade necessária à unidade – e sua aceitação – que definia uma organicidade estabelecida com base em uma rígida hierarquização das características regionais.

Os discursos sobre a formação da nação estampam claramente, no início do período republicano, para o pensamento educacional da época: “a uniformização de idéias e costumes é que precisamos alcançar”.⁴ A negação da legitimidade da cultura regional e a exclusão das diversidades culturais tiveram por fundamento constante a urgência de construção de uma identidade nacional homogênea e irredutível, incapaz de ser pluralizada. Isso porque, segundo Mota,⁵ nesse período só se considerava como cultura o que era produzido pelas manifestações intelectuais e artísticas da elite. Essa cultura deveria ser válida para a toda nação. No entanto, vale ressaltar que a produção cultural de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues era, basicamente, pautada nos padrões europeus, que impunham uma valoração hierarquizada das sociedades, em que superiores eram

aquelas sociedades capazes de desenvolver projetos civilizatórios e de crescente progresso.

É claro que, nesse contexto, o regionalismo só aparece como um problema a ser resolvido pela negação ou pelo controle. Em seu projeto de construção da unidade nacional, o Estado republicano brasileiro preocupou-se em homogeneizar as diferenças culturais, identificadas como “características regionais”, a partir de um padrão cultural ideal reconhecidamente calcado nos padrões europeus.

O ideário civilizatório da Primeira República difundiu-se, entretanto, ao resistir em aceitar as diferenças regionais presentes e espalhadas pelo imenso território brasileiro. A elite que naquele momento ocupava o poder político e econômico não conseguiu encontrar alternativas para o controle ou cooptação da grande região amazônica. Esta se tornou o espelho do que não se queria ter: o indomável e o atraso. Apenas duas instituições criadas por essa Primeira República conseguiram penetrar nesse “não-Brasil”: o Exército nacional e a homogeneidade funcional da escola pública, com seu currículo comum básico nacional e sua arquitetura tipicamente litorânea.

AS CONSTRUÇÕES DO “NÃO-BRASIL” AMAZÔNICO: A NEGAÇÃO DO DIFERENTE

Ao longo do período Vargas, as disputas em torno de projetos nacionais e a construção da significação da nacionalidade ganharam novos atores. Apesar dos matizes distintos entre projetos nacionais diversos, que

buscavam constituir-se enquanto pensamento hegemônico, a incorporação da região amazônica continuou balizada pela sua significação de “não-Brasil”. Um exemplo dessa construção pode ser percebido na consolidação dos setores ligados à atividade mineral.

Durante o período Vargas, duas argumentações se fizeram constantes nos artigos e discursos dos interessados na consolidação do setor mineral brasileiro: as potencialidades minerais do Brasil e a necessidade de uma indústria mineral forte para dar suporte ao processo de industrialização que se consolidava. Analisando o papel do aspecto nacionalista do período, Mendonça pondera sobre a manifestação dos interesses de classe frente aos problemas nacionais.

O nacionalismo, assim emergente, passou a integrar os discursos governamentais e a justificar suas próprias realizações, sendo encampado como um projeto do Estado cujo papel seria o de mobilizar cada vez mais amplos setores sociais no sentido de engajá-los na tarefa de solucionar os problemas da sociedade como um todo. Por outro lado, em contrapartida, também se legitimava a identidade que alguns grupos estabeleciam entre a solução de seus problemas (leia-se interesses de classe) e a dos problemas nacionais.⁶

A autora ainda ressalta a participação dos setores médios, dos militares e da burguesia industrial neste debate sobre os “problemas nacionais”, traduzidos na si-

AN ON/FOT/ 235(4)



Escola Pública na Amazônia, 1908

derurgia, exploração do petróleo e segurança nacional. O projeto nacional revelava a importância da política mineral para as indústrias de base que se instalavam no país. Estabelecia-se uma imbricação inabalável entre discurso nacionalista e o industrialista, pois não havia como levar a cabo um projeto de modernização nacional sem industrialização. De forma semelhante, a extração de petróleo transformava-se em um problema de soberania nacional.

A insuficiência da produção mineral brasileira e o desconhecimento acerca dos reais potenciais amazônicos contribuíram para a construção de um discurso dos setores minerais congregador de um projeto nacional que estabelecia que o desenvolvimento se daria pelo viés da industrialização. Esta, por seu lado, careceria de investimentos na extração mineral, na construção de um complexo metalúrgico e siderúrgico e na extração de petróleo. E, finalmente, a necessidade de conhecer e explorar a região amazônica.

A Amazônia, enquanto fonte de recursos econômicos, estava cada vez mais na ordem do dia. Olívero Leonardos, um dos editores da *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, afirmava que a possibilidade de existência de petróleo seria a grande chance de se ocupar a Hiléia. Segundo ele, a Amazônia poderia vir a representar para o Brasil o mesmo que o Oceano Pacífico representou para os Estados Unidos. No entanto, qualquer desenvolvimento da Amazônia só poderia se dar de forma artificial e forçada, segundo o editor.

Traduzindo, não havia como se esperar um desenvolvimento autóctone na região, e a única via capaz de formalizar a ocupação da Hiléia seria uma atuação eficaz do Estado, através de políticas que assegurassem os transportes e a comunicação com a região, considerados os principais obstáculos para a inserção da Amazônia de forma eficiente no projeto nacional que se propunha.

A identificação da Amazônia enquanto um “não-Brasil” ou enquanto uma região não identificada com o projeto nacional em curso pode ser percebida no início das prospecções de petróleo no Brasil.

Na primeira aparição da região nos textos sobre minérios, publicados pela *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, verifica-se uma dupla preocupação: a apreensão quanto à existência de petróleo em nosso subsolo e o “problema” da Amazônia.

Em 1936, uma expedição foi enviada ao Acre para verificar a existência de petróleo na região, cujo subsolo tem formação bastante assemelhada ao da Bolívia, onde o mineral havia sido descoberto recentemente. Durante a pesquisa na região e nos relatos posteriores, ficaram demonstradas duas percepções: a dificuldade de comunicação com as demais regiões – isto é, com a nação – e as características do homem amazônico. O relatório feito por Pedro de Moura, chefe da comissão para pesquisa de petróleo no território do Acre, do Departamento Nacional da Produção Mineral, salientava:

Também devemos levar em conta a resistência e força de vontade dos

técnicos durante mais de quatro meses seguidos depois de chegados ao Acre, longe de qualquer povoado ou cidade, isolados numa terra desabitada e desconhecida. Realizamos um tenaz esforço fazendo viagens contínuas umas em seguida às outras, praticamente sem descanso, lutando contra as intempéries, contra a mata virgem que limita o horizonte a poucos metros e lutando contra a má vontade do trabalhador local, desabitado a qualquer esforço prolongado.⁷

É significativa a composição de seu texto, unindo as características da região às do homem amazônico. Pedro de Moura ainda afirmou: “a psicologia do trabalhador regional cujo caráter é uma mescla

de nômade imprevidente e indisciplinado à feição da natureza ambiente, é um fator de surpresas para um trabalho racional e contínuo”.⁸

Bastante próxima às descrições de Colombo em relação aos habitantes da América recém-descoberta, o engenheiro Pedro de Moura demonstrava ter uma visão cristalizada sobre a região e o processo de produção e integração desta a um projeto nacional. Ficava claro, entretanto, que o popular que habitava a região era diferente do povo que se desejava para o projeto nacional defendido por esse grupo. De forma semelhante, podemos perceber a mesma concepção nas falas referentes à segurança nacional.

AN 02/FOT/498.6



O Exército brasileiro na Amazônia, 1917

A Amazônia representava, do ponto de vista militar, o alvo de ações do Estado para a segurança nacional, dadas as extensas fronteiras, o povoamento “insuficiente” e ineficaz para uma eventual defesa da soberania nacional. O aparelho de Estado responsável por produzir estudos que visassem à segurança nacional era a Escola Superior de Guerra (ESG). Observamos nos materiais referentes aos cursos ministrados pela ESG que muitos dos conceitos eram *pregados* de forma monocórdia, monocromática e monolítica. A idéia de nação, por exemplo, variava literariamente, porém, invariavelmente, tinha a mesma significação. De forma idêntica, a utilização do termo desenvolvimento, sendo entendido, ou subentendido, como *desenvolvimento industrial*. A construção do significado de nação, apesar de não ser exteriorizado como objetivo central da ESG, era subentendido como algo “óbvio”, surgindo de forma recorrente e “espontânea” nos cursos. A nação era tratada como algo *natural* e não um projeto político a ser construído ou em processo de construção.

Obedecendo ao método e à estratégia da ESG, o primeiro conceito apresentado durante os cursos, e que deveria nortear o planejamento da segurança nacional, era o de “poder nacional”, feito sistematicamente da seguinte forma: “poder nacional é a expressão integrada de toda ordem de que dispõe a nação, acionado pela vontade nacional para conquistar e manter interna e externamente os objetivos nacionais”.⁹ Como essa definição é sempre a primeira a ser expressa, sur-

gem de imediato algumas dúvidas. Em virtude de não compreendermos exatamente o que é entendido por nação, como, em contrapartida, entender o que são o poder, a vontade e os objetivos *nacionais*? Ou seja, através dessa definição de poder nacional, por um ato quase mágico de qualificação e desqualificação, os objetivos nacionais eram assim determinados: o progresso, o desenvolvimento, a ordem e a vontade e, ainda, quem tem o poder – e a “razão” – de enunciá-los e garanti-los. Não se explicitava qual o tipo de progresso e de desenvolvimento que se desejava, como se o sentido fosse evidentemente unívoco. Mesmo assim, estabelecia-se que:

Objetivos nacionais são realidades ou aspirações, relacionadas com a integração física, política, econômica ou social de uma nação, e que, consubstanciados no espírito da elite, se transmitem à sensibilidade do povo-massa como hábitos ou necessidades unânimes ou generalizadas da coletividade nacional.¹⁰

A nação tornava-se, desse modo, uma grande massa amorfa a ser modelada pelo espírito dessa “elite” específica, cujos interesses se baseavam na necessidade de integração e na transmissão de hábitos e necessidades.

Se nas entrelinhas dos conceitos anteriores verificamos algumas atribuições em relação à nação, busquemos agora definições explícitas para o conceito de nação deste poderoso grupo, cuja *autoridade* permitia enunciar, observando o conceito de poder simbólico.

A primeira é de Juarez Távora, que em 1954 dizia o seguinte: “nação é uma comunidade humana tendo a mesma origem, as mesmas tradições, os mesmos costumes, as mesmas aspirações”.¹¹

Se fizermos uma simples comparação entre as afirmações anteriores e esta, notaremos que o fundamental desta é o último item: *as mesmas aspirações*. Enquanto os primeiros elementos – origem, tradição e costumes – estão ancorados no passado, a última característica serve para justificar uma dada prática política futura. E mais. Se as aspirações nacionais devem estar *consubstanciadas* no *espírito* da elite, resta-nos a conclusão de que a nação, com base no pensamento da intelectualidade esguiana, apesar de querer parecer natural, é algo a ser construído. Indo mais além, define que a base dessa construção deve ser fundada no pensamento das elites civis e militares, e que estas, por seu turno, deverão *formar a massa amorfa*.

A outra definição, obtida de uma conferência do general Ernesto de Araújo, pronunciada em 1955, caminha em sentido idêntico, porém com algumas outras sutilezas.

Quanto à nação, foi correlacionada com o conceito de nacionalidade, identificando com os laços de união moral e espiritual, que se estabeleceu entre os membros de um grupamento humano, ligando-os, no passado, pelo apego às mesmas tradições, glórias, alegrias e sofrimentos, que os faz se sentirem bem no presente e lhes dá para o futuro,

idênticas aspirações, plasmando-se nesse grupamento, uma consciência nacional.¹²

Um primeiro aspecto que se deve salientar é a busca das raízes de uma nacionalidade ou de uma consciência nacional na história e na tradição. No entanto, o passado, a história, as tradições e as glórias, que nos são expostas como elementos para formação de uma comunidade ou grupamento humano, podem ser encaradas de formas variadas, ou mesmo divergentes. Apesar disso, essa idéia de nação implica igualdade, isto é, homogeneidade de aspirações.

É necessário se mirar no passado, ou até mesmo ‘criá-lo’, para determinar a existência desta *comunidade política imaginada*.¹³ Em um estudo sobre a questão nacional, Ernest Gellner afirma que foi o nacionalismo que criou a nação e não o contrário. Se utilizarmos essa concepção, teremos um passado comum que congrega sob a nação a totalidade de seus elementos: brancos e negros; ricos e pobres; militares e civis; elites e *massa amorfa*.¹⁴ A necessidade imperiosa estabelecida pela ESG de formular e implementar, dentro da sua conceituação de nação, as *aspirações comuns* pode ser justificada pela sua própria existência enquanto centro de altos estudos criado no contexto da Guerra Fria. Ou seja, se os civis e militares, que comungavam das formulações esguianas, consideravam-se os verdadeiros nacionalistas, suas aspirações para o Brasil também o eram. Nesse sentido, qualquer proposta diferente seria não-

nacional (ou herética), pois romperia com a “tradição”, com a “história brasileira” e as aspirações formuladas pelos “verdadeiros” nacionalistas situados nessas elites civis e militares brasileiras, em processo de consorciamento.

A terceira contém os mesmos elementos observados nas anteriores. Convém lembrar que esta última cabe a Hermes Lima, um civil responsável por diversos cursos nas ESG. Ele centralizou a questão da nação no passado e no desejo – futuro – de viver unida: “sua base humana é a nação que se pode conceituar como uma estrutura histórico-cultural forjada ao sabor de recordações, sacrifícios, lutas, vicissitudes, que lhe deram coesão e lhe inspiram o desejo de viver unida”.¹⁵

As discussões na ESG acerca da nação e do nacionalismo são questões que estão sempre presentes em seus cursos, o que demonstra uma visão, até mesmo uma preocupação, muito clara de homogeneidade, união, obediência, ordem e desenvolvimento. Este nacionalismo, lido em relação à região amazônica, seria, na verdade, um ato de violência simbólica muito contumaz, pois ao querer produzir uma política de segurança que integrasse a região amazônica, acabava por *inventar* uma Amazônia para uma nação.

Uma das produções fundamentais da geopolítica brasileira foi a obra de Golbery do Couto e Silva. Em seus primeiros textos sobre o assunto, datados de 1952, ele analisa o fenômeno da guerra recorrendo à história. Para ele, a guer-

ra constitui-se em um fenômeno comum de entrechoque de Estados. Estes, por seu turno, são unidades nacionais governadas por uma elite dirigente que representa os interesses da nação.¹⁶ Dessa forma, as ações da elite dirigente para a segurança nacional seriam a representação do próprio interesse da nação. Com esse fim, ele determina os passos necessários a serem adotados pela nação, por meio de sua elite dirigente.

A ausência de densidade populacional dos espaços fronteiros do Brasil, encarada como um fator de eminente perigo à segurança nacional, conduziu Golbery a traçar estratégias para a ocupação dessas regiões. Observe-se que, ao demarcar a fronteira externa, ele também constrói as fronteiras internas. No caso da Amazônia, em especial em seus limites norte e oeste, desqualificava-se a região por sua “natureza selvagem”, impeditiva para a cristalização de uma linha divisória. A identidade negativa reforçava-se através da imagem da *incapacidade criadora do homem amazônico*, transformado-o, assim, em um fator de “desunião” (uma *ilha*). Ou seja, um perigo à soberania nacional. Através desse procedimento, instaurava-se a nação e o seu *outro*. Caberia ao Estado, enquanto agente qualificado, na figura de suas Forças Armadas, transformar ou socorrer essa *identidade* negativa e fraca, por outra, forte e capaz de salvaguardar a soberania.

A Amazônia mereceu substancial destaque em seus planos, dados os obstáculos interpostos para atingir os objetivos

civilizatórios, traduzidos na *natureza virgem*, que devem agora se submeter aos ditames do *planalto central*, em especial através da *comunicação*.

Só a Hiléia propriamente escapa ao papel vinculador do planalto, resistindo-lhe à ação coesiva e aglutinadora, não apenas pela direção excêntrica da calha amazônica, mas sobretudo pela descontinuidade que dissocia os afluentes orientais da margem sul do grande rio, e pela mata tropical pujante que resiste sempre às comunicações ao longo dos divisores rebaixados e mal definidos.¹⁷

Se nesse momento a característica natural da floresta é tratada como impedimento, veremos que o homem amazônico não

se adequa ao processo civilizatório em curso. Numa definição sobre a necessidade de ação na Amazônia, Golbery descreve a região:

(...) e a oeste o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva.¹⁸

Na produção de um projeto de segurança, que é anteriormente um projeto nacional, ele elabora os três passos para uma efetiva ação, enfatizando que é necessário: "3º - Inundar de civilização a

AN ON/FOT/ 023(7)



Construção da ferrovia Madeira-Mamoré: tentativa de "integrar" a Amazônia

Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão Leste-Oeste seguindo o eixo do grande rio”.¹⁹

Esse tamponamento, proposto em 1952, partia do pressuposto de que havia naquela região um *despovo*. Uma ausência de povo, ou mais precisamente, a ausência de um determinado padrão de povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Surpreende notar que as propostas de *integração* da região pelos grupos aqui tratados não se obstaculizam, mas se complementam. Comungando posturas semelhantes, as formulações relativas à segurança nacional e à questão mineral engrossam as fileiras daqueles que defendiam a incorporação da região.

A região, agora, é área a ser ocupada para a defesa do território e da economia nacional. A *fronteira* se torna *nação*.

Não bastaria, simplesmente, ocupar a região de acordo com as necessidades geradas pelo *núcleo central*. A região,

que ainda hoje tem uma baixa densidade populacional, deveria ser ocupada *civilizadamente*. Se a região foi descrita, tratada e produzida sem considerar a população local, é porque no local existia algo considerado um *despovo*, uma espécie de *antibrasilidade*.

O processo migratório a partir dos anos de 1970 foi fruto dessas concepções. A região foi consolidada não como uma área *integrada*, mas, sim, incorporada a um projeto *nacional* hegemônico que determinou seu papel.

A ironia da história reservaria para a Amazônia, porém, um novo momento de *reprodução* da região e readequação no projeto nacional. A produção da *região* tinha na *selva* o obstáculo para a civilização, e sua superação dependia o projeto desenvolvimentista ardorosamente defendido. Durante os anos de 1980 e 1990, um novo elemento foi introduzido no projeto nacional: o elemento ecológico. A Amazônia passou a ter outro papel na nação: o lugar da preservação. Ou, como disse um seringueiro entrevistado em Rondônia: “Mata virgem, terra prostituta”.²⁰

N O T A S

1. Cf. Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
2. Marilena Chauí, *O que é ideologia*, São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1984, p. 69.
3. Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
4. Eunice Caldas, *O melhor meio de divulgar o ensino primário no país*, São Paulo, Est. Graph. Cyro Massetti & Cia., 1923, p. 29. A autora era diretora de uma escola municipal

no Rio de Janeiro, na década de 1920, e seu relatório pertence ao acervo do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

5. Carlos Guilherme Mota, *Cultura brasileira ou cultura republicana? Estudos Avançados*, São Paulo, Edusp, v. 4, nº 8, jan./abr. 1990.
6. Sônia Regina Mendonça, *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 36.
7. *Revista Mineração e Metalurgia*, ano I, v. 1, nº 5, 1936, p. 136.
8. Pedro de Moura, Estudos geológicos para pesquisa de petróleo no vale do Juruá – território do Acre, *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, v. 1, nº 4, 1936, p. 226.
9. Antônio Arruda, *A Escola Superior de Guerra*, São Paulo, GRD; Brasília, INL, 1983, p. 19.
10. Conferência do general Juarez Távora, 1959, in Antônio Arruda, op. cit., p. 75.
11. Conferência do general Juarez Távora, 1954, in Antônio Arruda, op. cit., p. 143.
12. Conferência do general Ernesto de Araújo, 1955, in Antônio Arruda, op. cit., p. 144.
13. Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989, p. 14.
14. Comparando esta definição com as reflexões de Ernest Gellner a respeito da questão nacional, notamos uma análise sua que pode nos ser útil para refletirmos sobre a idéia de nação formulada pela ESG: “Em suma, o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado – uma contingência já formalmente excluída pelo princípio da sua formulação geral – não separem os detentores do poder do resto da população”. Ernest Gellner, *Nações e nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 12.
15. Conferência de Hermes Lima, 1959, in Antônio Arruda, op. cit., p. 146.
16. Nesse sentido, sua avaliação se integra coerentemente ao tratamento acerca da questão nacional traçado pela intelectualidade esguiana.
17. Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, p. 39. Note-se aqui que, para o autor, comunicar não se traduz da forma corrente (tornar comum, participar, estabelecer ligação, etc). Para ele, o ato de *comunicar* se traduz enquanto submissão, obediência, assegurar continuidade e, por fim, acabar com as resistências.
18. Ibidem, p. 43.
19. Ibidem, p. 74.
20. Januário Amaral, *Terra virgem, terra prostituta*, Dissertação de mestrado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

Francisco Carlos Palomanes Martinho

Professor adjunto de História Moderna e Contemporânea na Uerj.

Doutor em História Social pela UFRJ e mestre em História Contemporânea pela UFF. Pesquisador do CNPq.

Trabalho e Identidade Nacional no Brasil

O artigo procura analisar a formação de uma cultura trabalhista no Brasil a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, quando começaram a ser adotadas políticas públicas para o mundo do trabalho. O comportamento dos trabalhadores diante da legislação trabalhista foi, essencialmente, de apoio e adesão. Apesar de constantes alterações no sistema político, consideramos que a chamada Era Vargas se manteve até o final dos anos 1980, quando Collor (1989), FHC (1994 e 1998) e Lula (2002) puseram em cheque o legado de Vargas.

Palavras-chave: Vargas, trabalhismo, trabalho, movimento operário, classe operária.



The article seeks to analyze the formation of Brazil's labour movement culture, harking back to the political ascension of Getúlio Vargas, which marked the inception of labour-oriental policies. Workers' attitudes toward working legislation were essentially supportive and cohesive. Despite repeated switches in the country's political system, it is possible to argue that the Vargas Age lasted until the late 1980s, when presidents Collor (1989), FHC (1994 and 1998) and Lula (2002) stalled the Vargas legacy.

Keywords: Vargas, laborism, work, labour movement, working class.

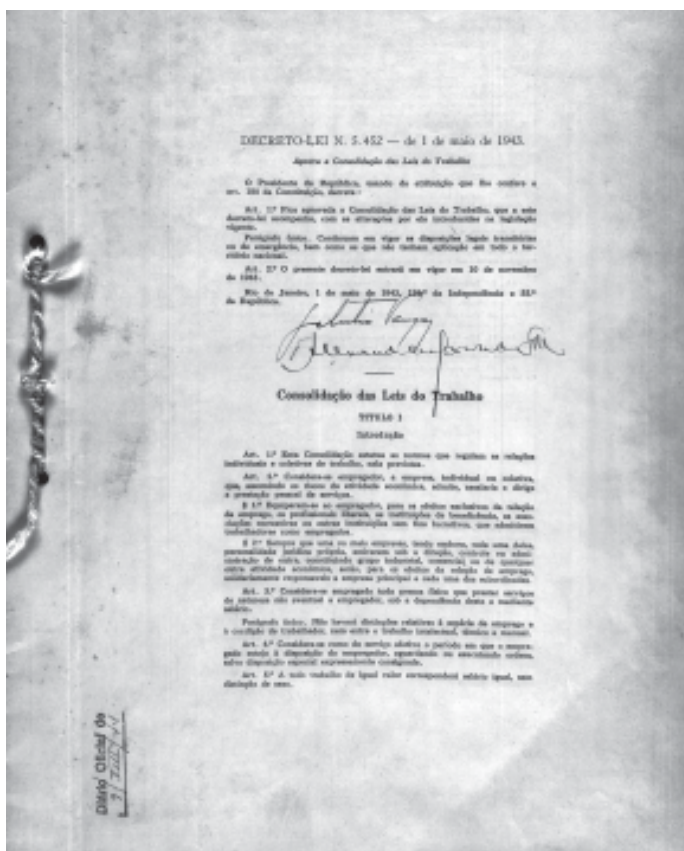
Em 1980, quando apresentou seu pedido de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o Partido dos Trabalhadores (PT) tinha como uma de suas principais metas superar o legado trabalhista e construir uma nova era para a classe trabalhadora brasileira. Ainda como

líder sindical, Luís Inácio da Silva afirmava que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, era o AI-5 dos trabalhadores.¹ Mais de uma década depois, eleito presidente da República, o então ex-senador Fernando Henrique Cardoso anunciou que

a meta de seu governo era extinguir a era Vargas, responsável pelo atraso brasileiro.² Faces opostas de uma mesma moeda, PT e PSDB reivindicaram a tarefa de transformar em terra arrasada um modelo que, construído a partir dos anos 1930, manteve-se, quase sem interrupções, até pelo menos meados dos anos 1970. Se a arquitetura do modelo foi original, principalmente quando de seus primeiros passos, esta originalidade torna-se ainda maior quando percebemos a dificuldade enfrentada para sua constituição, em decorrência da realidade do país na época.

A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, ocorreu passadas

apenas quatro décadas do fim da escravidão. A Primeira República, fruto de articulações que incluíam velhos e tradicionais escravocratas, recusou-se a apresentar um modelo capaz de incluir em um universo mínimo de cidadania os expressivos contingentes de ex-escravos e trabalhadores livres.³ Era uma República sem republicanos. Não por acaso, as diversas leis reguladoras do mundo do trabalho durante os primeiros anos de República foram elaboradas fundamentalmente para a repressão e o controle.⁴ Ao mesmo tempo, as ações da classe operária, quando mobilizada em manifestações de rua e greves, eram vistas como a expres-



Consolidação das Leis do Trabalho, criada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo

são de ideologias estrangeiras e exógenas, que nada tinham a ver com as tradições brasileiras. Era necessário, portanto, que fossem banidas.⁵ O êxito da implementação de uma política voltada para o mundo do trabalho, sobretudo para a incorporação dos trabalhadores sob uma perspectiva reguladora, implicou, necessariamente, em um novo tipo de identidade nacional.

Sendo assim, procuraremos discutir as relações entre trabalho e identidade nacional a partir de três momentos distintos que, a nosso ver, intercambiam-se: os anos 1930 e os primeiros desenhos institucionais em torno da questão do trabalho; o período do intervalo democrático de 1945-1964; e, por fim, a conjuntura que se estende do regime militar ao fim da transição democrática, período em que, a nosso juízo, as marcas da permanência foram maiores que as da ruptura.

ESTADO, SINDICATO E TRABALHADORES NOS ANOS DE 1930

Entre o início da década de 1930 e meados da década de 1940, a maioria das leis referentes ao mundo do trabalho foi elaborada e posta em prática no Brasil. Criado em novembro de 1930 e chamado pelo presidente Vargas de “Ministério da Revolução”, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi a mais importante medida adotada pelo governo da Revolução logo após a derrubada de Washington Luís. No ano seguinte, através do decreto nº 19.770, estipulou-se que os sin-

dicatos, para funcionarem, deveriam ser reconhecidos pelo poder público. É importante destacarmos também o decreto-lei nº 20.291, de agosto de 1931, que impedia que cada empresa tivesse mais de um terço de empregados estrangeiros.⁶ De um lado, impõe-se ao Estado a tarefa de acompanhar o funcionamento dos organismos representativos dos trabalhadores. Mais que isso: de outorgar sua legitimidade. De outro, se fortalece um ideário nacionalista restringindo a presença de estrangeiros.

Os dois decretos citados, inauguradores de um novo tipo de relacionamento entre o Estado e o mundo do trabalho, merecem cuidadosa reflexão. Para parcela expressiva dos estudiosos, eles representaram um momento de intervenção no sentido do controle sobre os trabalhadores, encerrando, assim, uma fase gloriosa, ou pelo menos heróica, característica do sindicalismo independente da Primeira República. Enquanto o primeiro decreto transformava os sindicatos em agências do Estado, o segundo quebrava a influência estrangeira predominante sobre as classes trabalhadoras. O caráter de coerção da nova lei é assim evidenciado pela grande maioria dos estudiosos. Para estes, “os sindicatos passavam a órgãos de colaboração com o Estado e qualquer manifestação política ou ideológica ficava proibida”.⁷ Sem pretendermos desconsiderar as intenções controladoras daqueles que construíram a Segunda República no Brasil, acreditamos que outros olhares podem contribuir no sentido de oferecer uma visão mais

ampla a respeito da legislação inaugurada a partir dos decretos acima citados.

Em primeiro lugar, a idéia de que a Primeira República foi um tempo de domínio de um sindicalismo aguerrido e manifestamente ideológico já foi criticada por muitos historiadores.⁸ Ela serviu, com relativa eficiência, para desqualificar o comportamento das classes trabalhadoras no pós-1930. Enquanto na primeira fase estaríamos diante de um operariado consciente, oriundo de uma Europa com larga trajetória de lutas trabalhistas, a fase ini-

ciada com Vargas seria a da *ausência*, com um operariado recém-chegado do campo e alheio à tradição sindical europeia.⁹ Assim, a grande diferença entre o pré e o pós-1930 é que, na primeira fase, não havia um Estado disponível para atuar junto às classes trabalhadoras, enquanto na segunda, uma das razões da existência do Estado era exatamente a relação de proximidade e de relacionamento com grupos sociais até então excluídos da participação pública. Conforme pretendemos mostrar nesta breve exposição, o operariado urbano soube bem como aprovei-



AN PH/OT/ 18089.414

Manifestação de trabalhadores fabris durante a Segunda Guerra

tar as possibilidades surgidas com a mudança de rota a que o país assistiu a partir de 1930.

Em segundo lugar, as análises que vêem no processo de migração do trabalhador do campo para a cidade o fator *responsável* pelo declínio de uma classe operária mais combativa e questionadora peca, ao mesmo tempo, pela superestimação da classe operária em um dado momento histórico e pela subestimação. Por um lado, parte da premissa de que os trabalhadores na Primeira República, em sua maioria estrangeiros, estiveram sempre sob a hegemonia de correntes combativas e de cunho revolucionário, em particular o anarquismo e o comunismo. Alguns autores, como Cláudio Batalha e Boris Fausto, apontam para a existência de outras correntes ideológicas e políticas presentes no movimento operário que não eram necessariamente revolucionárias ou contestadoras da ordem vigente. Pelo contrário, defendiam uma relação de maior proximidade tanto com os poderes públicos quanto com o patronato.¹⁰ Por outro lado, parece ser também um equívoco apontar o trabalhador originário do campo como sendo necessariamente *passivo* e facilmente *manipulável*. Esta interpretação não leva em conta as múltiplas razões que podem levar um indivíduo a migrar para a cidade, uma atitude que pode ela mesma significar um comportamento de rebeldia. Além do mais, o *campo* não é um todo homogêneo, a ponto de se poder conferir imediatamente uma classificação a quem nele reside. O campesinato brasileiro sempre foi diverso e

multifacetado. Portanto, as experiências vividas pelo homem do campo também sempre o foram.¹¹

Feitas estas observações, cabe refletirmos acerca de algumas das mais importantes legislações sociais criadas durante o primeiro governo Vargas, para além das duas primeiras já citadas, e sobre elas tecermos alguns comentários à luz do comportamento dos trabalhadores brasileiros.

Ancorado na perspectiva da construção de sindicatos vinculados ao Estado e colaboradores deste, o governo Vargas sofreu uma derrota na Constituição de 1934. Ainda que com limites bastante estreitos, foi aprovada a pluralidade sindical, desde que cada sindicato agrupasse ao menos um terço de uma determinada categoria de trabalhadores. Ao mesmo tempo, a Constituição limitou a intervenção nos sindicatos a um prazo máximo de seis meses. De certa forma, o controle estatal se mantinha, na medida em que permanecia a “investidura sindical”, ou seja, a prerrogativa do Estado de reconhecimento do sindicato.¹² Os resultados da nova Constituição, entretanto, logo iriam desagradar ao regime, em particular ao novo ministro do Trabalho, também empossado em 1934, Agamenon Magalhães.¹³ Entre 1934 e 1937, período em que o país assistiu à promulgação da nova carta constitucional, à aprovação da Lei de Segurança Nacional, à derrota do levante comunista e ao golpe do Estado Novo, um número expressivo de sindicatos sofreram intervenção.¹⁴ Tratava-se, para o governo Vargas, de garan-

tir um tipo de sindicalismo fiel e ancorado nos pressupostos corporativistas elaborados a partir do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Do ponto de vista dos resultados, podemos dizer que as atitudes de coerção adotadas foram eficientes no sentido de banir as correntes ideológicas ávidas por um sindicalismo independente.¹⁵

Entretanto, se o combate às ideologias que se pretendiam autônomas em relação ao Estado foi eficiente, não nos parece correto conceber que os porta-vozes dessas ideologias representavam a classe trabalhadora como um todo. Esta, conforme veremos, sabia se fazer representar, muitas vezes adotando formas diretas de interlocução com o poder público. Em 1934, por exemplo, o presidente do Sindicato dos Agricultores, Trabalhadores e Artistas do Rio Grande do Sul enviou um telegrama ao presidente Vargas protestando contra a violência policial sobre o operariado. Ao mesmo tempo, clamava pelas leis elaboradas e pelo espírito de justiça do presidente.¹⁶ Da mesma forma como protestavam, utilizavam-se dos argumentos governamentais para fazerem valer seus interesses. A “identificação entre Estado e nação eliminava a necessidade de intermediários entre povo e governante”.¹⁷

Em nossa perspectiva, as políticas sociais e trabalhistas elaboradas e postas em prática durante o Estado Novo (1937-1945) devem ser vistas como uma continuidade dos anos anteriores. Entretanto, foi neste mesmo período que o projeto nacionalista e reformista

de Estado foi aprofundado. Isto pode ser evidenciado em três grandes momentos: na lei do salário mínimo, de 1940, na criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, e na outorga da CLT, em 1943.

No dia 10 de maio de 1940, no estádio de São Januário, o presidente Vargas anunciou a lei do salário mínimo, criada através do decreto-lei nº 2.162. Se, para alguns autores, ela representou não mais que um momento de acumulação capitalista via modernização conservadora,¹⁸ para outros, significou a ampliação da cidadania regulada dos trabalhadores urbanos inserida em um projeto de constituição da identidade nacional.¹⁹

A ação social do regime era acompanhada por uma política industrial que visava levar o país ao desenvolvimento econômico, de modo que o tema da modernização ganhou importância capital ao longo de todos aqueles anos.²⁰ Tratava-se de uma modernização inclusiva, na medida em que se preocupava, mesmo que sob uma perspectiva autoritária, com a incorporação das classes trabalhadoras a um universo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada”.²¹ É dentro desta perspectiva que devemos entender a construção da CSN. Criada em 1941, com apoio financeiro norte-americano em troca da adesão brasileira aos aliados na guerra, ela representou um marco na história do capitalismo brasileiro. Quando se decidiu pela construção da usina em Santo Antônio da Volta Redonda, no Vale do Paraíba, a comunidade local contava com cerca de 2.800

habitantes. Dez anos depois, a então Cidade do Aço era habitada por aproximadamente 39 mil pessoas. Para os trabalhadores da CSN, ainda mais importante que o crescimento demográfico da região foi o nascimento de uma *família siderúrgica*, que serviu de exemplo ao país sobre a benevolência e a visão que tinha o *pai dos trabalhadores*.²²

Por fim, a CLT, criada no dia 1º de maio de 1943, através do decreto-lei nº 5.452, representou o ajuntamento das leis sobre a questão trabalhista aprovadas pelo governo Vargas desde 1930. Sobre ela, o sindicalista João Dirceu Mota, fundador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Quaraí, RS, disse: “Esta é a minha Bíblia”.²³

Certo olhar optou por ver a idéia da *família* e do *pai*, assim como o apego aparentemente religioso à legislação trabalhista, como resultado de uma *conspiração* das elites dominantes sobre a classe trabalhadora, de tal modo eficiente que não coube a esta qualquer alternativa senão a rendição e a obediência.²⁴ Como consequência, teriam sido estes mesmos trabalhadores desviados de seus interesses *verdadeiros*.²⁵ Em contraposição a tais assertivas, vale lembrar o que disse Ângela de Castro Gomes, para quem a classe trabalhadora “só ‘obedecia’ se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição”.²⁶ Para se obter o apoio dos trabalhadores a fim de garantir a resolução dos problemas por eles vividos, a ques-

tão social deveria ir além de um mero problema operário, passando a incluir todos os aspectos que diziam respeito ao seu bem-estar. Até porque, trabalhar era um meio de *servir à pátria*.²⁷

Findo o Estado Novo, resultado de uma eficiente articulação de grupos conservadores, é importante nos indagarmos sobre o intenso apoio popular recebido por Vargas. Este apoio começara antes, mas se intensificou quando da gestão de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Se já havia, desde finais dos anos 1930, um ritual nas manifestações festivas do regime, de modo a aproximar o presidente de seus representados, a partir da gestão de Marcondes esta relação foi aprofundada com a utilização de programas de rádio que tinham por objetivo explicar o sentido da legislação trabalhista, bem como seus efeitos concretos na vida de cada trabalhador brasileiro.²⁸ Em tom didático, as palestras radiofônicas do ministro tinham por objetivo explicar a política social, bem como os benefícios com ela obtidos. Entre outubro de 1942 e junho de 1945, foram proferidas 119 palestras, sendo que destas, 71, ou seja, aproximadamente 60%, abordavam questões relacionadas exclusivamente ao mundo do trabalho.²⁹

A política de propaganda, entretanto, ainda que eficiente, não teria êxito se com ela não viessem conquistas reais. Para os representantes do Estado Novo, a incorporação à cidadania se daria através do conjunto de leis outorgadas como um *benefício* para os que permaneceram, até

1930, excluídos. A cidadania representava a garantia de permanência dos direitos sociais obtidos, não importando se através do Estado, de negociações ou de lutas – lutas, reivindicações, mobilizações e greves que fizeram parte da história republicana no período de 1945 a 1964, quando as leis sociais do Estado Novo puderam ser testadas em ambiente democrático.

A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA DE 1945 A 1964: A CIDADANIA EM MOVIMENTO

Analisaremos agora os anos de 1945 a 1964, quando se estabeleceu a política do trabalhismo, a partir de dois importantes indicadores: em primeiro lugar, a aliança entre PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PCB (Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro), estabelecida no movimento sindical; em segundo lugar, o sistema de organização sindical vigente e seu papel nas mobilizações operárias e sindicais do período.

Trabalhistas, comunistas e movimento sindical

As primeiras interpretações a respeito do papel desempenhado pelo PCB junto à classe trabalhadora, da redemocratização de 1945-1946 até o golpe civil-militar de 1964, foram análises que tenderam a ver aquele partido como responsável por uma política de cúpula que teria trazido como consequência a desmobilização da classe operária. O PTB, por seu turno, partido criado nas

hostes governamentais do Estado Novo, teria consolidado a burocratização e o vínculo dos sindicatos com o Estado.³⁰ Assim, no período 1945-1947, o “sindicalismo populista” teria ensaiado seus primeiros passos, para, posteriormente, na década de 1950, desenvolver-se e realizar-se em sua plenitude. Um tipo de sindicalismo subordinado à ideologia nacionalista e voltado para uma política de reformas e de colaboração de classes.³¹

Este tipo de interpretação não deixa margens sobre quão perniciosa teria sido a estrutura sindical elaborada no Estado Novo e que se mantinha funcionando, com o apoio da esquerda, no período democrático. Era através da estrutura corporativa, segundo alguns autores, que o “sindicalismo populista” teria contribuído para a consolidação de um projeto político *amortecedor* dos espíritos de luta da classe operária. O Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), por exemplo, entidade sindical paralela criada pelos comunistas, foi visto como um porta-voz da política de colaboração de classes e de paz social arquitetada pelos varguistas.³² Ao invés de se buscar a autonomia “em nome dos interesses da classe operária”, no máximo se pretendia um pouco mais de liberdade dentro da estrutura corporativa existente.³³

Essas análises, portanto, responsabilizam o Partido Comunista pelo predomínio da estrutura corporativa entre 1945 e 1964. São análises deveras pessimistas e que desqualificam a conduta daquele que se pretendia representante da classe traba-

lhadora no Brasil. De certa forma, os detratores do Partido Comunista e o próprio partido se encontravam. Ambos delegaram a ele, o partido, para o bem ou para o mal, o papel de dirigente e porta-voz dos interesses do operariado.

Embora com forte simpatia popular, o PCB disputava com outros partidos a representatividade junto aos trabalhadores. Principalmente o PTB, o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e o PSP (Partido Social Progressista), de Adhemar de Barros.³⁴ Vítima da Guerra Fria, o PCB perdeu o registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral, em 1947. Como num passe de mágica, sua política de adesão ao sindicalismo oficial imediatamente mudou para a oposição radical. A classe operária, a mesma que, em tese, era representada pelo PCB, manteve sua fidelidade ao sindicalismo oficial, de modo que os comunistas viveram um período de profundo isolamento. A política adotada a partir de então visava criar entidades paralelas.³⁵

Na prática, pouco a pouco os comunistas procuraram se reaproximar dos sindicatos oficiais. Adotaram esta política de reaproximação não porque reformularam suas teses, mas porque os operários comunistas que militavam em diversas categorias de trabalhadores se afastaram da linha política adotada pela direção. Se durante o governo Dutra esta proximidade foi inviabilizada pela política hostil deste para com o mundo do trabalho, a partir da reeleição de Vargas, em 1950, ela foi acelerada. Assim, quando em 1954 o PCB reformulou suas teses es-

querdistas e adotou oficialmente uma política de aliança com os trabalhistas, na prática aquelas teses já haviam sido revogadas no meio sindical.³⁶

Para Marco Aurélio Santana, “as direções sindicais que tiveram a aliança comunista-trabalhista à frente, com todos os limites, garantiram a incorporação e participação na vida sindical de um número cada vez maior de trabalhadores”.³⁷ Diferentemente de uma visão que responsabilizava os comunistas pelo *desvio de rota* da classe, Hélio da Costa apresenta sugestivas formulações a respeito do comportamento do PCB. Para o autor, no processo de redemocratização estabeleceu-se uma relação de proximidade entre trabalhadores e comunistas, decorrente da postura assumida pelo partido. “Era o partido da ‘ordem e da tranquilidade’, ‘da Constituinte com Getúlio’, mas era, simultaneamente, o partido das ruas, das praças, das festas populares, dos bairros operários, das fábricas”.³⁸ Sobre a famosa greve de 1953-1954, a “greve dos 300 mil”, Santana realça o fato de que serviu para que se constituísse um organismo de representação intersindical, de modo a superar o estágio de organização vigente até aquele momento. “Ao longo da greve, é criado um comando intersindical, Comissão Intersindical de Greve, que serviu de base de experimentação ao que um pouco mais tarde se estabeleceria como o Pacto de Unidade Intersindical (PUI)”.³⁹ O comportamento dos comunistas, portanto, contribuiu para um processo de organização superior, de modo a unificar sindicatos anteriormente isolados.

O segundo governo Vargas (1951-1954), período em que ocorreram as greves acima citadas, deve ser analisado, conforme dissemos, como um momento de franca recuperação do movimento sindical e de uma crescente proximidade entre este e o Estado. A volta à Presidência da República, através do voto popular, deu a Vargas poder e força para implementar uma política ancorada no binômio reformismo-nacionalismo. Com seu retorno esperado desde a queda do Estado Novo, o presidente sabia que aquela segunda oportunidade no Poder Executivo teria que estar ancorada, ne-

cessariamente, no apoio das classes trabalhadoras. Deste modo, “a fim de sobreviver à ditadura da qual fora chefe, Getúlio rebocou suas promessas de nacionalismo e justiça social e, em sua oratória, reconvidou os trabalhadores a tomarem assento numa plataforma nacional-reformista de desenvolvimento econômico sob o controle do Estado”.⁴⁰

A ação coletiva dos trabalhadores durante a experiência democrática de 1945, longe de representar um momento de subserviência, longe de significar um quadro de passividade perante a “manipula-

AN PH/FOT/ 5884(28)



O presidente JK recebe lideranças da Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria

ção da propaganda populista”, representou um momento crucial na constituição de uma identidade de classe ancorada ao mesmo tempo em uma prática reformista e de negociação e em momentos de mobilização e luta extremamente ricos. Contribuiu de maneira decisiva para que as greves e reivindicações se dessem não apenas a partir das cúpulas sindicais, mas também através de organizações nos locais de trabalho.⁴¹ Para tanto, a aliança PTB-PCB foi decisiva. O trabalhismo, ainda que expresso na atuação dos mais importantes partidos de esquerda da época, foi também fruto da mobilização de classe, das escolhas dos trabalhadores, muitas vezes à revelia do que pretendiam os dirigentes partidários, os patrões ou mesmo o governo: “a intervenção do trabalhismo serviu para que as classes subalternas ampliassem sua interferência na vida do país, abrindo brechas para o acerto de contas com a velha questão social”.⁴² A mobilização, protagonizada pela aliança PTB-PCB, permitiu uma inserção maior dos trabalhadores na vida política do país. Se durante os anos de 1930 e 1940 a questão do trabalho apontava para um compromisso pátrio, entre 1945 e 1964 ela permitiu que a cidadania se realizasse cotidianamente, nas fábricas, nas ruas e nas manifestações populares, como veremos a seguir.

Sindicalismo e estrutura sindical: organismos de cúpula e de base

Diversos foram os momentos, ao longo do intervalo democrático de 1945 a 1964, em que as mobilizações sindicais procuraram, ao mesmo tempo, garantir

um relativo espaço de liberdade e manter, ou mesmo ampliar, os direitos sociais adquiridos com a legislação trabalhista. Podem ser citadas aqui as greves de 1953 e 1957,⁴³ quando a luta por direitos expressou ao mesmo tempo o desejo de permanência e ampliação da legislação trabalhista e de autonomia em relação ao poder público. Enfatizaremos o período 1961-1964, época de grandes mobilizações e lutas políticas, quando o destino da democracia brasileira foi, de forma trágica, desenhado.

Em 1961, foram realizadas reuniões com vistas à organização do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Nos encontros estaduais e nacionais, destacam-se manifestos em torno da melhoria do nível de vida e da democratização da estrutura sindical. No entanto, em nenhuma dessas ocasiões podem ser encontrados posicionamentos em favor do fim do imposto sindical obrigatório ou da pluralidade sindical. Embora defendessem a não intervenção do Estado nos assuntos internos dos sindicatos, ao defenderem o monopólio de representação e, como consequência, o reconhecimento do Estado a apenas um sindicato, eles traduziam de modo cabal a cultura estatista que se fez vitoriosa no pós-1930.

Naquele ano, as grandes manifestações populares ocorreram em torno da defesa da legalidade, ou seja, na campanha pela posse de João Goulart à Presidência da República. Inúmeras greves unificam-se, em agosto, em torno da reivindicação legalista.⁴⁴ Outro acontecimento de

grande importância foi a eleição na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). De um lado, a chapa encabeçada por Diocleciano de Holanda Cavalcanti, do chamado grupo “ministerialista”, segmento mais conservador do PTB. De outro, Clodsmidt Riani, do setor mais à esquerda do trabalhismo, em composição com os comunistas. “A importância do episódio da derrota dos ministerialistas na CNTI relaciona-se ao fortalecimento dos dirigentes sindicais ligados às propostas reformistas e nacionalistas que desde a greve geral de agosto de 1961 passam a ocupar um lugar de destaque no movimento sindical.”⁴⁵

O processo que desencadeou, no ano seguinte, a formação do CGT foi iniciado através das campanhas pelas “reformas de base”, preconizadas pelo presidente João Goulart. Posteriormente, cerca de três mil trabalhadores, no IV Encontro Nacional dos Trabalhadores, criaram o CGT. Com base na estrutura sindical oficial e tendo como principais lideranças dirigentes de confederações nacionais, como Clodsmidt Riani, da CNTI e presidente do CGT, e Oswaldo Pacheco da Silva, da Federação Nacional dos Estivadores e secretário-geral do CGT, a entidade propunha um amplo leque de reformas estruturais, sintonizando-se, assim, com as linhas mestras do movimento social e da conjuntura da época.⁴⁶

Em termos de manifestações populares, o ano de 1962 foi palco de duas importantes greves (julho e setembro)

e também da campanha nacional pela volta do regime presidencialista. A primeira greve ocorreu antes mesmo da formação do CGT, em agosto. A razão era eminentemente política: a garantia de formação de um gabinete, sob o parlamentarismo, comprometido com as bandeiras nacionalistas. Com a nomeação de Hermes Lima para o Ministério do Trabalho, o movimento considerou-se vitorioso. Além disso, também em agosto foi sancionada a lei que estipula o 13º salário, constituindo-se em mais uma vitória dos trabalhadores. O outro movimento de envergadura ocorreu em setembro. Espalhado por várias categorias, tinha por finalidade desembocar em uma greve geral em prol das “reformas de base”. Operários navais, aeroviários, ferroviários, portuários, gráficos, petroleiros e têxteis foram os mais mobilizados naquele movimento. A greve geral foi suspensa pelo CGT após os seguintes acordos com o governo: “1) plebiscito marcado para o dia seis de janeiro; 2) revisão dos níveis de salário mínimo a partir do dia 18 de outubro; 3) libertação de todos os grevistas presos e anulação de seus respectivos processos”.⁴⁷ Em dezembro, o CGT entregou ao presidente Goulart um manifesto em favor do presidencialismo, considerando ilegal o ato adicional que instaurou o sistema parlamentarista.⁴⁸

Vitorioso o movimento pró-presidencialismo, o ano de 1963 externou as tensões no interior das correntes ligadas ao trabalhismo. De um lado, segmen-

tos mais conservadores, organizados em torno da União Sindical dos Trabalhadores (UST), procuravam uma maior aproximação para com o presidente João Goulart. De outro, o CGT se empenhava em mostrar uma identificação de Goulart com seus propósitos de reforma social.⁴⁹

A UST foi fundada em setembro de 1962. No ano seguinte, alcançou notoriedade nacional em virtude do apoio que recebeu de Goulart, preocupado em criar uma base de apoio própria, possibilitando uma posição mais independente em relação ao CGT. Entre seus dirigentes mais importantes, figuram nomes como Domingo Alvarez, da Federação dos Meta-lúrgicos de São Paulo, e José Maria Crispim, antigo dirigente comunista e deputado federal pelo PCB na Constituinte de 1946.⁵⁰ Os dirigentes do CGT e o próprio Goulart tentaram negar tal aproximação. Os primeiros acusaram o assessor sindical do presidente, Crockat de Sá, pela notícia, alegando que este tinha interesse no enfraquecimento da entidade.⁵¹ O presidente, por sua vez, rendeu-se às evidências da supremacia do CGT.⁵²

No entanto, as relações entre Goulart e o CGT permaneceram estremecidas. Um fator que contribuiu de modo singular para esta conflituosa relação foi a tentativa do presidente de implantar o estado de sítio, durante o mês de outubro de 1963. A alegação de Goulart era a necessidade de investigação de denúncias sobre uma possível conspiração articulada pelos governos de São Paulo e da

Guanabara. O movimento sindical, através do CGT, reagiu, impedindo que fosse decretado o estado de sítio.⁵³

Um acontecimento marcante em 1963 foi a famosa “greve dos 700 mil”. Aglutinados em torno do Pacto de Ação Conjunta (PAC), ligado ao CGT, trabalhadores de 79 sindicatos e quatro federações cruzaram os braços. A greve atingiu parcialmente os mais importantes centros industriais do Estado de São Paulo: além da capital, ABC, Santos, Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, Taubaté e São José dos Campos. O liberalismo conservador do patronato e do governador Carvalho Pinto providenciaram imediata repressão ao movimento paredista, de modo que cerca de trezentos grevistas foram presos e piquetes foram dispersados com violência. Os empresários não estavam apenas contra a greve. Acusando o presidente da República de responsável pela *inflação* de greves no país, conspiravam derrubá-lo naquele mesmo ano.⁵⁴ Quanto à organização do movimento sindical, apesar de caber à CNTI a negociação da greve, a mesma foi conduzida pelo CGT, uma entidade não reconhecida formalmente. Acordos salariais amplamente favoráveis, em torno de 80% imediatamente e mais 25% após seis meses, foram assinados. Da parte do governo federal, o presidente da República enviou à capital paulista o ministro do Trabalho, Amauri Silva, para mediar o conflito.⁵⁵

O ano de 1964 não só começou com uma grande articulação dos setores mais conservadores em prol do golpe, como tam-

bém demonstrou as relações conflituosas entre o Estado e o movimento sindical mais mobilizado. Em janeiro, ocorreu a eleição para a presidência da CNTI. De um lado, o então presidente, Clodsmidt Rianni, pleiteando a reeleição. De outro, uma chapa conservadora encabeçada por João Wagner, Ari Campista e Diocleciano Cavalcanti. Durante a campanha eleitoral, circulam rumores do apoio de Goulart à chapa “amarela” e do rompimento deste com o CGT. Após as eleições e a vitória de Rianni, foi desmentida a notícia de rompimento, e o presidente da CNTI, reeleito, reafirmou o apoio da entidade a Goulart.⁵⁶

No entanto, aconteceu o golpe civil-militar de 1964. A conspiração abortada dez anos antes obtivera, enfim, o êxito pretendido pelas forças conservadoras. O governo de João Goulart, protagonista de um tempo de incontáveis crises na República, teve diversas facetas. Por um lado, apoiava-se nos trabalhadores e nos movimentos reformistas. Por outro, desconfiava do sistema democrático-liberal e da legalidade que garantiu sua posse. No fundo, pretendia construir um projeto em que os direitos sociais se impusessem sobre os direitos políticos. Assim, dois golpes caminhavam lado a lado. À esquerda, um golpe a favor de Goulart. À direita, um golpe contra Goulart.⁵⁷

A república democrática de 1945-1964 serviu para que os trabalhadores aparecessem em cena não mais como coadjuvantes. Eram os personagens principais, daí a paranóia difundida pela direita de uma “república sindical”. Ao mesmo tempo, a despeito de vacilações

aqui e acolá, os trabalhadores viam no presidente Goulart, *filho político* de Vargas, uma referência fundamental e determinante. A identificação com Goulart era, de certa forma, uma identificação com o próprio ideário nacional inaugurado nos anos 1930.

TRABALHO E TRABALHADORES ENTRE O PASSADO E O FUTURO: UM LEGADO ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE

A vitória do movimento civil-militar fez parecer, principalmente no que tange às questões sindical e econômica, que um tempo de ruptura havia chegado. Mas não acreditamos nisso, sobretudo se entendemos *ruptura* como o abandono absoluto de todo o legado varguista.

A idéia de que o chamado modelo sindical implantado no país desde os anos 1930 entrou em colapso com os acontecimentos de abril de 1964 é clássica e aceita por diversos segmentos, tanto acadêmicos quanto políticos. O *colapso* teria se dado em virtude de uma nova e globalizada estratégia determinada pela burguesia. Em linhas gerais, esta nova estratégia significaria uma opção por integrar o país, de forma submissa, ao mercado mundial. Este novo tipo de alinhamento, no plano econômico, significaria a adoção de mecanismos que visassem combater a inflação às custas de uma política recessiva.⁵⁸

Deste modo, as relações estabelecidas no pós-1964 foram vistas apenas a partir de determinações externas às formas de organização política do Estado. Apesar da

repressão desencadeada, o modelo organizacional permaneceria o mesmo, intacto. Não é à toa que um dos principais pilares da tradição estatista na conjuntura do trabalhismo, a CLT, permaneceu intocada. O modelo corporativo, longe de se desestruturar, caiu como uma luva ao Estado ditatorial.

Ao mesmo tempo, é necessário frisar que, a despeito do argumento liberal em favor do golpe, o estatismo econômico manteve-se no pós-1964. Rompendo com a perspectiva liberal de Castelo Branco e dos principais ideólogos civis do golpe, o Estado, a partir do governo do general Artur da Costa e Silva, não só incentivava como também intervinha nos mais avançados ramos da economia. O modelo de desenvolvimento industrial ancorado no dirigismo do Estado, principalmente com Médici e Geisel, evidenciava a permanência da Era Vargas durante o ciclo militar.⁵⁹

Para que possamos discutir o caráter de continuidade ou de ruptura do intervalo democrático em relação ao regime militar, três questões nos parecem determinantes: 1) Como ficou a estrutura sindical corporativa pós-golpe? 2) Que ações adotadas pelos militares evidenciam uma perspectiva de ação positiva para com o mundo do trabalho? 3) Em que medida a retomada das greves de 1978-79 no país representa ruptura ou continuidade em relação aos movimentos sociais e a luta dos trabalhadores urbanos abortada em 1964?

Para a primeira questão, salientamos que, entre os estudos acerca do sindicalismo brasileiro, ainda são repre-

sentativas as teses da ruptura. Para Luiz Werneck Vianna, por exemplo, o fim da estabilidade no emprego e a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) representaram as condições para que se constituísse no país um modelo de “mercado livre de tipo manchesteriano”.⁶⁰ Assim, o movimento operário e sindical do período que se estende do golpe civil-militar ao início da retomada das greves mais representativas apresenta-se como um hiato a ser esquecido. Para Leôncio Martins Rodrigues, importante estudioso do sindicalismo brasileiro, pelo menos até o final da década de 1960, apenas dois atores apresentavam-se publicamente no jogo político: os militares e os estudantes.⁶¹ É bem verdade que alguns estudos procuraram dar conta do sindicalismo brasileiro no imediato pós-64. Entretanto, é também verdade que estes trabalhos procuram enfatizar a “queda do populismo”, ou seja, a ausência de uma política de massas e o fortalecimento do aparato repressivo e da burocratização sindical.⁶² As eventuais manifestações coletivas dos trabalhadores não passavam de movimentos esporádicos com a intenção de quebrar a estrutura repressiva vigente. A maioria dos estudos, sobre as greves de Osasco e de Contagem, em 1968, por exemplo, caminham nesta perspectiva.⁶³

Apesar da insistência na ruptura por grande parte dos autores, enfatizamos que importantes traços de continuidade podem ser vistos se compararmos o pré e o pós-1964. Não por acaso, Arnaldo Sussekund, um dos co-autores do projeto

da CLT em 1943, tornou-se, após o golpe civil-militar, ministro do Trabalho. Mas houve outras continuidades. Em momento anterior, procuramos chamar a atenção para este fato.⁶⁴ Analisando o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, foi possível perceber a permanência de algumas das antigas lideranças na direção da entidade após a queda do governo João Goulart e o controle da República pelos militares – lideranças essas que contribuíram para que a forma de funcionamento vertical da estrutura e organização do sindicalismo brasileiro permanesse a mesma. Além disso, parcela representativa das lideranças formadas nos anos 1950 e 1960 estiveram à frente das lutas daquele sindicato quando do processo de reabertura política e redemocratização, no final dos anos 1970.⁶⁵ A força das tradições, portanto, havia prevalecido sobre os desejos de ruptura ou de mudança. Tanto foi assim que, a despeito da proibição de greves e do inequívoco aparato repressivo montado, os processos de negociação não deixaram de obedecer ao ritual de acordos constituído na década de 1930. Mais ainda, os agrupamentos de esquerda que se multiplicaram ao longo da década de 1960, ao atuarem nos sindicatos, privilegiavam a luta pelo controle de sua máquina administrativa, de modo que contribuíam para o fortalecimento da estrutura sindical corporativa.⁶⁶ Mas não podem ser acusados de oportunistas ou receber qualquer outra adjetivação desabonadora. A história do sindicalismo brasileiro, desde os anos 1930, contribuiu para que os trabalhadores entendessem os sindicatos

corporativos como seus. A memória das conquistas obtidas desde o primeiro governo Vargas era ainda muito nítida.

O chamado “novo sindicalismo”, apesar do discurso oposicionista de suas lideranças ao modelo corporativo, é fruto deste mesmo modelo e, a rigor, só pôde se constituir porque o corporativismo engendrou a possibilidade de existência de sindicatos fortemente estruturados, com inúmeras lideranças liberadas da produção para se dedicarem exclusivamente à atividade de sindicalista. Leôncio Martins Rodrigues chega mesmo a lembrar que as correntes mais radicais do movimento abandonaram, gradativamente, suas opiniões negativas a respeito da estrutura corporativa, na medida em que foram ocupando cargos nas direções dos sindicatos.⁶⁷ Para este autor, uma das razões da permanência do modelo corporativo é que este se revelou mais eficaz no sentido de garantir à grande maioria dos trabalhadores, principalmente aos menos qualificados, maiores vantagens e proteção que o chamado sindicalismo independente.⁶⁸ Cabe, ainda, um breve questionamento acerca da insistência de parte das lideranças do “novo sindicalismo” no combate ao passado e à herança maldita do “populismo”. Como questionou, não sem ironia, Daniel Aarão Reis Filho, como é possível que de uma fonte tão amaldiçoada pudessem sair líderes tão virtuosos como os do “novo sindicalismo?”⁶⁹

Se a estrutura sindical se manteve e contribuiu, a nosso ver, para que os trabalhadores se mobilizassem e, apesar

das restrições impostas, fizessem suas reivindicações, é importante fazermos agora uma segunda pergunta, provavelmente mais difícil de ser respondida, acerca das ações positivas do regime militar junto ao movimento sindical e ao universo do trabalho. Não restam dúvidas de que a lógica repressiva e de intervenção nos sindicatos esteve presente ao longo de todos os anos de ditadura. No pós-1964, inúmeros foram os organismos sindicais que sofreram intervenção do regime, além do contingente expressivo de sindicalistas que foram cassados. Segundo Heloísa de Souza Martins, 761 entidades sindicais sofreram intervenção. Destas, apenas 238 foram liberadas imediatamente, sendo que 523 permaneceram submetidas à tutela do Estado inter-ventor.⁷⁰

Apesar disso, vale lembrar que nenhuma ação no sentido de alterar a CLT ou a legislação corporativa como um todo foi feita. Mais ainda, o Estado agiu em dois sentidos. Em primeiro lugar, procurou estender a legislação trabalhista ao campo.⁷¹ Em segundo lugar, no governo Geisel, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, de forte impacto junto aos trabalhadores da época. Segundo Castro Gomes, a constituição deste ministério foi lenta e representou o coroamento de um processo que teve suas origens na Lei Orgânica da Previdência Social, aprovada em 1960, e que foi o primeiro passo para a uniformização de todo o sistema previdenciário no país. Mais uma vez, fica evidente o perfil de con-

tinuidade entre o pré e o pós-1964. O alargamento da legislação social no campo, aliado a uma organização centralizada da previdência social no país, fez com que, em 1977, 87% da população economicamente ativa do país estivesse coberta pelos benefícios da legislação previdenciária.⁷² Ao empregar o ministro da Previdência e Assistência Social, o presidente Geisel afirmou que as realizações que cabiam ao novo ministério estavam ancoradas na tarefa de modernização do país através de uma ampla “proteção do Estado aos grupos mais carentes da população”.⁷³ A razão para que, no pós-1964, o Ministério da Previdência e Assistência Social tenha recebido o título de “Ministério da Revolução” é exatamente o papel original que lhe coube, e que coubera ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio quando de sua criação em 1930.⁷⁴

Por fim, nossa última indagação: em que medida a emergência do chamado “novo sindicalismo” significou uma ruptura ou, ao contrário, representou uma retomada dos movimentos sociais vividos pelos trabalhadores no pré-1964? Disse certa vez Leôncio Martins Rodrigues que “a palavra ‘novo’ encanta: Novo Brasil, Estado Novo, Nova República, novo sindicalismo”.⁷⁵ Está claro que a auto-adjetivação ‘novo’ significa, para as lideranças sindicais e para os intelectuais que se entusiasmaram com a retomada das greves ao final dos anos 1970, uma concepção de ruptura. Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro afirmam,

entretanto, que aquelas greves que anunciavam o declínio da ditadura militar foram espetaculares, porém não originais, uma vez que se assemelhavam às intensas mobilizações do pré-1964. Entre elas, por exemplo, a que garantiu a legalidade e a posse de João Goulart na Presidência da República durante a crise de 1961.⁷⁶

Passado e presente, na medida em que se encontram, impõem a crítica da idéia de ruptura, de abandono e negação do passado que tanto caracterizou o discurso do sindicalismo, que fundou, em 1980, o PT ⁷⁷ e, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).⁷⁸ Na prática, o comportamento das lideranças vinculadas ao “novo sindicalismo” foi dúbio: de um lado, condenavam o passado; de outro, utilizavam-se de sua herança e pouco se empenhavam-se em superá-la. Os “novos sindicalistas” não deixavam de utilizar o “autoritário” e “maldito” imposto em seus sindicatos.⁷⁹ Na Constituinte de 1988, enquanto os defensores da estrutura sindical unificada e vertical, ou seja, da herança varguista, mobilizaram-se e procuraram garantir a continuação do modelo, os defensores da mudança pouco fizeram, limitando-se a assistir, em plenário, a derrota das propostas por eles defendidas. Na Constituição aprovada, o poder de intervenção do Ministério do Trabalho foi drasticamente reduzido, o que, se extinguiu um dos aspectos mais negativos da herança corporativa, arrefeceu também os ímpetus de mudança dos arautos da ruptura.⁸⁰

A opção das lideranças sindicais pela preservação, mesmo quando acompanhada

por um discurso de mudança, evidencia um fato inequívoco: o caminho da autonomia e do rompimento com o Estado significava um isolamento diante dos trabalhadores que reconheciam e davam legitimidade aos sindicatos oficiais. Fruto de uma tradição que se impôs sobre um passado liberal e excludente, a força do nacional-estatismo continuava se sobrepondo aos interesses e às vontades daqueles que pretendiam superá-la.

CONCLUSÃO

Em 1930, a partir da Revolução de outubro, um novo desenho político-institucional começou a ser traçado no país. Neste traço, os trabalhadores urbanos apareceram pela primeira vez de forma nítida e com destaque. Como resultado do difícil esforço do Estado, uma nova legislação alterou significativamente as relações de trabalho no Brasil. Mais que um caso de *segurança nacional*, ela se transformou em um caso de cidadania. Regulada, mas inédita. Na primeira fase de sua história, a legislação social, ainda em processo de montagem, foi contemporânea de uma ferrenha ditadura que perseguiu adversários e impôs a obediência. Mas para os trabalhadores a repressão não era novidade. Foi regra constante no universo escravista encerrado apenas quatro décadas antes de 1930 e assim continuou na Primeira República. Novidade era o convite à participação, à integração. A seu modo, os trabalhadores aceitaram a oferta. E interpretaram o convite com mais liberdade e autonomia que o esperado. Na conjuntura seguinte, a legisla-

ção social pôde ser verificada em um ambiente democrático. Deu certo. Manifestações, mobilizações, entidades suprasindiciais foram uma constante na República democrática. A tal ponto que direita e militares conspiraram a todo instante contra seu funcionamento. Foi assim no golpe contra Vargas em 1945, no cerco ao mesmo Vargas em 1954, nas tentativas de golpe contra Juscelino Kubitchek e na artimanha que levou à derrubada de Goulart em 1964. Para muitos, à esquerda e à direita, a herança getuliana teria se encerrado naquele ano e um outro tempo havia chegado. Ledo engano. Não só a estrutura sindical

se manteve intacta e, em larga medida, permaneceu na Constituição de 1988, como diversos de seus personagens se mantiveram. Arautos do novo não faltaram. Mas a alternância e superação daquela herança, se de fato ocorreu, foi mais em função de alterações *pelo alto* e independentes da vontade dos agentes políticos (declínio do Estado de bem-estar, reestruturação produtiva, neoliberalismo etc.) do que propriamente de suas escolhas. Entre tantos fatores, o largo traço de continuidade se deve ao fato de que a questão social esteve fortemente integrada às questões da valorização do trabalho e da identidade nacional.

N O T A S

1. Metalúrgicos pedem sindicatos livres de Petrônio, *Jornal do Brasil*, 17 fev. 1978.
2. Sobre o discurso de Fernando Henrique Cardoso, ver Luiz Werneck Vianna, O coroamento da era Vargas e o fim da história do Brasil, *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, 1995, p. 163-172.
3. Ângela de Castro Gomes, *República, trabalho e cidadania*, Rio de Janeiro, Cadernos CPDOC, 1990.
4. Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, 4. ed., São Paulo, Difel, 1986.
5. Francisco Carlos Palomanes Martinho, O imigrante português no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações sociais do Rio, in Carlos Lessa (org.), *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*, Rio de Janeiro, Record, 2002, p. 199-239.
6. Maria Celina D'Araújo, Estado, classes trabalhadoras e políticas sociais, in Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil republicano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, v. 2: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo, p. 223.
7. Idem.
8. O primeiro estudo a apontar a existência de uma corrente sindical, denominada "trabalhismo carioca", mais favorável a uma relação de diálogo e não de confronto com o Estado, foi de Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, op cit., p. 41-62. Outros trabalhos, *a posteriori*, aprofundaram o tema. Entre eles, Cláudio Batalha, *O movimento operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

9. Leôncio Martins Rodrigues, *Sindicalismo e classe operária (1930-1964)*, in Boris Fausto (dir.), *História geral da civilização brasileira*, 3. ed., São Paulo, Difel, 1986, t. 3: O Brasil republicano, v. 3: Sociedade e política, p. 518-520.
10. Cf. Cláudio Batalha, *O movimento operário na Primeira República*, op. cit.; Boris Fausto, *Estado, trabalhadores e burguesia (1920/1945): uma revisão*, *Novos Estudos*, São Paulo, n. 20, mar. 1988, p. 6-37.
11. Esta crítica é compartilhada por diversos autores, entre eles um dos mais importantes teóricos do populismo no Brasil, Armando Boito Jr., *O populismo no Brasil: natureza, formas de manifestação e raízes sociais*, em *Semana do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFJF*, 1., 1986, Juiz de Fora, *Populismo e educação*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, 1986, p. 24. Sobre as políticas de Estado e as relações sociais no campo, ver também Francisco Carlos Teixeira da Silva e Maria Yedda Leite Linhares, *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*, Rio de Janeiro, Campus, 1999, p. 103-148.
12. Maria Celina D'Araújo, op. cit., p. 224.
13. Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, Iuperj, 1988, p. 189.
14. Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*, tese (doutorado em ciência política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
15. Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 189-191.
16. Apud Jorge Ferreira, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1997, p. 45.
17. Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 224.
18. Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 235-240.
19. Ângela de Castro Gomes, *Ideologia e trabalho no Estado Novo*, em Dulce Pandolfi (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999, p. 53-72.
20. Maria Helena Capelato, *O Estado Novo: o que trouxe de novo?*, in Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil republicano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, v. 2: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo, op. cit., p. 199.
21. Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*, Rio de Janeiro, Campus, 1987.
22. Regina Lúcia Morel, *A construção da família siderúrgica: gestão paternalista e empresa estatal*, in José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana (orgs.), *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*, Rio de Janeiro, DP&A; Faperj, 2001, p. 45-78.
23. Apud John D. French, *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 11.
24. Fazemos referência, principalmente, aos chamados teóricos do populismo, para quem a política de Vargas seria fruto de uma manipulação das massas responsável por desviar a classe trabalhadora de seu leito natural. Entre outros, ver Francisco Weffort, *Origens do sindicalismo populista no Brasil*, *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 4, abr. 1973, p. 77-85; José Álvaro Moisés, *Greve de massa e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo (1953-1954)*, São Paulo, Polis, 1978; Octávio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*, 4. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
25. Jorge Ferreira, *Trabalhadores do Brasil*, op. cit., p. 14.
26. Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 195.
27. Ibidem, p. 259.
28. Ibidem, p. 229-256.
29. Ângela de Castro Gomes, *Ideologia e trabalho no Estado Novo*, op. cit., p. 65.
30. Sobre a formação do PTB, ver Lucília de Almeida Neves Delgado, *PTB: do getulismo ao reformismo*, São Paulo, Marco Zero, 1989; Maria Celina D'Araújo, *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

31. Francisco Weffort, *Origens do sindicalismo populista no Brasil*, op. cit., p. 67.
32. Ibidem, p. 82.
33. Ibidem, p. 85.
34. Sobre os partidos políticos e o sistema partidário na República de 1945-1964, ver Lucília de Almeida Neves Delgado, Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia, em Jorge Ferreira e Lucília Delgado (org.), *O Brasil Republicano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, v. 3: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, p. 127-154; Rodrigo Sá Motta, *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.
35. Marco Aurélio Santana, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*, Rio de Janeiro, Unirio; São Paulo, Boitempo, 2001, p. 71.
36. Ibidem, p. 80-87.
37. Ibidem, p. 32.
38. Hélio da Costa, *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*, São Paulo, Scritta, 1995, p. 6.
39. Marco Aurélio Santana, op. cit., p. 84.
40. Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro, Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964), em Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, *O Brasil republicano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, v. 3: O tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, p. 90.
41. Fernando Teixeira da Silva, *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos, direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)*, São Paulo, Hucitec; Santos, Prefeitura Municipal, 1995, p. 141-167.
42. Ibidem, p. 91.
43. Sobre os movimentos grevistas de 1953 e 1957, ver o já citado artigo de Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro, Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964), op. cit.
44. Lucília de Almeida Neves Delgado, *O comando geral dos trabalhadores no Brasil (1961-1964)*, Petrópolis, Vozes, 1989, p. 44-53.
45. Ibidem, p. 52-53.
46. Leônicio Martins Rodrigues, *Sindicalismo e classe operária (1930-1964)*, op. cit., p. 547-549.
47. Lucília de Almeida Neves Delgado, op. cit., p. 58.
48. Ibidem, p. 61-69.
49. Ibidem, p. 53-61.
50. Leônicio Martins Rodrigues, op. cit., p. 550-552.
51. Lucília de Almeida Neves Delgado, op. cit., p. 66-67.
52. Leônicio Martins Rodrigues, op. cit., p. 547-549.
53. Lucília de Almeida Neves Delgado, op. cit., p. 66-67.
54. Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro, Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964), op. cit., p. 82-86.
55. Lucília de Almeida Neves Delgado, op. cit., p. 194-198.
56. Ibidem, p. 69-77.
57. Daniel Aarão Reis Filho, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, 2. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 2002, p. 26-28.
58. Octávio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*, op. cit., p. 127.
59. Daniel Aarão Reis Filho, op. cit., p. 55-56.
60. Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, op. cit., p. 280.
61. Leônicio Martins Rodrigues, *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*,

- in Armando Boito Jr. (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 13.
62. Talvez o mais importante exemplo nesse sentido seja o estudo de Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1989.
 63. Em particular, o estudo de Francisco Weffort, *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco*, 1968, São Paulo, Cebrap, 1972.
 64. Francisco Carlos Palomanes Martinho, *À sombra das tradições: o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro na transição democrática: um estudo sobre o estatismo sindical (1974-1985)*, dissertação (mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
 65. Francisco Carlos Palomanes Martinho, O estatismo sindical e a transição democrática: um estudo sobre o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1974-1985), in José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana (orgs.), *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*, Rio de Janeiro, DP&A; Faperj, 2001, p. 213-247.
 66. Ibidem, p. 218.
 67. Leôncio Martins Rodrigues, O sindicalismo corporativo no Brasil, in *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*, São Paulo, Ática, 1990, p. 71.
 68. Ibidem, p. 63.
 69. Daniel Aarão Reis Filho, A maldição do populismo, *Linha direta*, São Paulo, n. 330, set. 1997.
 70. Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, op. cit., p. 100.
 71. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, *Terra prometida*, Rio de Janeiro, Campus, 2000. Os autores lembram que desde o primeiro governo Vargas havia um esforço no sentido da extensão da legislação trabalhista ao campo, infrutífera devido à resistência das classes proprietárias de terra. Sobre a extensão da legislação social ao campo no pós-64, ver também Mário Grynszpan, A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST, em Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil republicano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, v. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX, p. 314-348.
 72. Ângela de Castro Gomes, Abertura política e controle sindical: trabalho e trabalhadores no Arquivo Ernesto Geisel, in Maria Celina D' Araújo e Celso Castro (orgs.), *Dossiê Geisel*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002, p. 139.
 73. Ibidem, p. 135.
 74. Idem.
 75. Apud Marco Aurélio Santana, Política e história em disputa: o "novo sindicalismo" e a idéia de ruptura com o passado, in Iram Jácome Rodrigues, *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*, Petrópolis, Vozes, 1999, p. 133-161.
 76. Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro, Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964), op. cit., p. 91.
 77. Sobre a formação do PT e a crítica à idéia de ruptura, ver Marco Aurélio Santana, *Homens partidos*, op. cit., p. 194-200.
 78. Sobre a formação da CUT, ver Marco Aurélio Santana, Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990, in Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, *O Brasil republicano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, v. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX, p. 293.
 79. Marco Aurélio Santana, Política e história em disputa, op. cit., p. 150.
 80. Leôncio Martins Rodrigues, O sindicalismo corporativo no Brasil, op. cit., p. 71.

Diversidade Cultural e Cidadania

A atuação do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Maria Isabel Moura Nascimento

Professora da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Coordenadora do HISTEDBR (Campos Gerais-PR).

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi

Mestranda em Educação na UEPG.

Este artigo descreve a atuação institucional do Centro Nacional de Folclore desde sua criação, na década de 1950. Suas linhas de atuação são voltadas para a pesquisa, documentação, difusão e fomento das expressões das culturas populares e dos indivíduos que as criam, recriam e mantêm vivas.

Palavras-chave: folclore, cultura popular, antropologia, museu, biblioteca, pesquisa.



This paper describes the *Centro Nacional de Folclore's* performance since its creation in the 1950s. Its line of action focuses on the research, documentation, preservation and support of the popular culture expressions as well as the people who create and keep them alive.

Keywords: folklore, popular culture, anthropology, museum, library, research.

Logo após a Segunda Guerra, na década de 1940, a Unesco recomendou aos países membros um esforço no sentido de criar organismos voltados para o conhecimento das culturas populares. Foi nesse contexto que, em 1947, estruturou-se a Comissão

Nacional de Folclore, vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibecc), do Ministério das Relações Exteriores.

A partir dos trabalhos desta Comissão e de comissões estaduais, bem como da

mobilização decorrente de diversos congressos, foi criada, em 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, subordinada ao Ministério da Educação e atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).

O CNFCP é o único órgão federal a tratar específica e sistematicamente das questões relativas ao folclore e à cultura popular. Nestes quase 50 anos de existência, tem atuado prioritariamente nas áreas de pesquisa e documentação, apoio e difusão das expressões de folclore e cultura popular em âmbito nacional.

O entendimento da instituição acerca de seu universo de atuação tem variado ao longo dos anos e acompanha as transformações do próprio campo de estudos que dá sustentação à área. Do enfoque nitidamente folclórico presente nos textos que produziu no passado aos textos antropológicos que caracterizam a produção atual, o CNFCP percorreu uma longa trajetória, que, com toda certeza, tem influenciado os rumos da política pública para as culturas populares no país.

A cultura é entendida pelo CNFCP como um processo global que reúne as condições do meio ambiente àquelas do fazer do homem. O agente social e seu produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra, entre outros – estão necessariamente inseridos num quadro social e ecológico no qual a atividade humana ganha significação. O CNFCP compreende o folclore como os modos de agir, pensar e sentir de um povo, ou seja,

como as expressões da cultura desse povo e, assim como a Unesco, considera equivalentes as expressões folclore e cultura popular.

Num país com a extensão territorial e as peculiaridades de formação social do Brasil, marcado por diferenças regionais profundas e convivência de etnias diversas, impõe-se o reconhecimento da pluralidade cultural. Apenas por razões operacionais mantém-se no singular a expressão cultura popular, embora se reconheça a existência de múltiplas expressões de cultura que resultam das formas de pensar e agir dos grupos que as viabilizam.

A atuação do CNFCP tem, portanto, como ponto de partida, o reconhecimento do caráter dinâmico e diverso da cultura, o que significa não condenar as transformações inerentes à vida social. O *tradicional* não é resíduo do passado, mas sim um conjunto de práticas sociais e culturais presentes, que se reproduzem por meio do trabalho e do poder de criação e recriação de seus agentes, constituindo sua identidade cultural.

Cabe chamar a atenção para a diversidade de agentes envolvidos no âmbito da cultura popular e, conseqüentemente, para a inscrição diferenciada do chamado produto cultural e seus respectivos produtores na sociedade – cantadores, artesãos, foliões, grupos religiosos, entre outros, são categorias diferenciadas não só entre si como internamente. Entender e documentar suas visões de mundo, formas de or-

ganização e modos de expressão são uma parte das funções atribuídas ao Centro.

Integram o CNFCP a Biblioteca Amadeu Amaral, o Museu de Folclore Edison Carneiro, os setores de Pesquisa e de Difusão Cultural, além da Divisão Técnica e de uma Divisão de Administração.

Os programas de trabalho que orientam o planejamento anual da instituição podem ser agrupados em quatro vertentes: programas que visam à realização de estudos teóricos e de cunho etnográfico e contribuem para a ampliação dos acervos bibliográfico, museológico, visual e sonoro; programas que visam ao apoio direto aos produtores culturais, os quais valorizam e divulgam a produção da cultura popular brasileira; programas de premiação que visam à difusão e ao reconhecimento de pesquisas nas áreas de folclore e cultura popular; programas que visam ao intercâmbio e à formação de público, bem como apoio a eventos, que se caracterizam pela continuidade no tempo.

As ações de pesquisa e documentação priorizam estudos e registros de caráter etnográfico, que geram publicações, tais como edições fonográficas e audiovisuais, livros, periódicos e catálogos sobre temas das culturas populares, e que contribuem para manutenção e ampliação de arquivos, de centros de documentação, bibliotecas e museus que reflitam a diversidade cultural do país. O CNFCP já produziu vasto conhecimento, que se encontra disponível para consulta pública na Biblio-

teca Amadeu Amaral e no Museu de Folclore Edison Carneiro.

No incentivo à produção, propõe projetos que, a partir do conhecimento das especificidades socioculturais que caracterizam cada caso, têm por objetivo o apoio direto aos produtores culturais, bem como o estabelecimento de parcerias com instituições oficiais e privadas a fim de criar condições favoráveis à continuidade e ao florescimento das diferentes expressões das culturas populares.

O incentivo à pesquisa é feito por meio da realização de cursos, seminários e concursos abertos à participação de interessados, estudiosos e pesquisadores que trabalhem com temas ligados às diversas manifestações do folclore e da cultura popular brasileira, estabelecendo importante elo com a produção acadêmica do país.

A difusão é voltada para o intercâmbio com instituições congêneres, com o objetivo de promover a troca de publicações e a ampla circulação da informação acerca das culturas populares brasileiras nos diferentes estados do país e no exterior. Mantém projetos para a rede de ensino, envolvendo professores e alunos, com o objetivo de fornecer subsídios para a pesquisa escolar sobre da área de atuação institucional e sobre museus, entendidos como centros de memória voltados para a implementação de processos de investigação das realidades socioculturais que marcam as formas de vida e as expressões de cultura difusas do país.

MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO

Seu nome é homenagem ao folclorista que dirigiu a instituição, então Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, de 1961 a 1964. Foi criado em 1968, na gestão do professor Renato Almeida, a partir de um convênio entre a Campanha e o Museu Histórico Nacional.

Instalado inicialmente nas dependências do Museu da República, transferiu-se para a rua do Catete, número 179. Em decorrência do crescimento das coleções, o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação, dirigido na época pelo antropólogo Manuel Diégues Júnior, cedeu o prédio da garagem do Palácio do Catete, de propriedade do Mi-

nistério, para abrigar sua sede, inaugurada em 1980.

Em 1983, tendo em vista sua expansão, pois já contava com um acervo de mais de 10 mil objetos, foi adquirido o imóvel de número 181, situado à rua do Catete, que, depois de amplas reformas, passou a abrigar as galerias permanentes de exposição do Museu. Este sobrado, contíguo ao de número 179, foi construído em 1880, e integra o conjunto arquitetônico do entorno do Palácio do Catete, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937.

A antiga sede, na garagem do Palácio, transformou-se em anexo, e hoje, após algumas reformas, abriga um auditório, a Galeria Mestre Vitalino de exposições temporárias, um laboratório de conservação



Fachada do Museu do Folclore Edison Carneiro

voltado para o tratamento de material etnográfico, gabinetes de trabalho da equipe técnica do Museu e três reservas técnicas, que guardam, em condições adequadas, os acervos separados por matéria-prima. Recursos da Fundação Vitae possibilitaram a aquisição de mobiliário específico para guarda da coleção de pintura, e um projeto aprovado pelo BNDES tornou possível a compra de armários deslizantes para o acervo de madeira. O laboratório de conservação passou, recentemente, por obras para adaptação do espaço físico, um investimento do Ministério da Cultura que, somado a recursos provenientes da Fundação Vitae, equipou o espaço que futuramente poderá atender não só às demandas do Museu, mas também de outras instituições parceiras.

Suas coleções, expressivo acervo das culturas populares brasileiras, somam atualmente quase 13 mil objetos, reunidos, em sua maioria, em pesquisa de campo a partir de critérios científicos de coleta. Abrangem amplos universos: artesanato, arte, tecnologias tradicionais de produção de alimentos, processos e implementos de confecção de objetos artesanais, instrumentos de trabalho, instrumentos musicais, indumentárias, alegorias e adereços de festas e rituais, peças religiosas, como a imaginária sacra do catolicismo, ex-votos, representações de divindades das religiões afrodescendentes e muitos outros objetos que integram o vasto e rico panorama do universo popular do país.

Em 1994, a exposição permanente do Museu passou por grande reformulação.

Os espaços foram climatizados e ampliados, ocupando, desde então, também parte do prédio número 179 da rua do Catete. Com um mil e quinhentas peças, a exposição procura situar os objetos apresentando-os no contexto de sua produção e uso – as diversas tradições religiosas, os diferentes modos de subsistência, a riqueza e variedade do artesanato, a beleza das festas tradicionais e modernas, a expressão plástica dos objetos de estética popular. Como registra o texto de abertura da exposição: “Na terra que cultiva o doce, na festa que colore as roupas, nos tachos que atijam a fome, nos cantos que celebram a vida e lamentam a morte, na fé que ora leva ao terreiro de candomblé, ora à igreja, os brasileiros se encontram e se diferenciam, se igualam e se distinguem”.

Os objetos, que foram selecionados em seus contextos sociais e culturais de origem, no Museu assumem uma nova função: a de porta-vozes de uma das muitas histórias possíveis sobre o homem brasileiro. A exposição, que usa a expressão ‘mito das três raças’ como gancho para falar sobre as múltiplas influências na formação do país, está organizada em cinco unidades temáticas: Vida, Técnica, Religião, Festa e Arte.

O módulo *Vida* oferece aos visitantes representações de artistas populares, como os mestres do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, do Vale do Paraíba paulista e do Alto do Moura, em Caruaru, Pernambuco, da comunidade do Chapéu Mangueira e da Cooperativa Abayomi, ambas no Rio de Janeiro, entre tantos

outros. São trabalhos que abordam as várias etapas do ciclo da vida – do nascimento à morte – e os rituais com que o homem, em comunidade, as distingue. Assim são representados nascimento e morte, namoro e casamento, escola, infância e brincadeiras infantis, profissões e formas de divertimento – expressões de modos de vida e visões de mundo encontradas por todo o território nacional em constante processo de transformação, estimulado pelos meios de comunicação de massa, mas preservados pela transmissão oral.

Percorrendo o módulo *Técnica*, além de ambientações de tecnologias tradicionais relativas à alimentação, o visitante

é transportado a pólos produtores de cerâmica (Maragogipinho/BA e Apiaí/SP), ao universo de tecelãs goianas, a comunidades pesqueiras nordestinas e fluminenses, com sua diversidade de rendas e trançados, e chega a uma feira popular, espaço privilegiado de escoamento da produção artesanal e de convívio social, em que se encontram o lambe-lambe ou os sábios praticantes da medicina popular, e, como não poderia faltar, atrações como mamulengueiros e repentistas com os característicos folhetos de cordel.

No exercício de sua fé, não é raro o brasileiro superpor santos católicos, orixás do candomblé e entidades de devoção



Diversidade regional: objetos que contam uma das histórias possíveis

da umbanda. O estabelecimento de laços entre homens e divindades, meta da religiosidade popular, está representado, no módulo *Religião*, por ex-votos coletados no Ceará, ferros de assentamento de orixás recolhidos na Bahia, elementos dos rituais de umbanda do Rio de Janeiro, e uma procissão ecumênica diante da lua cheia e uma imagem de São Jorge que tem à frente uma bandeira de São Benedito. A música, relevante marca cultural que permeia os diversos espaços, é aqui simbolizada por atabaques rituais com suas especificidades afrobrasileiras.

Na linguagem das danças, cantos, fantasias e comidas, o brasileiro fala sobre a sociedade em que vive, sobre seus valores e crenças. Nas festas e por meio delas, são permanentemente construídas maneiras de viver e de ver o mundo. Enfatizando o processo que culmina no grande evento, o módulo *Festa* destaca, entre outras, o maracatu pernambucano, a folia-de-reis, a escola de samba e os clóvis de carnaval do Rio de Janeiro, a cavallhada de Pirenópolis/GO e o bumba-meu-boi maranhense.

Encerrando com o módulo *Arte*, o visitante entra no universo de indivíduos que, provenientes de extratos populares, sofreram o impacto da civilização industrial, incorporando-o a sua arte. Sua obra é, ao mesmo tempo, expressão das experiências individuais e da coletividade em que se originaram e se inserem. São esculturas em barro ou madeira, gravuras e pinturas de autoria de grandes artistas, como Vitalino,

Nhô Caboclo, Luzia Dantas, GTO, Chico Tabibuia, Manoel Galdino, Antônio Poteiro, entre outros.

Essa exposição conta hoje com um guia sonoro em português, inglês, francês e espanhol que permite ao visitante empreender ritmo próprio a sua visita.

BIBLIOTECA AMADEU AMARAL

Especializada em folclore e antropologia social, a Biblioteca Amadeu Amaral (BAA) reúne hoje importantes acervos, respondendo por um conjunto global de mais de duzentos mil documentos, entre livros, revistas, periódicos, folhetos de cordel, recortes de jornal, fotografias, vídeos, filmes e registro sonoros.

Desenvolve projetos especiais de documentação, tais como a Hemeroteca digitalizada, que teve patrocínio da Fundação Vitae e está disponível na internet, com mais de sessenta mil artigos classificados e catalogados em base de dados, com busca por palavra; a Cordelteca, com seis mil folhetos de cordel também classificados, catalogados e digitalizados em base de dados disponibilizada na internet; o Tesouro da Cultura Popular, com um mil e seiscentos termos levantados, com apoio da Unesco.

Atualmente, com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, estão em processo de digitalização 15 vídeos produzidos pelo Centro, 14 mil diapositivos, 47 números da coleção Documentário Sonoro do Folclore Brasileiro e 41 números da *Revista Brasileira de Folclore*, esta última a ser disponibilizada na internet. A

BAA abriga também o Arquivo Visual da instituição, que reúne atualmente mais de 120 mil imagens, entre diapositivos, negativos, fotografias em preto e branco e a cores, impressas em papel e digitalizadas, e o Arquivo Sonoro, que reúne importantes coleções de discos, CDs, fitas cassete com gravações musicais, depoimentos e material coletado em pesquisa de campo, de diferentes épocas e locais do país.

Além do Museu e da Biblioteca, fazem parte do CNFCP os setores de Difusão Cultural e de Pesquisa, que, juntos, já produziram mais de 120 catálogos de mostras na Sala do Artista Popular (SAP), inúmeros fôlderes de exposições na Galeria Mestre Vitalino, diversos livros, vídeos, discos e CDs e diversas outras publicações.

Um dos principais programas do CNFCP no apoio ao artesanato tradicional é o Programa de Apoio a Comunidades Artesanais (PACA). Para sua execução, o CNFCP e uma ampla rede de parceiros voltados para uma ação dirigida aos setores menos assistidos da sociedade brasileira – mais especificamente grupos de baixa renda e ligados à cultura popular tradicional – uniram-se na certeza de estarem consolidando um tipo de atuação que preserva e respeita os indivíduos e os saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que cria oportunidade para o incremento da atividade artesanal e conseqüente geração de renda, ocupação de mão-de-obra e colocação do produto artesanal no mercado consumidor, reforçando raízes culturais formadoras das

diversas coletividades que conformam o perfil deste país.

Iniciado em 1998, até o momento o PACA traduziu-se em projetos de incentivo ao artesanato tradicional, realizados com recursos captados junto ao Projeto Alvorada, à Sudene, à Eletrobrás, à Petrobras e à Petrobras Distribuidora, nos seguintes municípios: Maceió (AL), Salvador, Barra, Saubara, Irará e Rio Real (BA), Tracunhaém (PE), São Mateus (ES), Santana do Araçuaí, Coqueiro Campo, Campo Alegre, Pedras de Maria da Cruz, Januária, Cônego Marinho, São Francisco e Chapada do Norte (MG), Juazeiro do Norte (CE), Paraty e Angra dos Reis (RJ), Abaetetuba e Santarém (PA), Corumbá e Ladário (MS), São Luís (MA) e Vale do Ribeira (SP).

Ainda no âmbito do artesanato, o projeto Sala do Artista Popular (SAP) efetuou, nas últimas décadas, mais de 120 pesquisas etnográficas, acompanhadas por exposições e comercialização de produtos artesanais em seu espaço no CNFCP. A experiência da SAP mostra que, além do resultado financeiro imediato das vendas durante o período da exposição, a interação com visitantes e a divulgação de sua obra em larga escala traz, para o artista popular, outros benefícios duradouros, como convites para novas mostras, encomendas por lojistas, contratação para demonstrações técnicas e palestras em escolas e outras entidades. Além de contribuir, portanto, para a ampliação do mercado, essas atividades propiciam uma percepção mais clara por parte do artista

sobre o valor de seu trabalho e, por parte da sociedade em geral, sobre o valor da arte popular e dos objetos artesanais como marcas da identidade e da expressão popular.

Na linha de trabalho do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, o CNFCP, em convênio com o Ministério da Cultura, iniciou em 2001 o projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, realizando atividades de inventário e registro sobre os seguintes temas: o bumba-meu-boi do Maranhão, uma das formas de celebração relacionadas ao complexo cultural do boi no Brasil, além da viola-de-cocho do Pantanal e do jongo no Sudeste, também vistos como formas de celebração. As pesquisas se desdobram também visando os diferentes modos de fazer relacionados à produção de cuias em Santarém (PA) e à musicalidade das violas e percussões. Os saberes associados ao acarajé, em Salvador (BA), e à farinha de mandioca, no Pará, foram pesquisados e inventariados na perspectiva dos diferentes modos de fazer relacionados aos sistemas culinários da mandioca e do feijão; e as cerâmicas de Candéial (MG) e de Rio Real (BA), na linha de pesquisa sobre a cerâmica brasileira. Com patrocínio da Petrobrás, foram realizados e finalizados os inventários das festas de largo em Salvador (BA) e do Divino maranhense no Rio de Janeiro. Vale destacar que já foram registrados pelo Conselho do IPHAN os seguintes bens imateriais resultantes de pesquisas realizadas pelo CNFCP: o ofí-

cio das baianas de acarajé, a viola-de-cocho pantaneira e o jongo da região Sudeste.

São também priorizadas ações voltadas para a formação de público, entendendo-se, nessa perspectiva, que exposições, seminários e concursos são atividades propícias ao maior estreitamento da relação do público com a cultura popular e, conseqüentemente, do próprio CNFCP com seus usuários.

A instituição acredita que as pesquisas que desenvolve, os acervos que coleta, os documentos que produz, as fotos e gravações sonoras e visuais que realiza sobre a imensa diversidade cultural deste país, ao logo destes mais de 45 anos de trabalho, só ganham sentido na medida em que o público os conhece, toca, faz uso deles e os questiona. Este é o princípio que move o trabalho institucional.

Como conseqüência, entendemos que todas as nossas ações têm uma preocupação educativa, sendo a educação entendida como algo que acontece de forma permanente na vida de todo indivíduo, algo que pode e precisa ser prazeroso.

A educação é resultado das práticas culturais dos grupos sociais. O próprio processo de ensinar e aprender revela essas práticas. Respeitá-las e fazê-las conviverem é construir cidadania. De algum modo, na relação com o público também se ensina e se aprende todos os dias, por meio de um diálogo cultural permanente.

A atuação do CNFCP se faz na perspectiva de que é a cultura que dá conteúdo à educação.

Assim, no campo da educação e do estímulo à pesquisa científica sobre folclore e cultura popular, destacam-se o Concurso Sílvia Romero de Monografias, instituído em 1959 e realizado anualmente, e o Curso Livre de Folclore e Cultura Popular, criado em 2001, compreendendo aulas, palestras, debates, exposições de vídeos e filmes, visitas guiadas a exposições e museus, distribuídos em 86 horas de atividades, que ocorrem geralmente no mês de julho.

Especialmente no campo da educação, há ainda os projetos itinerantes implementados junto a professores e alunos das redes de ensino. São eles:

De mala e cuia. Biblioteca itinerante que reúne acervos de livros, discos, folhetos, fotografias e recortes de jornal para pesquisa escolar. Foi criado em 1994 e, ao mesmo tempo em que oferece fontes adequadas para consulta estudantil, tem como proposta abrir, de forma mais explícita, um debate na escola sobre o significado da pesquisa escolar em geral e, mais especificamente, na área que nos diz respeito, o campo do folclore e da cultura popular. Com cinco séries – uma disponível permanentemente para consultas na Biblioteca Amadeu Amaral e quatro itinerantes pela rede de ensino –, o projeto atende mensalmente a quatro escolas. Podemos afirmar que o material é manuseado, mensalmente, por um público médio de trezentos estudantes em cada escola.

Olhando em volta. Criado em 1993, constitui-se em uma exposição itinerante idealizada para possibilitar à criança/adolescente vivenciar o processo de monta-

gem de uma exposição. Revela os bastidores do museu, oferecendo conhecimentos sobre os procedimentos museológicos e permitindo que, a cada montagem, a mostra adquira as feições do grupo que a organizou. Os dois módulos existentes atendem a duas escolas por mês, permitindo que, em cada uma, um grupo de cerca de 25 crianças participe mais ativamente do processo de montagem e em média mil crianças conheçam a exposição. Isso porque se prevê que, ao final da montagem, a comunidade local seja convidada, garantindo assim que familiares e estudantes de outras escolas também a visitem.

Fazendo fita. Coleção de fitas cassete e de vídeo, com registros sonoros e de imagens sobre temas da cultura popular selecionadas com base na exposição permanente do Museu, tem por objetivo apoiar as pesquisas sobre expressões culturais do homem brasileiro e seus contextos. Há três séries disponíveis para empréstimo à rede escolar.

Desse modo, o CNFCP, instituição nacional de pesquisa e difusão do conhecimento das culturas populares que até o ano de 2003 integrava a Fundação Nacional de Arte (Funarte) e hoje está abrigada no IPHAN, do Ministério da Cultura, espera poder cumprir os objetivos para os quais foi criado, atendendo às necessidades contemporâneas de ampla parcela da sociedade nacional, os produtores da chamada cultura popular, e aos brasileiros como um todo, por entender que o universo com que lida constitui patrimônio de toda a nação brasileira.

B I B L I O G R A F I A

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABREU, Marcelo de P. (org.). *Ordem do progresso: cem anos de política republicana (1889-1989)*. São Paulo: Campus, 1990.
- AMARAL, Januário. *Terra virgem, terra prostituta: o processo de colonização agrícola em Rondônia*. Dissertação de mestrado em Geografia, USP, 1994.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Almir de. *Aspectos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1939.
- ARENS, William. The man-eating myth. *Anthropology & anthropophagy*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- ARRUDA, Antônio. *A Escola Superior de Guerra*. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1983.
- BORIS, Fausto. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.
- BRAGA, Cláudia. *Em busca da brasilidade: teatro brasileiro na Primeira República*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BRANDÃO, André Augusto. Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. In: *Serviço social e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- CALVINO, Ítalo. *O visconde partido ao meio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970.
- _____. Literatura e subdesenvolvimento. In: SAGUIER, Rubén B. et al. *América Latina em sua literatura*. Trad. de Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva; Unesco, 1979. p. 343-362. (Estudos, 52).

- CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: Difusão Européia, 1972.
- CARVALHO, Marta M. C. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.
- _____. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1882-1842): matizes do vocabulário político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- ENZENSBERGER, Hans M. As aporias da vanguarda. *Tempo Brasileiro*, n. 26-27, jan./mar. 1973, p. 85-112.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FERRAZ, Francisco Cesar A. *A sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de mestrado em História, Unesp, 1994.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. *O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, vol. 2).
- FREYRE, Gilberto. *Nação e Exército*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- _____. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2004.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GOMES, Angela de C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- HELENA, Lucia. *Uma literatura antropofágica*. 2. ed. Fortaleza, CE: UFC, 1983.
- _____. *Totens e tabus da modernidade brasileira: símbolo e alegoria na obra de Oswald de Andrade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: CEUFF, 1985.

- _____. Sobre a história da Semana de 22. In: MALLARD, Letícia et al. *História da literatura: ensaios*. Campinas, SP: Unicamp, 1994. p. 101-127.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- KILGOUR, Maggie. *From communion to cannibalism: an anatomy of metaphors of incorporation*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- LIMA, Alceu de A. Poesia pau-brasil. In: *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. p. 924-926.
- LIMA, Nísia T. de. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.
- LINS, Vera. *Gonzaga Duque: a estratégia do franco atirador*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MACCANNELL, Dean. *Cannibalism today: empty meeting grounds: the tourist papers*. London: s.e., 1992.
- MARTINS, Heitor. *Oswald de Andrade e outros*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1973.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença, 1979.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MORAES, Eduardo J. de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme. Cultura brasileira ou cultura republicana? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 8, jan./abr. 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia L. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, Lúcia L. (org.). *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- OLIVEIRA, Rita da S. *Sociologia: consensos e conflitos*. Ponta Grossa, PR: Ed. UEPG, 2001.

- PARIS, Mary Lou. *A educação no Império*. O jornal "A Província" (1875-1889). Dissertação de mestrado em Educação, USP, 1980.
- PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: o espírito e a letra*. Estudos de crítica literária, v. 1 e 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Iara. *A República do progresso*. São Paulo: Atual, 2004. (A vida no tempo).
- SUSSEKIND, Flora. O figurino e a forja. In: CARVALHO, José Murilo et al. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- VIANNA, Luiz W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VIDEIRA, Antônio Augusto P. *Henrique Morize e o ideal da ciência pura na República Velha*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. (Os que fazem história).

Instruções aos Colaboradores

- I. A revista *Acervo*, de periodicidade semestral, dedica cada número a um tema distinto, e tem por objetivo divulgar e potencializar fontes de pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais e documentação. *Acervo* aceita somente trabalhos inéditos, sob a forma de artigos e resenhas.
- II. Todos os textos recebidos são submetidos ao Conselho Editorial, que pode recorrer, sempre que necessário, a pareceristas.
- III. O editor reserva-se o direito de efetuar adaptações, cortes e alterações nos trabalhos recebidos para adequá-los às normas da revista, respeitando o conteúdo do texto e o estilo do autor. Os textos em língua estrangeira são traduzidos para o português.
- IV. O material para publicação deve ser encaminhado em uma via impressa e uma em disquete ou por intermédio de e-mail com arquivo anexado, no programa Word 7.0 ou compatível.
- V. Os textos devem ter entre 10 e 15 laudas (fonte Times New Roman; corpo 12; entrelinha 1,5 linha), excetuando-se as resenhas, com aproximadamente cinco laudas. Devem conter de três a cinco palavras-chave e vir acompanhados de resumo em português e inglês, com cerca de cinco linhas cada. Após o título do artigo, constam as referências do autor (instituição, cargo, titulação).
- VI. Devem ser enviadas também de

três a cinco imagens em preto e branco, com as respectivas legendas e referências, preferencialmente com indicação, no verso, sobre sua localização no texto. As ilustrações devem ser remetidas em papel fotográfico no tamanho de 10x15cm ou escaneadas em alta resolução (tamanho da imagem: mínimo de 10x15cm; resolução: 300dpi; formato: TIF).

VII. As notas figuram no final do texto, em algarismo arábico, dentro dos padrões estipulados pela ABNT. A citação bibliográfica deve ser completa quando o autor e a obra estiverem sendo indicados pela primeira vez. Ex: ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 28.

VIII. Em caso de repetição, utilizar ORTIZ, Renato, op. cit., p. 22.

IX. A bibliografia é dispensável. Caso o autor considere relevante, deve relacioná-la ao final do trabalho. Essas referências serão publicadas na seção BIBLIOGRAFIA, figurando em ordem alfabética, dentro dos padrões da ABNT, conforme os exemplos abaixo:

Livro: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Coletânea: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas

de esquerda de 1961 a 1971. São Paulo: Marco Zero, 1985.

Artigo em coletânea: LUZ, Rogerio. Cinema e psicanálise: a experiência ilusória. In: *Experiência clínica e experiência estética*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

Artigo em periódico: JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: nº 12, jun. 1985, p.16-26.

Tese acadêmica: ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. *Sob o signo da imagem*: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. 1990. Tese (Doutoramento em história), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

X. Caso o artigo ou resenha seja publicado, o autor terá direito a cinco exemplares da revista.

XI. As colaborações poderão ser enviadas para o seguinte endereço:

Revista *Acervo*

Arquivo Nacional – Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental

Praça da República, 173, Bloco C, sala B002, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP: 20211-350

XII. Informações sobre o periódico podem ser solicitadas pelo telefone (21) 2224-4525 ou via e-mail (difusaoacervo@arquivonacional.gov.br).